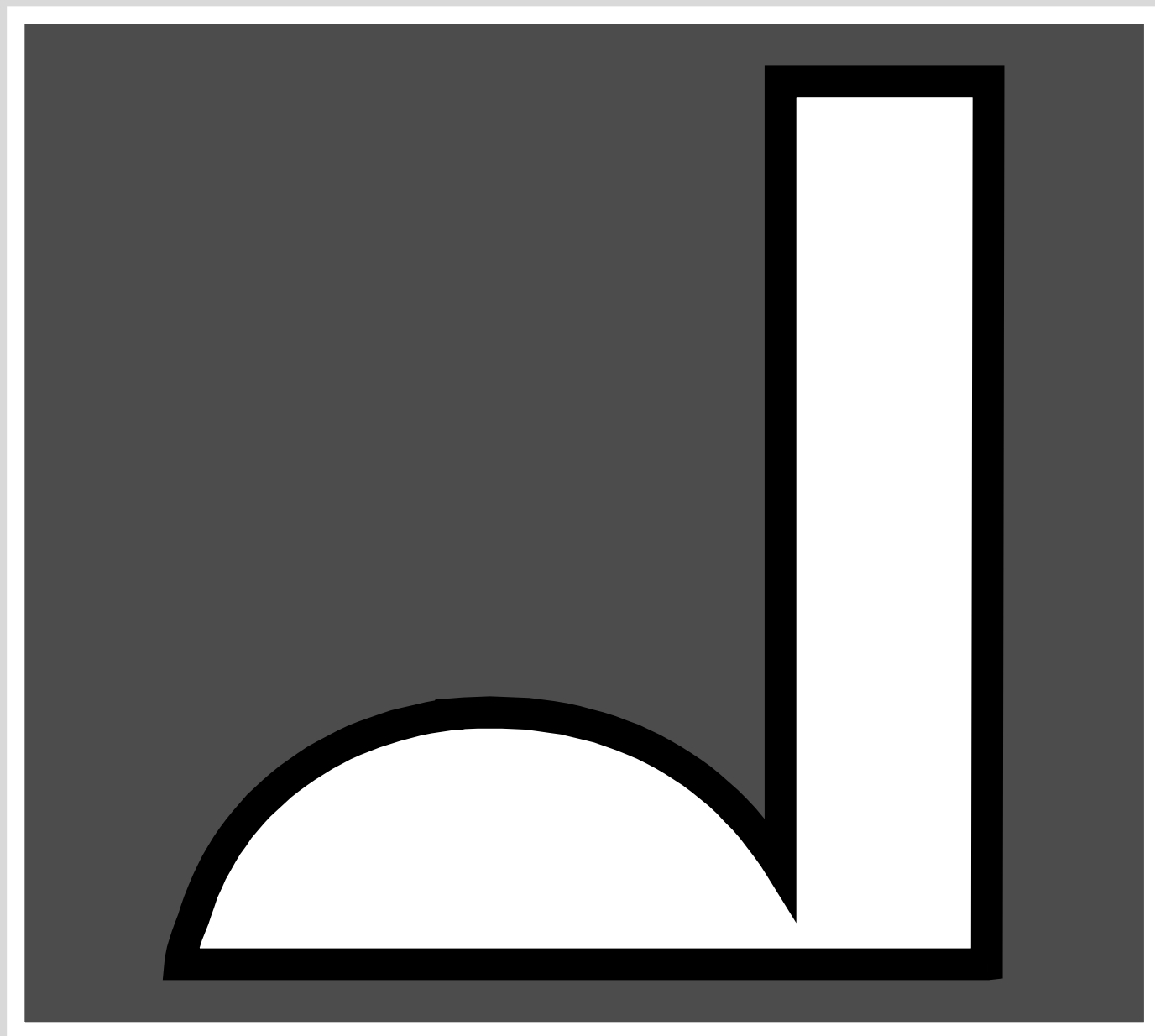




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 131 – SÁBADO, 23 DE AGOSTO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI		3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL <i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i>		PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95) <i>Aguardando indicações pelas lideranças</i>
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL) Líder Tião Viana PT-AC Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB) Líder Efraim Morais PFL-PB Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Aloizio Mercadante PT-SP	Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella LIDERANÇA DO PMDB - 22 Líder Renan Calheiros PMDB-AL Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá LIDERANÇA DO PFL -18 Líder José Agripino PFL-RN Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges	Rodolpho Tourinho José Jorge LIDERANÇA DO PSDB – 10 Líder Arthur Virgílio PSDB-AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan LIDERANÇA DO PDT - 5 Líder Jefferson Péres PDT-AM Vice-Líderes Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO Vice Líder Patrícia Saboya Gomes
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 103ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE AGOSTO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 28/2003, de 14 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 403, de 2003, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 24814

Nº 154/2003, de 12 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 410, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa. 24814

Nº 629/2003, de 14 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 480, de 2003, do Senador Duciomar Costa. 24814

Nº 630/2003, de 14 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 342, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 24814

1.2.2 – Pareceres

Nºs 1.144 e 1.145, de 2003, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, que determina que as Assembleias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências. 24814

1.2.3 – Ofício

Nº 190/2003, de 21 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação do Senador Alvaro Dias para Vice-Líder daquele Partido. 24823

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 26, de 2003 (nº 311/2003, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o primeiro Relatório de Progresso do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, relativo ao período de 2002..... 24823

Recebimento do Aviso nº 28, de 2003 (nº 306/2003, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de junho de 2003, e quadro demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal; esclarecendo, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação..... 24823

Autuação do Aviso nº 27, de 2003 (nº 1.860/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.046/2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada no Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e nos demais órgãos e entidades envolvidos na execução de ações do Programa Fome Zero (TC nº 006.944/2003 – 6). 24824

Recebimento da Mensagem nº 162, de 2003 (nº 404/2003, na origem), de 21 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 24 a 27 de agosto do corrente, para realizar visita de Estado ao Peru e visita de trabalho à Venezuela. 24824

1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 23/2003, de 28 de maio último, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de

Lei do Senado nº 392, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que determina que as Assembléias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências. 24824

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, seja apreciado pelo Plenário..... 24824

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Participação de S. Ex^a no Seminário do Software Livre. Recriação da Sudam. Considerações sobre a reforma tributária. Matéria publicada na imprensa mato-grossense a respeito da ameaça do MST de ocupação de fazendas do governador daquele Estado..... 24824

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. 24829

SENADOR *PAULO PAIM* – Aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Estatuto do Idoso..... 24832

SENADOR *LEONEL PAVAN*, como Líder – Cumprimentos ao Senador Paulo Paim pela aprovação do Estatuto do Idoso. Redução dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde ao Programa de Combate à AIDS em Itajaí e Balneário Camboriú/SC. 24837

SENADOR *PAULO OCTÁVIO* – Crise na aviação civil brasileira e suas implicações para o turismo interno. 24838

SENADOR *PEDRO SIMON* – Defesa da indicação do nome do diplomata Sérgio Vieira de Mello ao Prêmio Nobel da Paz. 24844

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Atuação das Organizações Não-Governamentais – ONG. 24850

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Distorções tributárias que afetam o Rio de Janeiro. Fusão das empresas aéreas VARIG e TAM. 24853

SENADOR *RENAN CALHEIROS* – Irregularidades na malha ferroviária do Nordeste, hoje sob concessão da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN. 24856

SENADOR *MAGUITO VILELA* – Anúncio, pelo Presidente Lula, das medidas a serem adotadas para retomada do desenvolvimento econômico. Defesa da recriação da Sudeco. Transcurso

dos 21 anos do Município de Chapadão do Céu/GO..... 24860

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Solicitação de apoio governamental para viabilizar a implantação de frente agrícola no Estado de Roraima. 24862

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Necessidade de alternativas para desonerar a produção e aumentar a competitividade brasileira no mercado internacional. Apoio à fixação de alíquota permanente em favor da Saúde..... 24865

SENADOR *LUIZ OTÁVIO* – Importância da hidroelétrica de Belo Monte, situada no rio Xingu, próximo à cidade de Altamira/PA. 24867

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Comentários sobre a matéria “Cheques sem fundos têm recorde de janeiro a julho”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 do corrente. 24868

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Considerações a respeito de matérias publicadas no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 14 do corrente, que tratam de conflito agrário no Rio de Janeiro e das ações do MST no Brasil..... 24870

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Registro da matéria “Indústria paulista demitiu menos em julho”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 13 do corrente. 24872

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Análise da matéria “Sem-terras invadem fazenda no interior de Pernambuco”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 11 do corrente..... 24872

SENADOR *ARTHUR VÍRGILIO* – Transcrição da entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada hoje, no jornal **Correio Braziliense**. 24874

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Realização, na cidade de Açailândia/MA, entre os dias 25 e 27 do corrente, da primeira jornada Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão. 24875

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Transcrição de artigo do Diretor da Fundação Getúlio Vargas, Joaquim Falcão, intitulado “Bolsa-Escola e Fome Zero”, publicado no jornal **Correio Braziliense**. ... 24877

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 99 e 100, de 2003. 24878

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.608 a 4.625, de 2003. 24879

SENADO FEDERAL

4 - COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL - 52ª LEGISLATURA

5 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES

6 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

7 - CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 - PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 - CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 - CONSELHO DA ORDEM DO
CONGRESSO NACIONAL

11 - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL

12 - COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação
Brasileira)

13 - COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 103ª Sessão não Deliberativa, em 22 de Agosto de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Pedro Simon,
Paulo Octávio, Luiz Otávio, Maguito Vilela e Mozarildo Cavalcanti*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 28/2003, de 14 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 403, de 2003, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

Nº 154/2003, de 12 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 410, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa;

Nº 629/2003, de 14 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 480, de 2003, do Senador Duciomar Costa; e

Nº 630/2003, de 14 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 342, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As informações referentes aos Requerimentos nºs 342, 403 e 480, de 2003, foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

As informações sobre o Requerimento nº 410, de 2003, encontram-se na Secretaria-Geral da Mesa à disposição da Requerente.

O Requerimento nº 403, de 2003, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Os Requerimentos nºs 342 e 480, de 2003, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 1.144 E 1.145, DE 2003

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que determina que as Assembléias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências.

PARECER Nº 1.144, DE 2003

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Paulo Hartung**

Relator **ad hoc**: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, é submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômico, em manifestação preliminar à decisão terminativa que será proferida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Trata-se de Projeto de autoria do nobre Senador Ademir Andrade, que determina que os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista notifiquem aos legislativos estadual ou distrital da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os Estados ou para o Distrito Federal, em dois dias úteis da data da liberação (art. 1º).

Determina, ainda, que o governo beneficiário da liberação de recursos notificará os partidos políti-

cos, as federações e sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais cuja base territorial compreenda a respectiva unidade da federação, em dois dias úteis, contados da data do recebimento dos recursos (art. 2º).

Por fim, autoriza que a Casa Legislativa re-presente ao Tribunal de Contas da União em face do descumprimento da obrigação de que trata a lei (art. 3º).

À proposição, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II – Análise

O nobre Senador Ademir Andrade apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, com o intuito de facilitar a fiscalização da aplicação de recursos financeiros transferidos pelos órgãos e entidades da União para os Estados e o Distrito Federal, como meio de garantir os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e, principalmente o da publicidade, aditando que a proposição contribuirá para a democratização da informação sobre a liberação dos recursos do Erário.

Aduz, em prol de sua proposição, que: "... como é do conhecimento de todos, as Assembleias Estaduais e até mesmo a Câmara Legislativa do Distrito Federal muitas vezes nem tomam ciência dos repasses dos recursos federais, ficando a aplicação desses recursos sujeita ao livre arbítrio do Governador. O projeto que ora apresento visa levar para os Estados e o Distrito Federal o mesmo que já acontece com os municípios, através da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, hoje os órgãos federais já são obrigados a comunicarem às Câmaras Municipais sobre todos os recursos enviados aos municípios. Os prefeitos, pela mesma lei, são obrigados a comunicar a entidades da sociedade civil organizada sobre o recebimento desses recursos ..." e conclui a sua justificativa: "Portanto, a Proposição aqui apresentada, trata-se de medida institucional que fornecerá maior transparência à administração dos recursos públicos, bem como, através deste importante passo, o Congresso Nacional reforçará a presença institucional do Legislativo estadual e distrital."

Conforme esclarecido pelo próprio autor, está em vigor a Lei nº 9.452, de 1997, que estabelece idêntica obrigação em face dos municípios. A citada lei resultou de proposta de iniciativa do saudoso Deputado Jackson Pereira, ilustre representante do PSDB do Ceará, que logrou aprovação do Congresso Nacional e foi sancionada pelo Presidente da República.

A proposição tem o mérito de viabilizar o controle e fiscalização da aplicação dos recursos federais repassados voluntariamente aos estados e ao Distrito Federal, inclusive com o necessário controle social, mediante melhor divulgação dos repasses feitos tanto junto aos respectivos órgãos legislativos, quanto às entidades representativas de trabalhadores e patronais, da respectiva base territorial, e aos partidos políticos.

Não obstante o mérito da proposição, como já há norma jurídica em vigor com o mesmo objetivo, ainda que de efeito restrito aos municípios, porém destinada a órgãos e entidades públicas federais, entendendo que o desiderato do Senador Ademir Andrade deva ser processado mediante alteração da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, consoante dispõe o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Há, todavia, além dessa adaptação meramente formal, que se proceder alteração de mérito, no sentido de viabilizar que a divulgação do recebimento dos recursos, de que trata o art. 2º, possa ser feita mediante publicação em jornal de grande circulação, tendo em vista que a notificação a todos os partidos, sindicatos e representações patronais pode ser de difícil operacionalização, principalmente nos maiores centros urbanos e quando se estende essa obrigação para o âmbito estadual e para o Distrito Federal.

Assim, caberá às próprias unidades da federação definir de que maneira farão a divulgação pretendida que, se se fizer por meio de publicação na imprensa escrita aumentará o seu alcance, permitindo que todos os leitores possam acompanhar a aplicação dos recursos e se transformar em vetor da informação.

III – Voto

Diante do exposto, não vislumbrando qualquer óbice de natureza constitucional, que será melhor analisado pela Douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e ante a evidente conveniência e oportunidade da proposição, por promover a necessária transparência na aplicação dos recursos públicos, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, com a emenda substitutiva nº 1 que apresento a fim de adaptar a redação do projeto à técnica legislativa instituída pela Lei Complementar nº 95, de 1998, incluindo novo parágrafo único no art. 2º, para permitir que a divulgação aos partidos políticos, às federações e sindicatos dos trabalhadores com base territorial na unidade da federação respectiva e às entidades empresariais com sede no Distrito Federal ou no Estado seja efetivada mediante publicação em jornal de grande circulação no estado ou no Distrito Federal.

EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 1999

“A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, que “determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação, a fim de estender a obrigatoriedade de divulgação de liberação de recursos federais para os estados e para o Distrito Federal

Art. 1º A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Determina que as Câmaras Municipais, as Assembléias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para as respectivas unidades da federação e dá outras providências” (NR)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão as respectivas Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal da liberação de recursos financeiros

que tenham efetuado, a qualquer título, respectivamente, para os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação. (NR)

Art. 2º A Prefeitura do Município, o Governo do Estado e o Governo do Distrito Federal beneficiário da liberação de recursos de que trata o art. 1º desta Lei notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, ou federações representativas dos empregados e patronais cuja base territorial englobe a unidade da federação, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos. (NR)

Parágrafo único. A divulgação de que trata este artigo, nos municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, nos estados e no Distrito Federal poderá ser efetuada mediante publicação em jornal de grande circulação.

Art. 3º Os órgãos legislativos representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido no art. 1º desta Lei. (NR)

Art 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, 8 de setembro de 1999. –
Ney Suassuna, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator *ad hoc* – **Paulo Hartung** (sem voto) – **Carlos Bezerra** – **Jefferson Peres** – **Lúcio Alcântara** – **Eduardo Suplicy** – **Maguito Vilela** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Osmar Dias** – **Paulo Souto** – **Bello Parga** – **Agnelo Alves** – **João Alberto Souza** – **Pedro Simon**.

PARECER Nº 1.145, DE 2003

(Da Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno, vem ao exame deste Colegiado, em decisão terminativa, o anexo Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, que “Determina que as Assembléias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências”.

Na dicção do art. 1º, os órgãos e entidades da Administração Pública federal notificarão aos legisla-

tivos estaduais e distrital a liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para as respectivas unidades federadas, no prazo de dois dias úteis, contado da data do repasse.

O art. 2º prevê que os governos estaduais e distrital beneficiários notificarão aos partidos, às federações, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais de suas jurisdições, também no prazo de dois dias úteis da data do recebimento dos recursos.

Por fim, o art. 3º estabelece que as Assembleias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do disposto nesta Lei.

Sendo inicialmente distribuído ao crivo da douta Comissão de Assuntos Econômicos, o ilustre Senador Paulo Hartung fez detida análise da proposição, considerando meritória a iniciativa, mas concluindo pela apresentação de substitutivo, sobretudo em face do disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo a qual o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei. E que Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, trata exatamente da mesma matéria, só que em relação aos municípios.

O substitutivo apresentado pelo eminente representante do Estado do Espírito Santo tem o seguinte teor:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1, DE 1999

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 1999

“A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, que “determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação, a fim de estender a obrigatoriedade de divulgação de liberação de recursos federais para os estados e para o Distrito Federal.

Art. 1º A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Determina que as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas dos Esta-

dos e a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para as respectivas unidades da federação e dá outras providências” (NR)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão as respectivas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, respectivamente, para os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação. (NR)

Art. 2º A Prefeitura do Município, o Governo do Estado e o Governo do Distrito Federal beneficiário da liberação de recursos de que trata o art. 1º desta Lei notificarão os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, ou federações representativas dos empregados e patronais cuja base territorial englobe a unidade da federação, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos. (NR)

Parágrafo único. A divulgação de que trata este artigo, nos municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, nos estados e no Distrito Federal poderá ser efetuada mediante publicação em jornal de grande circulação.

Art. 3º Os órgãos legislativos representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido no art. 1º desta Lei. (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

II – Análise

Como se pode notar, e com as nossas escusas, há na emenda substitutiva algumas pequenas impropriedades que precisam ser eliminadas.

Exemplos: a expressão “O Congresso Nacional decreta” deveria vir antes do art. 1º. A locução “Prefei-

tura do Município”, conquanto constante da Lei 9.452/97, deve ser evitada, porque o termo “prefeitura” tem o sentido do lugar onde está instalada a sede do governo municipal, e a pessoa jurídica de direito público é o Município de ... e não a Prefeitura de ...

No parágrafo único do art. 2º deve ficar apenas a quantidade por extenso, consoante determina a letra **f** do inciso II do art. 11 da Lei Complementar nº 95/98. Na conformidade da redação do texto da **Lex Mater**, a seqüência é sempre da maior para a menor unidade da Federação.

Desse modo, é de se apresentar, ao final, subemenda substitutiva que, como pensamos, poderá aprimorar ainda mais a proposição.

Afora essas pequenas falhas, não resta a menor dúvida de que são realmente meritórios os propósitos visados pela iniciativa.

Sendo a sociedade a supridora de recursos dos cofres públicos, é natural que seus representantes tomem conhecimento da movimentação desses valores, especialmente do aporte de verbas a seus estados ou às suas comunas, para que se possibilite a realização do chamado controle social da aplicação dos dinheiros públicos.

Se não se pode mais fazer um controle direto por parte do cidadão, como na polis da Grécia antiga, como notícia Fustel de Coulanges em sua notável *A Cidade Antiga*, pelo menos que essa fiscalização se dê por intermédio dos representantes do povo e por meio das entidades representativas da sociedade civil, tudo isso em conformidade com o princípio da publicidade, que a nossa Lei Fundamental consagra como um dos postulados que deve informar a administração dos bens e valores públicos.

III – Voto

Quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, podemos dizer que a União é competente para legislar sobre a matéria e que o poder de iniciativa cabe a qualquer parlamentar, como, aliás, já acontecera com a lei que se pretende aperfeiçoar.

Em assim sendo, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 2 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 1999

Determina que as Assembléias Legislativas dos Estados, a Câmara Legis-

lativa do Distrito Federal e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para as respectivas unidades da federação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão as Assembléias Legislativas dos Estados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as Câmaras Municipais da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, respectivamente, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação.

Art. 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios beneficiários da liberação de recursos de que trata o artigo anterior notificarão os partidos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede em seus territórios, ou federações representativas dos empregados e patronais cuja base territorial englobe a unidade da federação, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

Parágrafo único. A divulgação de que trata este artigo, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios com mais de cinquenta mil habitantes, poderá ser efetuada mediante publicação em jornal de grande circulação.

Art. 3º Os órgãos legislativos representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido no art. 1º desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997.

Sala da Comissão, 7 de maio de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Amir Lando**, Relator – **Serys Silhesarenko** – **Aloizio Mercadante** – **Tião Viana** – **Antonio Carlos Valadares** – **Papaléo Paes** – **Siba Machado** – **João Capiberibe** – **Garibaldi Alves Filho** – **Juvêncio da Fonseca** – **Luiz Otávio** – **João Alberto Souza** – **Antônio Carlos Magalhães** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Renildo Santana** – **Tasso Jereissati** – **Jefferson Péres** – **João Batista Motta**.

CMC DA N.º 2 - CCJ (SUBSTITUTIVO)
PROPOSIÇÃO: PLS N.º 392, DE 1999

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERY'S SLHESARENKO		X			1 - EDUARDO SUPLYCI				
ALOIZIO MERCADANTE		X			2 - ANA JÚLIA CAREPA		X		
TIAO VIANA		X			3 - SIBÁ MACHADO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X			4 - FERNANDO BEZERRA				
MAGNO MALTA					5 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
PAPALÉO PAES	X				6 - JOÃO CAPIBERIBE		X		
MARCELO CRIVELLA					7 - (VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO	X				1 - RAMEZ TEBET				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				2 - JOÃO ALBERTO SOUZA	X			
JOSÉ MARANHÃO					3 - IRIS DE ARAÚJO				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				4 - VALMIR AMARAL				
LUIZ OTÁVIO	X				5 - SÉRGIO CABRAL				
PEDRO SIMON					6 - NEY SUASSUNA				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - EFRAIM MORAIS				
CÉSAR BORGES	X				2 - JOÃO RIBEIRO				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JORGE BORNHAUSEN				
EDISON LOBÃO					4 - JOSÉ JORGE				
RENILDO SANTANA	X				5 - RODOLFO TOURINHO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARTHUR VIRGÍLIO					1 - ANTERO PAES DE BARROS				
TASSO JEREISSATI	X				2 - TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ROMERO JUCA					3 - LEONEL PAVAN				
TITULAR - PDT					TITULAR - PDT				
JEFFERSON PERES				X	1 - ALMEIDA LIMA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO BATISTA MOTTA	X				1 - MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL: 20 SIM: 12 NÃO: 06 ABSTENÇÃO: 04 AUTOR: - PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 07/05/2003

Senador EDISON LOBÃO

Presidente

TEXTO FINAL

DO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 392, DE 1999

Na Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania que:

“Determina que as Assembléias Legislativas dos Estados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para as respectivas unidades da federação e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão as Assembléias Legislativas dos Estados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as Câmaras Municipais da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, respectivamente, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação.

Art. 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios beneficiários da liberação de recursos de que trata o artigo anterior notificarão os partidos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede em seus territórios, ou federações representativas dos empregados e patronais cuja base territorial englobe a unidade da federação, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

Parágrafo único. A divulgação de que trata este artigo, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios com mais de cinquenta mil habitantes, poderá ser efetuada mediante publicação em jornal de grande circulação.

Art. 3º Os órgãos legislativos representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido no art. 1º desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2003. – Senador **Edison Lobão**, Presidente – Senador **Amir Lando**, Relator.

VOTO EM SEPARADO

(Do Senador Sibá Machado)

(Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

I – Relatório

Cuida a presente proposição, de autoria do eminente Senador Ademir Andrade, da divulgação dos repasses da União para Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante notificação dos respectivos poderes legislativos. Para agilização dos trabalhos desta Comissão, adoto, desde logo, o relatório lavrado pelo ilustre Senador Amir Lando.

II – Voto

Em princípio, não veríamos óbices ao acatamento da proposição, na forma da emenda substitutiva oferecida, que busca corrigir vícios de técnica legislativa constantes de outro Substitutivo apresentado no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Mas é conveniente observar que a matéria já está regulada pelo art. 1º, incisos I a VI da Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, que trata da publicação dos mesmos dados pelo Tribunal de Contas da União. Além disso, os arts. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) asseguram a transparência na gestão de recursos repassados pela União aos demais entes federados. Por essas razões, em que pesem os méritos da iniciativa, cremos que a matéria já está razoavelmente regulada na legislação vigente, razão pela qual recomendamos a declaração de sua prejudicialidade, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno.

Sala das Reuniões, de março de 2003. – Senador **Sibá Machado**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:
.....

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

II – para a obtenção de precisão:

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001)

LEI Nº 9.452, DE 20 DE MARÇO DE 1997

Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão as respectivas Câmaras Municipais da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os Municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação.

Art. 2º A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos, de que trata o art. 1º desta Lei, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

Art. 3º As Câmaras Municipais representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

**DOCUMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS
TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO ART.
250 DO REGIMENTO INTERNO**

Relator: Senador **Paulo Hartung**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, é submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, em manifestação preliminar à decisão terminativa que será proferida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Trata-se de Projeto de autoria do nobre Senador Ademir Andrade, que determina que os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista notifiquem aos legislativos estadual ou distrital da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os Estados ou para o Distrito Federal, em dois dias úteis da data da liberação (art. 1º).

Determina, ainda, que o governo beneficiário da liberação de recursos notificará os partidos políticos, as federações e sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais cuja base territorial compreenda a respectiva unidade da federação, em dois dias úteis, contados da data do recebimento dos recursos (art. 2º).

Por fim, autoriza que a Casa Legislativa represente ao Tribunal de Contas da União em face do descumprimento da obrigação de que trata a lei (art. 3º).

À proposição, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II – Análise

O nobre Senador Ademir Andrade apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, com o intuito de facilitar a fiscalização da aplicação de recursos financeiros transferidos pelos órgãos e entidades da União para os Estados e o Distrito Federal, como meio de garantir os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e, principalmente, o da publicidade, aditando que a proposição contribuirá para a democratização da informação sobre a liberação dos recursos do erário.

Aduz, em prol de sua proposição, que: "... como é do conhecimento de todos, as Assembléias Estaduais e até mesmo a Câmara Legislativa do Distrito Federal muitas vezes nem tomam ciência dos repasses dos recursos federais, ficando a aplicação desses recursos sujeita ao livre arbítrio do Governador. O projeto que ora apresento visa levar para os Estados e o Distrito Federal o mesmo que já acontece com os municípios, através da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, hoje os órgãos federais já são obrigados a comunicarem às Câmaras Municipais sobre todos os recursos enviados aos municípios. Os prefeitos, pela mesma lei, são obrigados a comunicar a entidades da sociedade civil organizada sobre o recebimento desses recursos ..." e conclui a sua justificativa: "Portanto, a Proposição aqui apresentada, trata-se de medida institucional que fornecerá maior transparência à administração dos recursos públicos, bem como, através deste importante passo, o Congresso Nacional reforçará a presença institucional do Legislativo estadual e distrital".

Conforme esclarecido pelo próprio autor, está em vigor a Lei nº 9.452, de 1997, que estabelece idêntica obrigação em face dos municípios. A citada lei resultou de proposta de iniciativa do saudoso Deputado Jackson Pereira, ilustre representante do PSDB do Ceará, que logrou aprovação do Congresso Nacional e foi sancionada pelo Presidente da República.

A proposição tem o mérito de viabilizar o controle e fiscalização da aplicação dos recursos federais repassados voluntariamente aos estados e ao Distrito Federal, inclusive com o necessário controle social, mediante melhor divulgação dos repasses feitos tanto junto aos respectivos órgãos legislativos, quanto às entidades representativas de trabalhadores e patronais, da respectiva base territorial, e aos partidos políticos.

Não obstante o mérito da proposição, como já há norma jurídica em vigor com o mesmo objetivo, ainda que de efeito restrito aos municípios, porém destinada a órgãos e entidades públicas federais, entendendo que o desiderato do Senador Ademir Andrade deva ser processado mediante alteração da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, consoante dispõe o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei

considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Há, todavia, além dessa adaptação meramente formal, que se proceder alteração de mérito, no sentido de viabilizar que a divulgação do recebimento dos recursos, de que trata o art. 2º, possa ser feita mediante publicação em jornal de grande circulação, tendo em vista que a notificação a todos os partidos, sindicatos e representações patronais pode ser de difícil operacionalização, principalmente nos maiores centros urbanos e quando se estende essa obrigação para o âmbito estadual e para o Distrito Federal.

Assim, caberá às próprias unidades da federação definir de que maneira farão a divulgação pretendida que, se fizer por meio de publicação na imprensa escrita aumentará o seu alcance, permitindo que todos os leitores possam acompanhar a aplicação dos recursos e se transformar em vetor da informação.

III – Voto

Diante do exposto, não vislumbrando qualquer óbice de natureza constitucional, que será melhor analisado pela Douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e ante a evidente conveniência e oportunidade da proposição, por promover a necessária transparência na aplicação dos recursos públicos, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, com a emenda substitutiva nº 1 que apresento a fim de adaptar a redação do projeto à técnica legislativa instituída pela Lei Complementar nº 95, de 1998, incluindo novo parágrafo único no art. 20, para permitir que a divulgação aos partidos políticos, às federações e sindicatos dos trabalhadores com base territorial na unidade da federação respectiva e às entidades empresariais com sede no Distrito Federal ou no Estado seja efetivada mediante publicação em jornal de grande circulação no estado ou no Distrito Federal.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1 – CAE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 1999

A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação, a fim de estender a obrigatoriedade de divulgação de liberação de recursos federais para os estados e para o Distrito Federal.

Art. 1º A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Determina que as Câmaras Municipais, as Assembléias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para as respectivas unidades da federação e dá outras providências” (NR)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão as respectivas Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, respectivamente, para os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação. (NR)

Art. 2º A Prefeitura do Município, o Governo do Estado e o Governo do Distrito Federal beneficiário da liberação de recursos de que trata o art. 1º desta Lei notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, ou federações representativas dos empregados e patronais cuja base territorial englobe a unidade da federação, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos. (NR)

Parágrafo único. A divulgação de que trata este artigo, nos municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, nos estados e no Distrito Federal poderá ser efetuada mediante publicação em jornal de grande circulação.

Art. 3º Os órgãos legislativos representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido no art. 1º desta lei. (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, _____, Presidente. – **Paulo Hartung**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

Ofício nº 190/03-GLPSDB

Brasília, 21 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Exª, tenho a honra de indicar o Senador Álvaro Dias Vice-Líder da Liderança do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência acata a indicação, por interpretação extensiva do § 1º do art. 81, **in fine**, do Regimento Interno, considerando que, no início desta sessão legislativa, o PSDB contava com 12 membros.

O expediente vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 26, de 2003** (nº 311/2003, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, com base na Resolução nº 64, de 1999, do Senado Federal, o primeiro Relatório de Progresso do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, relativo ao período de 2002.

O expediente, anexado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 28, de 2003** (nº 306/2003 na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de junho de 2003, e quadro demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal.

O Sr. Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 16, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica que autuou, a pedido da Comissão de Educação, o **Aviso nº 27, de 2003** (nº 1.860/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.046/2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada no Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e nos demais órgãos e entidades envolvidos na execução de ações do Programa Fome Zero (TC – 006.944/2003 – 6).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 162, de 2003** (nº 404/2003, na origem), de 21 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 24 a 27 de agosto do corrente, para realizar visita de Estado ao Peru e visita de trabalho à Venezuela.

O expediente, juntado ao processado da Mensagem nº 2, de 2003, vai à publicação.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 162, DE 2003
(Nº 404/2003, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 24 a 27 de agosto de 2003, para realizar visita de Estado ao Peru e visita de trabalho à Venezuela.

As visitas ao Peru e à Venezuela, que realizarei em atenção a convite do Presidente Alejandro Toledo e do Presidente Hugo Chávez, respectivamente, se inscrevem na política do Governo brasileiro de crescente aproximação com os países sul-americanos e de integração da América do Sul e permitirão o estreitamento da relação bilateral com aqueles países.

Brasília, 21 de agosto de 2003. – **Luis Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

Ofício nº 23/03-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 28 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reu-

nião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adota definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que “Determina que as Assembléias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra a nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de pedir a V. Exª que fizesse registrar nos Anais do Senado da República discurso feito pela minha pessoa na abertura da Semana do **Software** Livre no Legislativo.

Também solicito que fique registrado um outro discurso, que proferi ontem em nome do Presidente José Sarney, que não pôde estar presente no encerramento do Seminário do **Software** Livre no Legislativo. S. Exª o Presidente do Senado pediu-me que o representasse e lesse o discurso que ele faria e não fez por estar impossibilitado de lá estar presente.

Sr. Presidente, são então dois registros. Um, o da minha fala na abertura da Semana do **Software** Livre, e, o outro, o discurso do Presidente José Sarney que li ontem no encerramento desse mesmo encontro.

Quero dizer rapidamente que esse grande seminário – que foi realmente bastante grande, porque durou 4 dias e reuniu, em determinados momentos, mais de mil pessoas – é mais um desafio do qual o Congresso Nacional passa a participar também. A sociedade, de modo geral, vem se organizando para defender, criar e produzir o **software** livre e os órgãos

públicos, acredito, daqui para a frente, estarão participando ativamente disso.

É importante, sim, o **software** livre em um País como o nosso em que a informática é ainda extremamente excludente. Sabemos que o acesso a computadores, hoje, é feito por entre 8% e 10% da população brasileira, e os que têm acesso aos instrumentos que fazem essa máquina girar, de forma regular, estão em torno de 50% disso, ou seja, são de 4% a 5% da população apenas.

Por isso precisamos buscar legislar sobre isso, mas, com certeza, precisamos criar, produzir, levar para dentro das escolas – como disse o Professor Stallman, que lá esteve presente –, para que as nossas crianças e os nossos jovens possam conhecer novas linguagens. Eu diria que é em nome de uma sociedade livre, justa e incluyente que precisamos defender o **software** livre.

E já aproveito para convidar as Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares – as Sr^{as} e os Srs. Senadores e Deputados – para participarem da Frente Parlamentar Mista em Defesa do **Software** Livre. Já temos as inscrições de 132 Deputados e de em torno de 30 Senadores, totalizando 150 inscritos, que inclusive têm o Presidente José Sarney como seu Presidente de honra.

Sr. Presidente, quero, ainda hoje, falar rapidamente de dois grandes companheiros de Mato Grosso, o meu Estado. Refiro-me ao companheiro Sivaldo Dias Campos, que é Vereador em Cuiabá, grande companheiro, que ficou, nas últimas eleições municipais, como primeiro suplente. Menos de uma semana após o término da apuração das últimas eleições municipais, ele sofreu um atentado. Aliás, os mandantes do crime e os que tentaram assassiná-lo já foram julgados, pegaram pena máxima e estão presos. O Vereador ficou com seqüelas gravíssimas, sem andar, sem falar, ele que sempre foi uma pessoa extremamente participativa, um militante de primeira grandeza. Mas, com muito esforço, Sivaldo teve uma recuperação considerada inacreditável por quem viu e acompanhou tudo. Tanto é que, hoje, ele já anda e pronuncia várias palavras, formulando inclusive frases. Está tendo grandes avanços, tanto é que pôde assumir a cadeira como primeiro suplente na Câmara de Vereadores.

Então, a nossa saudação ao companheiro Sivaldo Dias Campos pela sua grandeza e determinação, porque só a determinação de uma pessoa muito forte pode levá-la a conquistar o que ele está conquistando. Hoje, ele se licencia por 121 dias para dar continuidade ao tratamento que está possibilitando que ele

tenha avanços significativos. Em seu lugar, assume o companheiro, não menos valoroso, Domingos Sávio Parreira, também do Partido dos Trabalhadores, um militante sério, que certamente marcará época na Câmara dos Vereadores de Cuiabá, que conta também com uma guerreira, a nossa companheira Vereadora Enelinda Scala.

A esses três companheiros Vereadores do Partido dos Trabalhadores da nossa capital de Mato Grosso, a saudação daquela que acredita e tem a certeza de que eles fazem a grande diferença na Câmara de Vereadores de Cuiabá, por suas posturas firmes, fortes, sábias e determinadas.

Quero, ainda, no momento em que saúdo a recriação da Sudam, tecer alguns comentários. Li, hoje, uma manchete de jornal que informava que a Sudam poderá liberar até R\$1,5 bilhão a cada ano. É muito importante a recriação da Sudam? Com certeza. Será muito importante para a nossa região, a região Amazônica. Não tenho dúvidas disso. Ainda ontem ainda, pessoas da imprensa me perguntavam o que eu achava da recriação da Sudam. Comecei a historiar, rapidamente, o assunto, Senadores Romero Jucá e Pedro Simon, e fiquei pensando: por que temos que extinguir as coisas intempestivamente para, depois, recriá-las? É aquela velha história: se a criança caiu na lama, lava-se a criança e joga-se a água suja fora. Mas, em nosso País, parecia haver uma maneira diferente de tratar essas coisas. Aconteciam casos gravíssimos de corrupção nas instituições, como houve com a Sudam à época, e, em vez de demitirem as pessoas responsáveis, de julgarem aqueles que não ocupavam cargos, mas que participavam – há denúncia de desfalque de três bilhões naquela Superintendência –, em vez puni-los e colocá-los na cadeia, porque lugar de corrupto é na cadeia, alguns até se reelegeram, mesmo após tantas denúncias de suas participações em corrupção na Sudam. Há alguns que hoje são Parlamentares. Isso é grave!

No meu entendimento, se a criança está suja, dá-se banho nela e joga-se a água suja fora; não se joga a criança fora. O que fizeram com a Sudam, ao extingui-la rapidamente, foi jogar a criança fora, em vez de ir até às últimas conseqüências, julgando e punindo aqueles que eram os responsáveis pelos desmandos que aconteceram e aqueles que fizeram com que esses desmandos acontecessem na Sudam.

Não sei, não tenho notícias disto, peço até que me ajudem a rememorar, mas V. Ex^a sabem de alguém do caso Sudam que tenha sido preso? As altas

figuras, principalmente? Se alguém puder me responder, por favor, que o faça agora.

A Sudam retorna hoje, conforme foi anunciado ontem pelo Presidente Lula, e, espero, com todo o vigor. Tenho a certeza de que a companheira que está assumindo a sua direção irá, certamente, mostrar que se trata de um órgão vital para o desenvolvimento da região Amazônica, e de um potencial essencial para gerar empregos e para melhorar a qualidade de vida daquela população, principalmente da população menos favorecida.

No caso da Sudam, não tenho os dados, mas aqueles companheiros, em especial a nossa Superintendente, certamente os terão e saberão identificar os projetos isentos de vícios, sem irregularidades em seu bojo, que deverão ser imediatamente retomados, para mostrarmos à sociedade que o nosso Governo, realmente, faz a diferença. Quanto aos projetos em que houver indícios de malversação de recursos, de superfaturamento e de tantas outras irregularidades, que eles realmente passem por auditorias e nada lhes seja liberado enquanto tudo não estiver muito esclarecido.

Portanto, que se separe, em termos de projetos da Sudam, o joio do trigo, para que os recursos sejam imediatamente liberados aos projetos que estão em condições de serem viabilizados, pois são importantíssimos para a nossa região.

Passo a outro assunto. Ontem, em Mato Grosso, houve uma grande mobilização do empresariado, em especial o mais próximo da nossa capital, Cuiabá. Foram milhares e milhares de pessoas para as ruas, preocupadas com a reforma tributária. Não tenho maiores detalhes sobre isso, porque não pude estar presente, uma vez que precisava estar aqui no Senado, mas a informação que tenho é a de que o principal motivo dessa mobilização, liderada por muitos empresários, em especial pelo Sr. Nereu Pasini, Presidente da Fiemt, era a reforma tributária.

Devemos dizer-lhes para levantar os problemas e trazer as suas reivindicações, sugestões e propostas. O Partido dos Trabalhadores e, com certeza, o Senado da República e o Congresso Nacional estão abertos para discutir com todos, do empresariado aos trabalhadores de um modo geral, a questão da reforma tributária. A discussão está começando na Câmara dos Deputados e ainda vai demorar um pouco para chegar ao Senado. Portanto, encaminhe-nos suas proposições, para que as coloquemos na mesa de discussão. Acredito no debate aberto, na discussão profunda, para que possamos, realmente, fazer mudanças significativas nesta reforma tributária.

Por último, apresento manchete do jornal de maior circulação do meu Estado. Em Mato Grosso, há três grandes jornais: o **Diário de Cuiabá**, a **Folha do Estado** e a **Gazeta**. Este é um deles e traz a seguinte manchete: "MST ameaça ocupar as fazendas de Blairo Maggi". Blairo Maggi é hoje o Governador do Estado de Mato Grosso. Eu não vou ler a matéria, cuja submanchete é a seguinte: "O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra diz que o Governador detém 70 mil hectares de terras devolutas". Isso é grave. Se a manchete deste jornal for verdadeira, isto é muito sério: 70 mil hectares de terras devolutas, sendo ocupadas pelo Governador do Estado de Mato Grosso. A reforma agrária está chegando a Mato Grosso, e as terras públicas do Estado são aquelas que, como já anunciei, não estão regularizadas. Segundo levantamento feito em Mato Grosso, o Estado tem 6,6 milhões de hectares de terras públicas, dos quais 3,4 milhões foram regularizados pelos que delas se aposentaram. Embora de forma indevida, utilizando-se de leis ou não, elas acabaram sendo regularizadas. Sobram 3,2 milhões de hectares, que têm que ser vistos para fins de reforma agrária. Que sigam em frente aqueles processos de desapropriação para fins de reforma agrária que estão dentro da regularidade, mas afirmo que Mato Grosso não precisa mais desapropriar terras. As que estão nas mãos de latifundiários de forma indevida terão que ser retomadas pelo Poder Público, porque são públicas, e, como tal, têm um fim social, que é a reforma agrária, cujo objetivo é garantir terra a quem dela precisa para produzir e assegurar condições dignas de vida e de sobrevivência para as famílias. O dinheiro necessário para desapropriar terras em Mato Grosso poderá ser investido em condições de crédito agrícola, em potencial de escoamento e comercialização dos produtos, em especial os da agricultura familiar. Portanto, o dinheiro para a reforma agrária que está destinado a Mato Grosso, com certeza, será para viabilizar a produção, porque, além das desapropriações que já estão em procedimento, o que precisamos, agora, é de recursos para fazer a política agrícola andar.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Minhas senhoras, meus senhores, é com imenso prazer que estou aqui hoje para abrir a Semana do

Software Livre no Legislativo, representando o Presidente do Senado, Senador José Sarney, que está impossibilitado de comparecer.

A temática do **software** livre está sendo discutida por todo o mundo, por representar uma solução diferente para os problemas decorrentes da necessidade de ampliar o uso das tecnologias de informação.

Os modelos tradicionais de desenvolvimento de **software** por meio de esforços isolados de empresas comerciais, protegidas e ao mesmo tempo limitadas por patentes intelectuais, têm ficado bastante limitados pela própria dinâmica dos mercados mundiais. Ao nosso ver, eles se esgotarão rapidamente.

O **software** livre representa um rompimento desta camisa de força. No lugar do desenvolvimento competitivo predatório, um esforço cooperativo, de dimensões mundiais, assume seu lugar como novo modelo para o desenvolvimento tecnológico.

O objetivo principal das atividades que iremos desenvolver de hoje ao dia 22 de agosto é o de sensibilizar o Legislativo e a população brasileira sobre a importância da adoção de soluções livres, especialmente na esfera do serviço público.

Aqui serão discutidas várias experiências bem sucedidas, apresentadas por especialistas de renome internacional, que demonstrarão, tenho toda a certeza, que o Brasil poderá abraçar, sem sustos, a proposta do **software** livre na esfera pública.

Existem atualmente vários projetos em discussão no nosso Parlamento tratando de vários assuntos ligados ao tema central de nossa semana. Sem sombra de dúvida, as discussões serão capazes de nos permitir aperfeiçoar esses projetos, que, no devido momento, poderão ser transformados em uma legislação inovadora, capaz de colocar nosso País em posição de destaque na vanguarda mundial da tecnologia da informação.

A principal característica do programa de computador classificado como **software** livre é a inexistência de restrições quanto ao conhecimento de suas rotinas, à liberdade de sua distribuição, assim como as modificações que porventura se fizerem necessárias para adaptação ao aperfeiçoamento de sua funcionalidade. É uma forma muito importante de ajudar na transferência de tecnologias, consideradas de domínio público, que são essenciais para países que, como o nosso, tem limitação de recursos financeiros. Quanto mais pudermos poupar com a aquisição de bens tecnológicos de ponta, mais recursos poderão ser disponibilizados para aplicação em nossas profundas carências sociais.

Nosso principal capital é o nosso povo, a nossa inteligência, e, com esse capital, podemos devolver aos outros países, na forma de mais programas livres, de mais conhecimento desenvolvido, as colaborações que receberemos de profissionais do setor de informática de todo o mundo.

O espírito do **software** livre, que incentiva a busca de soluções de forma coletiva e solidária, que incentiva o estudo e o desenvolvimento, tem tudo para virar mania no Brasil. É uma cultura baseada no “sim, você e qualquer outro podem fazer”, que substitui o “não, só nós podemos fazer”, que nos condena ao eterno atraso tecnológico, sempre a reboque das grandes empresas, limitados por nosso baixo poder de compra.

Esperamos, enfim, que esta seja uma semana bastante produtiva, que divulgue as vitórias desses novos paradigmas tecnológicos que muitos dos usuários brasileiros, entes públicos ou privados, por comodismo ou ignorância, preferem não discutir.

E que desperte, de uma vez por todas, nossos governantes das várias esferas públicas para a necessidade de buscar alternativas tecnológicas mais baratas, que acabem com as “caixas-pretas”, que motivem o desenvolvimento e o crescimento de nosso mercado interno de informática, necessário, atualmente, para a retomada do crescimento em todos os setores da nossa vida.

Muito obrigada.

Palavras finais

(Senadora Serys Slhessarenko)

Hoje é um dia de festa, um dia de comemoração para todos que aqui nos encontramos.

É sempre bom quando temos motivos para nos alegrar, em meio às muitas vicissitudes desta vida.

E eu quero deixar bem patente a minha satisfação por ver hoje concretizada a instalação da Frente Parlamentar Mista pelo **Software** Livre.

Essa é uma iniciativa que vem de encontro aos anseios da sociedade brasileira e também do parlamento que há, muitos anos, tem se manifestado em defesa dessa nobre causa que é a adoção do **software** livre pelas administrações públicas, inicialmente e depois, cada vez, o fortalecimento da presença do **software** livre também em todo nosso mercado de informática.

Cabe aqui destacar o exemplo e o pioneirismo do Deputado Walter Pinheiro, nosso companheiro e sempre uma referência em termos de dignidade no Congresso Nacional, que, já em 1999, apresentou o primeiro projeto de lei defendendo as teses que hoje nos unem.

Com o passar dos anos, essa preocupação do deputado Walter Pinheiro com relação à adoção do **software** livre se fortaleceu, felizmente, entre os parlamentares dos mais diversos partidos.

É assim que se consolida uma grande causa e a Frente Parlamentar Mista pelo **Software** Livre está aqui para agregar parlamentares, para juntar pessoas, para harmonizar a luta de todas as entidades, empresas e instituições que se disponham a defender a liberdade, a defender uma economia que priorize os interesses da maioria da população e a soberania deste nosso Brasil tão querido.

Formada a Frente Parlamentar Mista pelo **Software** Livre, o nosso movimento entra em novo e importante patamar. Agora, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados juntam suas forças para mobilizar a consciência da sociedade em favor de um desenvolvimento tecnológico que priorize, efetivamente, os interesses da Cidadania.

Que os trabalhos desta Frente contribuam para que outros combatentes se levantam, dentro e fora da administração pública, dentro e fora do Congresso Nacional, visando combater todos os privilégios, todas as formas de monopólio, todos os interesses escusos e excludentes que porventura ainda se manifestem nesta área cada vez mais vital que é o setor da Tecnologia de Informação.

Nossa frente surge neste ano em que o Governo Federal, por intermédio do Presidente Lula, anuncia a adoção do Plano Sociedade da Informação. O objetivo deste programa, pelo que anuncia o governo do PT, é criar, nos próximos quatro anos, as bases para que aumente substancialmente a participação da economia da informação no Produto Interno Bruto (PIB) – hoje estimada em dez por cento. A indústria e as empresas brasileiras, de acordo com o que está sendo projetado, deverão ser os setores mais beneficiados, tornando – se mais competitivos no mercado internacional.

Vamos lutar para que a adoção do **software** livre se firme também como uma preocupação importante dentro deste programa e temos certeza do compromisso do Governo Lula com este ideal.

Um abraço a todos e vamos à luta, no esforço comum de ampliar nosso exército de combatentes porque sabemos que vamos pelear com adversários poderosos.

Parabéns a todos. Obrigado pela contribuição de cada um aqui presente.

Viva a Frente Parlamentar Mista pelo **Software** Livre!

DISCURSO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL JOSÉ SARNEY

Estamos encerrando hoje esta Semana do **Software** Livre e o Seminário O **Software** Livre e o Desenvolvimento do Brasil. O sucesso desta semana é uma afirmação da vitalidade da informática no Brasil, e uma grande satisfação pessoal: me sinto, assim, amplamente recompensado por ter apoiado sua realização.

A importância deste evento é estratégica, é a tomada de posição por parte das várias esferas do Estado em relação ao **Software** Livre. O Brasil decidiu que o setor público considerará os programas abertos como uma alternativa que deve ser plenamente explorada e estimulada, tanto em seus aspectos econômicos como, sobretudo, em seus aspectos conceituais. A sua adoção importa em descobrir e formar caminhos de independência cultural, de criação, de identidade nacional.

A partir de agora será sempre levada em consideração, no momento de difundir a informática, a idéia de que as linguagens informáticas devem ser públicas, desenvolvidas pelo conjunto dos usuários, e não o domínio de monopólios internacionais. Neste caminho um passo fundamental é o da educação. Acredito que, como sugere o professor Stallman, nossas crianças devem aprender os fundamentos da programação, em linguagens abertas, de maneira a que participem de sua evolução e possam manter sua independência.

No Legislativo, temos procurado avançar na utilização do **Software** Livre. Temos um grande número de usuários no Interlegis, e nosso Prodasen tem trocado programas com o Cenin, da Câmara dos Deputados. A Câmara nos passou, por exemplo, o sistema de controle de cotas, e nós lhes passamos nosso sistema de controle de patrimônio, cujo módulo WEB eles nos devolveram aperfeiçoados. Este ano vamos começar, no Prodasen, a utilização do programa **Open Office**, um conjunto de aplicativos – processador de textos, planilha eletrônica, base de dados, etc. – de aplicação geral. Se tudo correr bem, esperamos que o próximo ano veja sua implantação em todo o Senado, num movimento da maior importância, que certamente servirá também de exemplo a amplos setores do serviço público.

Destas discussões está surgindo a Frente Parlamentar pelo **Software** Livre, que já surge como um grupo influente, e que incorporará ao debate do nosso poder legislativo a preocupação de apoiar os siste-

mas abertos, instrumentalizando nossa independência no setor da informática.

Agradeço a todos pela presença e pela colaboração.

Está encerrado o Seminário O **Software** Livre e o Desenvolvimento do Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

Passo a Presidência ao nobre Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, pedi a palavra pela Liderança do PMDB, para fazer o registro de um assunto que a Senadora Serys Slhessarenko acabou de trazer à tribuna: a criação da nova Sudam. Sou Senador do Estado de Roraima e sei o quanto é importante que existam mecanismos de desenvolvimento, de financiamento, compatíveis com a realidade brasileira e em condições de estimular o crescimento das regiões mais pobres do País. A Sudam – não quero entrar no mérito do problema da Sudam passada –, a Suframa, os mecanismos para o desenvolvimento da Amazônia, sem dúvida, precisam de priorização do Governo Federal e da sociedade brasileira.

O Presidente Lula fez questão, ontem, de ir a Belém, para criar a nova Sudam. Espero que esse gesto de Sua Excelência, bem como a ação concreta do Ministro Ciro Gomes, seja um marco para a efetivação de projetos de desenvolvimento que gerem empregos e, mais do que isso, levem à região um desenvolvimento auto-sustentado, de respeito ao meio ambiente e às comunidades indígenas.

É importante que a nova Sudam não seja apenas mais um ente burocrático do Governo. É importante separar a burocracia, que determina volumes e volumes de recursos para projetos inexecutáveis para a maioria da população, do instrumento ágil, competente, rápido, eficaz, que garanta a cada Estado da Amazônia a condição de crescer e desenvolver.

A nova Sudam é uma esperança. Digo, em nome do PMDB e de toda a população de Roraima, que vamos acompanhar de perto essa ação, para que renda frutos, não os do passado, de irregularidades e problemas, que geraram um grande passivo na Su-

dam antiga, mas os do crescimento e melhoria da vida da população brasileira.

Espero que a nova Sudam se centre não só no processo de geração de empregos e no financiamento, por meio de incentivos fiscais, do desenvolvimento regional sustentado, mas também seja um indutor importante da melhoria da infra-estrutura das cidades da Amazônia, a fim de que cada localidade possa dar uma qualidade de vida digna, decente à população, garantindo-lhe trabalho e moradia e consolidando, com isso, uma ocupação racional na região.

Saúdo, Sr. Presidente, a criação da nova Sudam, parabenizando o Ministro Ciro Gomes pelo esboço, pela engenharia administrativa, orçamentária e financeira que efetivamente apresentou e aprovou dentro do Governo.

Nós, do Estado de Roraima, esperamos que o orçamento da Sudam seja descentralizado, para não se repetir o que ocorria no passado, quando todos os Estados da Amazônia apresentavam projetos, e a maioria deles, no fundo, era direcionada para o Estado do Pará, exatamente onde a Sudam tinha a sua sede.

É importante que o Tocantins tenha uma verba específica, assim como o Pará, o Acre e Roraima. Dessa forma, com o incentivo, com a verba, as indústrias e os empresários procurarão cada Estado para fazer seu empreendimento.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, fazendo um registro e um apelo ao Governo Federal e ao Ministro José Grazziano. Quero louvar a implantação do Programa Fome Zero em Roraima. O Ministro anunciou que nove mil famílias, a partir do próximo mês, serão atendidas nos quatorze Municípios no interior do Estado de Roraima. Mas, Sr. Presidente, apelo ao Ministro Grazziano e ao Governo Federal que determinem a implantação do Programa Fome Zero também na Capital, no Município de Boa Vista. Isso porque 65% da população do Estado está condensado em Boa Vista, cujo grande crescimento ocorre exatamente pela migração da população principalmente do interior, que, sem atividade econômica, sem sustentação, vai para a periferia de Boa Vista engrossar o rol de desempregados e de necessitados.

Portanto, se fizermos um estudo da população do Estado verificaremos que é na periferia de Boa Vista que estão, na verdade, os mais carentes, os que passam fome, os desempregados, enfim, os que estão precisando da atenção e da atuação do Programa Fome Zero. É fundamental que se atenda o interior, claro – estamos aqui louvando a ação do Ministro – mas apelamos para que Boa Vista receba rapidamente também a sua inclusão.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras pedindo a transcrição das matérias dos jornais de Roraima que anunciam o ingresso de Roraima no Programa Fome Zero.

Muito obrigado.

Política

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

amplamente discutido e aprovado em tempo hábil para a realização dos concursos, que acontecerão nos próximos meses, conforme determinação judicial. Para se tornar lei, depende da sanção do governador Flamarion Portela", salientou.

Roraima é inserido no Fome Zero: a partir de outubro 9 mil famílias serão contempladas

Ao assinar ontem o Termo de Cooperação Técnica com o ministro José Graziano (Segurança Alimentar), o governador Flamarion Portela efetivou o ingresso de Roraima no programa Fome Zero o principal do governo Lula. A previsão é que inicialmente 9 mil famílias daqui sejam contempladas com R\$ 50 mensais, a partir de outubro próximo. Serão atendidos, neste momento de instalação do programa, os 14 municípios do Interior.

Uma equipe de técnicos do Ministério de Segurança Alimentar fará em Roraima, entre os dias 18 e 22 de agosto, um treinamento para agentes multiplicadores. Serão dois por município, sendo um, indicado pela prefeitura e outro representando a sociedade civil organizada.

A meta é capacitá-los para instalar os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar, que vão gerenciar o funcionamento Fome Zero em suas respectivas cidades.

De acordo com o articulador político do Fome Zero em Roraima, jornalista Pablo Sérgio, cada uma das nove mil famílias escolhidas receberá um cartão alimentação, que tem duração de seis meses, podendo ser renovado por igual período. "Vamos criar, durante este período, grupos de estudo para viabilizar projetos alternativos de geração de renda, evitando que fiquem dependentes do assistencialismo. Este programa é emergencial", frisou.

Substituição

Famílias atendidas pelo programa Vale Alimentação, segundo Pablo Sérgio, não poderão fazer parte do Fome Zero, pois seria duplicidade de assistência. "No entanto, há possibilidade de serem transferidas, cabendo aos conselhos municipais decidir. São os conselheiros que definirão se os levantamentos das pessoas de baixa renda, realizados pelo governo estadual e prefeituras, serão seguidos nesta primeira etapa do programa", detalhou.

Ratinho depõe no Ministério Público e mantém acusação contra dois vereadores da CPI do Cofre

Otoniel Ferreira e Ivo Catanhede afirmaram que se manifestarão sobre o assunto 'somente em momento oportuno'

Ratinho é acusado de ser um dos executores do roubo de R\$ 197 mil do cofre da Câmara de Vereadores de Boa Vista

IVO GALLINDO
Editoria de Política

O detento Márcio Pereira da Silva, conhecido como Ratinho, depôs no Ministério Público Estadual (MPE) e confirmou ter recebido oferta de R\$ 20 mil para confessar ter participado do roubo do cofre da Câmara de Boa Vista, ocorrido no final do ano passado. O dinheiro teria sido prometido pelos vereadores Otoniel Ferreira (PSDB) e Ivo Catanhede (PL).

Em declaração ao promotor Carlos Paixão, o condenado a 29 anos de prisão por roubo e formação quadrilha disse que os referidos vereadores lhe pediram ainda para incriminar o deputado Marcos da Byte (PSDB) como mandante do crime. Na época em que o cofre desapareceu, o parlamentar tucano era vereador e 1º secretário da Mesa Diretora Câmara.

Ratinho detalhou que resolveu, após a quarta vez que lhe ofereceram os R\$ 20 mil, telefonar para Marcos da Byte, de quem foi amigo na infância, relatando o que estava acontecendo. A ligação teria sido feita do celular do advogado João Félix e gravada pelo deputado. Os dois denunciaram juntos, em coletiva à imprensa, a 'armação' de Ivo Catanhede e Otoniel Ferreira.

Nove mil famílias de RR vão ser atendidas pelo Fome Zero

Novel mil famílias carentes de Roraima serão beneficiadas com a inclusão do Estado no programa Fome Zero, do Governo Federal. O governador Flamarion Portela (PT) assinou, na semana passada, um termo de cooperação técnica com o ministro especial de Segurança Alimentar, José Graziano, que possibilitou a inserção de Roraima no programa. Caberá ao governo estadual entrar com a logística e a parte operacional.

Antes da definição das famílias a serem contempladas pelo programa assistencial do governo Lula, foi feito o cadastramento prévio de 12.649 famílias. Dos 15 municípios roraimenses, apenas Boa Vista não será beneficiado nessa primeira fase do Fome Zero.

Cada uma das famílias roraimenses cadastradas no Fome Zero receberá, até a segunda quinzena de outubro, um cartão alimentação no valor de R\$ 50,00. Isso significará uma injeção mensal de R\$ 450 mil na economia do Estado. O cartão alimentação terá validade de seis meses prorrogável por um ano.

Para que as pessoas a serem beneficiadas possam receber o cartão alimentação, será feito um treinamento - de 18 a 22 de agosto - de dois agentes multiplicadores por município, sendo um da Prefeitura e outro da sociedade civil organizada. O objetivo é que cada um desses agentes implante em seu município de origem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar. Deve ser instalado ainda um conselho de abrangência estadual.

Uma vez formados os conselhos municipais de segurança alimentar, será procedido um levantamento sócio-econômico das famílias cadastradas para saber se elas atendem ao perfil exigido pelo programa. Um dos critérios estabelecidos pela coordenação estadual do Fome Zero, é que quem está inscrito no programa Vale-Alimentação do Governo do Estado, não poderá receber o cartão alimentação do programa federal.

Está sendo estudada uma parceria com os Correios para o pagamento dos R\$ 50,00 referentes ao cartão alimentação nos municípios que não dispõem de agência bancária.

Paralelamente a essa ação assistencial do Governo Federal em Roraima, será feito um estudo de propostas para a geração de emprego e renda voltado para as famílias atendidas.

Ainda no mês de agosto será realizado um encontro com todos os dirigentes de órgãos federais de Roraima para discutir ações voltadas para o programa Fome Zero. Essas ações irão desde a arrecadação de alimento, até promoção humana e medidas que visarão gerar emprego e renda.

Voltar

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Em primeiro lugar, a Presidência informa à nobre Senadora Serys Slhessarenko que a solicitação de transcrição feita por S. Exª será atendida na forma do Regimento Interno. E igualmente a V. Exª, Senador Romero Jucá, a transcrição solicitada será atendida na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Casa, o nobre Senador Paulo Paim do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, por cessão do Senador Antero Paes de Barros.

S. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Srªs e Srs. Senadores, no dia de ontem, a Câmara dos Deputados, numa votação histórica, encerra a semana que eu chamaria coroada de êxito, não porque não tenha aprovado na Comissão Especial a reforma tributária, que continua no debate no dia de hoje, mas porque, depois de um longo debate de mais de dez anos – foram cinco anos de debate com a sociedade e cinco anos de debate na Câmara dos Deputados – aquela Casa aprovou, por unanimidade, o Estatuto do Idoso, de nossa autoria, que beneficia de imediato cerca de 20 milhões de pessoas neste País.

Senador Tião Viana, não pela presença de V. Exª no Plenário, mas por diversas vezes eu o procurei. V. Exª fez um documento em nome da maioria dos Senadores desta Casa – sei que todos assinariam se desse tempo – e encaminhou ao Presidente João Paulo. Este, sensível à sua reivindicação, por sua vez, procurou o Líder do Governo também naquela Casa, que procurou o Ministro José Dirceu, o qual conversou com o Presidente Lula, que deu o sinal verde para a aprovação do Estatuto do Idoso.

Sr. Presidente, não por ser de minha autoria o projeto original, mas considero este Estatuto o melhor trabalho de que pude participar ao longo do período em que estive na Câmara dos Deputados.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Eduardo Barbosa, do PSDB, que presidiu a Comissão Especial e que fez um trabalho brilhante de articulação e de negociação, tendo viajado comigo por todo este País. Quero cumprimentar o Deputado Silas Brasileiro, Relator da matéria.

Sr. Presidente, destacando especialmente essas duas figuras, refiro-me agora ao Deputado Silas Brasileiro. S. Exª foi aquele Relator que não se apossa da idéia porque era o Relator, como se fosse o único mentor do Estatuto. O Deputado Silas Brasileiro, toda vez que viajamos ou mesmo quando a peça foi aprovada, por unanimidade, na Comissão Especial, fazia questão de dizer, mostrando ética, princípio, moral, conduta exemplar: – Este Estatuto, originalmente, quero aqui declarar que foi apresentado pelo Deputado Paulo Paim. Trago aqui o discurso que o Deputado Silas Brasileiro fez, ontem, no plenário da Câmara, lembrando essa história e essa caminhada.

Sem sombra de dúvida, o Deputado Silas Brasileiro foi o grande artesão deste projeto. Tivemos a felicidade de apresentar o projeto original, participamos de todo o debate, mas quero render-lhe esta homenagem.

Deixo bem claro que o Deputado Eduardo Barbosa não é do meu partido, é do PSDB, que é oposição, inclusive, ao meu Governo, ao meu partido. Estou elogiando a conduta de S. Exª. Estou elogiando a conduta do Deputado Silas Brasileiro como Relator da matéria. Como quero elogiar a conduta do Deputado João Paulo, Presidente da Câmara dos Deputados, que também colaborou para esse grande entendimento. Quero elogiar a conduta da Deputada Ângela Guadagnin, que foi a grande articuladora dentro do bloco de apoio ao Governo, para que o projeto efetivamente fosse aprovado; a Deputada Telma de Souza, a Deputada Erundina, do PSB, que teve também um trabalho grandioso, para que este projeto ontem se tornasse realidade na Câmara, devendo chegar, hoje, no Senado.

Quero cumprimentar todos os partidos. Não quero citar um por um, para não cometer o erro de esquecer a sigla de um ou outro, mas todos, porque todos tiveram uma participação importante.

Ainda ontem, o Líder da Oposição na Câmara, do PFL, tinha uma emenda que entendia importante. Fiz um apelo para que retirasse a emenda e S. Exª o fez para permitir a aprovação do projeto do Estatuto do Idoso.

Foi um dia grandioso, de entendimento, que só mostra esse ambiente positivo na Casa, que Oposição e Situação, no momento adequado, sentam e conseguem articular e construir um projeto como este.

Concedo o aparte, de imediato, ao meu Líder, Senador Tião Viana, e, em seguida, ao grande e sempre Senador do nosso Estado, meu companheiro, Senador Pedro Simon.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, cumprimento-o pelo pronunciamento que

traz ao Senado Federal, abordando um tema que nos orgulha a todos. Imagino a possibilidade de construirmos um Parlamento, um dia, em que a sociedade possa dizer que esta é a Casa da construção do interesse da sociedade, da representação dos interesses da maioria do povo brasileiro, onde está implantada a presença efetiva da solidariedade às causas justas do Brasil. Essa é a sua intenção e a da maioria dos Senadores que compõem nosso Senado Federal. Mas, infelizmente, existe uma imagem ainda muito desgastada do nosso Parlamento. Uma matéria dessa natureza, com essa dimensão de justiça social, de fato, justifica a sua atuação parlamentar, a sua biografia, e se acompanha de uma série de medidas legislativas que são parte do seu dia-a-dia, da sua atividade missionária de defender a sociedade organizada e a que não pôde se organizar, e as corporações. O vínculo entre o Estatuto do Idoso e uma sociedade esquecida ao longo da história é muito importante de ser aprovado no Parlamento. Quando a Câmara homenageia o projeto de autoria de V. Ex^a o faz com muita justiça. Apesar do papel fantástico do idoso no Brasil, que saiu do campo, ocupou o espaço urbano e formou as grandes cidades, tornando-se, ainda nos primeiros anos, o elo da sabedoria, do conhecimento acumulado, da experiência na universidade da vida, aquele que tinha a voz da autoridade, vemos que a sociedade de consumo foi dando lugar a outras razões, a outras opiniões, enfraquecendo o idoso, inclusive na sua autoridade dentro do próprio lar. Agora temos a elaboração de uma legislação que permite a retomada da dignidade efetiva do idoso brasileiro. Nobre Senador, o projeto de V. Ex^a é sábio, de grande responsabilidade social, sendo muito bem-vindo ao Senado Federal. Tenho a alegria de comunicar a V. Ex^a que o Senador Sérgio Cabral nos procurou esta semana, na expectativa de que o projeto de V. Ex^a e o dele possam ter tramitação conjunta. Isso contribuiria para a evolução desta matéria legislativa, de inquestionável interesse da sociedade. Então, mais uma vez, os meus cumprimentos. A aprovação desta matéria coincide com a envergadura do mandato de V. Ex^a no Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. V. Ex^a foi peça fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. *Fazendo soar a campanha.*) – A Presidência interrompe V. Ex^a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sinto-me honrado com este aparte de V. Ex^a, até quebrando o protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – ...para destacar a presença do ilustre Deputado Silas Brasileiro no recinto deste plenário, o que para todos nós é uma honra, e igualmente a presença das crianças e professoras da Escola São Francisco de Assis, de Luziânia, Estado de Goiás. Para nós, Parlamentares, é uma alegria tê-los nas galerias da nossa Casa, a Casa do povo brasileiro.

V. Ex^a continua com a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a, mais uma vez, é brilhante. No momento que estamos debatendo a questão do idoso, V. Ex^a faz um aparte para homenagear o Relator da matéria e, ao mesmo tempo, faz o vínculo com as crianças. Alguém já disse, e repito: “Pobre daquele país que não souber representar e respeitar as crianças e os idosos”.

Antes de passar a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB, eu queria dizer ao meu amigo e Relator, Deputado Silas Brasileiro – permita-me dizer meu amigo –, que eu trouxe este tema para a tribuna sem saber que V. Ex^a viria aqui. É uma surpresa que mexe com as minhas emoções, por essa jornada durante tantos anos. Eu ia pedir que fosse registrado nos Anais da Casa o seu discurso na íntegra, um discurso transparente, como é a história de V. Ex^a. Queira desculpar-me, mas vou deixar também nos Anais o pequeno cartão que me enviou. Porque V. Ex^a não pode falar, gostaria de ler duas frases do seu cartão: “Somente Deus – estou com dificuldade de ler, porque achei muito bonito – pode reconhecer tanta generosidade e desprendimento na vida pública”. Não vou ler todo o cartão, mas vou deixá-lo nos Anais da Casa, como uma lembrança do seu belo trabalho. Quando eu for Relator de uma matéria, ainda que apresente um substitutivo, espero ter a mesma postura que V. Ex^a teve. O meu projeto original tinha 50 artigos e termina com 123 artigos. E sempre que fala – hoje pela manhã ouvi V. Ex^a –, refere-se ao trabalho do Senador Paulo Paim. Em nenhum momento, V. Ex^a chama para si o mérito que merece – vamos dar também o mérito a todos os partidos – pela bela obra que construiu. Parabéns, Relator Silas Brasileiro.

Senador Pedro Simon, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É realmente bonito assistir a uma sessão em que o ilustre Relator faz questão de comparecer para ouvir o pronunciamento referente ao tema de sua relatoria. Nobre Senador Paulo Paim, o Rio Grande do Sul e o Brasil inte-

iro conhecem a sua caminhada, uma caminhada que vem de longe. V. Ex^a começou como pessoa muito simples, muito humilde; lutou, esforçou-se para crescer, trabalhador que, com o tempo, conseguiu encontrar o seu lugar. Não foi fácil. Mesmo no Partido dos Trabalhadores, havia pessoas com mais área eleitoral, mais condições, mais possibilidades do que V. Ex^a. V. Ex^a assumiu, e a sua vida toda é dedicada a esta causa: a causa da justiça social, a causa dos que mais sofrem, a causa dos mais necessitados, a causa das transformações sociais, a causa da mudança dos desníveis exagerados, porque o Brasil tem um dos maiores índices do mundo entre os que mais ganham e os que menos ganham. A maioria de nós faz discursos na véspera da eleição, depois da eleição, na tribuna e em todos os lugares, dizendo que o Brasil está errado, que as coisas têm de mudar, que temos de defender o idoso, os jovens etc. E fica nisso. V. Ex^a, não. V. Ex^a estuda – e sei que V. Ex^a estuda porque reúne equipe de pessoas, pede o apoio, a colaboração de pessoas entendidas, que o auxiliam em um amplo trabalho prévio de elaboração de um projeto – e apresenta o projeto. Alguns fazem isso, apresentam um projeto, bom, interessante; às vezes, recebem propostas pelo correio, de um amigo ou de qualquer outra forma, que entram como projeto e pronto. V. Ex^a, não. V. Ex^a assume o projeto e se apaixona por ele. Como os nove meses que a mãe espera o filho, V. Ex^a, às vezes, espera dois, três, quatro anos, com angústia, pela aprovação do projeto. E V. Ex^a tem grandeza, pois não se intitula o dono: fui eu quem apresentou, eu fiz, isso é meu. V. Ex^a abre os braços à presença, à colaboração, ao estímulo de todos. Lembro-me de um gesto bonito de V. Ex^a quando um Senador do Rio de Janeiro apresentou um projeto semelhante ao seu, e o seu projeto não saía da gaveta na Câmara dos Deputados. V. Ex^a disse que achava ótimo, que não via problema nenhum na aprovação daquele projeto do Senador, que o importante é a matéria, a tese. Esse é o trabalho de V. Ex^a, sua luta constante. Nesse projeto, vemos as regras e as normas apresentadas genericamente: “veda a discriminação de idoso nos planos de saúde”. É uma crueldade o que acontece hoje, porque o velho não pode ter plano de saúde, porque, com o que ganha, no fim do mês, não consegue pagar a taxa exigida para o plano de saúde. “Deverá o Governo fornecer gratuitamente aos idosos os medicamentos, especialmente os de uso continuado”. É uma triste realidade. Eu, na minha idade, um Senador da República, estou vendo isso. É cada vez maior o número de medicamentos que, por essa ou por aquela razão, para isso, para aquilo, somos obrigados a utilizar. E

fico a pensar, quando compro esses medicamentos, nas pessoas que não ganham por mês o que estou pagando para comprá-los. O que é feito dessa gente? Quais são as chances dessa gente? V. Ex^a fala no desconto para as atividades culturais – isso é o bom senso e o equilíbrio de V. Ex^a. É muito raro uma atividade cultural no Brasil estar superlotada, esgotada; geralmente, há um bom número de cadeiras vazias. Por que não aproveitá-las? Por que não dar chance para que a cultura se espalhe? Por que não dar chance aos idosos, ao invés de se entregarem, ficarem fechados em casa à espera da morte, de terem uma atividade e uma razão de viver, de olhar, de avançar o seu pensamento, as suas idéias? V. Ex^a fala na gratuidade do transporte, que é muito importante, e na prioridade para os idosos acima de 60 anos, na tramitação dos processos, procedimentos e diligências judiciais. Pelo amor de Deus, até me admira não termos pensado nisso antes! Um cidadão de 23 anos, por exemplo, entra com uma ação na Justiça, que se arrasta por muitos anos, e o velhinho de 70 anos morre, e a ação continua. Então, este é um projeto que dignifica e honra uma atividade parlamentar. Lembro-me de que um deputado amigo nosso ficou muito marcado pelo décimo-terceiro salário, Floriceno Paixão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Floriceno Paixão.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ele ficou marcado. V. Ex^a não vai ser marcado por esse projeto, por uma razão muito simples: são tantos os projetos de V. Ex^a, que esse, apesar de sua importância e significado, é mais um na sua luta firme, digna, corajosa. Nós sabemos que V. Ex^a está vivendo aqui um momento muito difícil. V. Ex^a é um homem de idéias, não é um homem de pular de um lado para o outro, sempre defendeu as mesmas coisas e as defende com convicção, com conteúdo. Ou seja, é a favor ou contra porque conhece, porque debate. Agora o seu Partido precisa ter respeito por V. Ex^a. V. Ex^a tem o direito de ser ouvido, de debater, de analisar e de apresentar propostas. Este é o Paim: uma figura por quem tenho a maior estima, o maior orgulho de tê-lo como meu amigo, meu conterrâneo de Caxias. Causa-me admiração ver o respeito que o Brasil tem por V. Ex^a. Vejo aqui no plenário um bravo companheiro meu, o Deputado Silas Brasileiro, que, como diz V. Ex^a, é dessas figuras também difíceis. Vê-se seguidamente aqui no Senado algo assim: o cidadão entra com um projeto, outro senador apresenta uma emenda e um substitutivo. V. Ex^a disse que o ilustre relator...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mais que dobrou...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...mais que dobrou o número de artigos. E quando fala e quando analisa, analisa lembrando que o projeto é de V. Ex^a. Mas pode ficar tranquilo meu bravo amigo e companheiro Silas: a justiça vem. Assim como V. Ex^a cita o Paim e não cita a si, o Paim cita V. Ex^a, e o Brasil haverá de lembrar que o trabalho de V. Ex^a foi muito importante para esse resultado. Vamos torcer para que agora mais um daqueles momentos históricos ocorra no Senado, vamos ver se votamos, com a rapidez necessária, dando a devida importância, um projeto que honra V. Ex^a, mas que dignifica o Senado, principalmente a nós, que deveríamos ser e já fomos a Casa dos velhinhos – só que, hoje, jovens como V. Ex^a, na flor da idade, já estão chegando por aqui. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, permita-me dizer, de público, somente uma frase em relação ao seu pronunciamento. Gostaria de registrar com alegria que o meu tempo terminou, mas não com as minhas palavras: terminou com as suas palavras. Isso só enriquece o trabalho de todos nós aqui. E quero dizer a V. Ex^a que, quanto mais eu o conheço, quanto mais eu o ouço e quanto mais eu caminho ao seu lado aqui nesta Casa, mais eu o respeito. Já o respeitava por toda a sua trajetória e por sua história, mas o convívio com V. Ex^a nesta Casa aumentou esse sentimento. Ontem vi V. Ex^a defendendo os interesses do Rio Grande. Não quero saber se V. Ex^a tem 50 ou 60 anos: V. Ex^a estava como um guerreiro de 25, 30 anos. Eu acompanhei o debate aqui no Senado e depois V. Ex^a me convidou, junto com o Senador Sérgio Zambiasi, para que inclusive pudessemos ter prestígio com a sua iniciativa com relação às estradas do Rio Grande do Sul – fomos conversar com o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo.

V. Ex^a é, de fato, um menino, um guerreiro a defender as grandes causas nacionais, mas nunca esquecendo os interesses do Rio Grande do Sul. Por isso, V. Ex^a é uma referência, pode ter certeza absoluta, para o Rio Grande e para o País.

Cumprindo o acordo firmado na Mesa, vou encerrar, mas gostaria de dizer o seguinte: Deputados Silas Brasileiro e Eduardo Barbosa, muito obrigado, mas muito obrigado mesmo por vocês existirem.

V. Ex^a representa toda a Comissão. Faço questão de que o seu discurso, com a pequena nota encaminhada a mim, fique nos Anais do Senado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

ESTATUTO DO IDOSO

Que estabelece normas e direitos das pessoas na melhor idade, ou com mais experiência de vida.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Vivemos hoje nesta Casa de Leis um dia histórico, pois estamos votando o Relatório que propõe a criação do Estatuto do Idoso, originário do Projeto de Lei nº 3.561, de 1997, do então Deputado Paulo Paim, hoje Senador da República.

Tive a honra de ser indicado Relator desta matéria, cujo Relatório foi aprovado, unanimemente, pela Comissão Especial presidida pelo nobre Deputado Eduardo Barbosa, no dia 29 de agosto de 2001.

Sinto-me gratificado pelo trabalho realizado, pois posso dizer, com toda segurança e tranquilidade, que hoje o Estatuto que está sendo apresentado a este Plenário está mais aperfeiçoado, depois de acatadas as Emendas dos nobres Colegas, em sua quase totalidade.

Este Relatório é fruto de um trabalho conjunto de Parlamentares, Especialistas, Profissionais das áreas de Saúde, do Direito e da Assistência Social; e de Entidades e ONG's voltadas para a defesa dos direitos e da proteção aos idosos. E uma proposta que amplia direitos e garante, para o futuro melhores condições de vida à terceira idade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero render minhas homenagens a todos os Membros da Comissão Especial que participaram, com muita dedicação e interesse de todas as nossas reuniões, às nossas competentes e dedicadas Consultoras Legislativas, Dr^a Clara e Dr^a Edinalva, à Secretária da Comissão, Dr^a Heloísa, aos Deputados Gustavo Fruet e Luiz Bittencourt, aos Ex-Deputados Fernando Coruja e Lamartine Posella e, de uma maneira direta, ao nosso estimado Senador Paulo Paim. Um líder nato, com uma enorme capacidade de ouvir, propor e avaliar, dentro de uma realidade presente, a condição do idoso em nosso País, motivo pelo qual lutou com bravura e destemor pela aprovação do seu Projeto, participando, de forma positiva, em todas as Audiências Públicas promovidas pela Comissão Especial, contribuindo, sobremaneira, na elaboração

deste Relatório, que procurou atender aos anseios de toda a sociedade. Parabéns Senador Paim.

Destaco, de uma maneira muito especial, a participação sábia na condução de nossos trabalhos, do Presidente Eduardo Barbosa, um Parlamentar voltado para as causas sociais.

Como não poderia deixar de ser, peço venia aos Membros da Comissão para ressaltar a importante contribuição das nobres Deputadas Ângela Guadagnin, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, Luiza Erundina, Celcita Pinheiro e Almerinda Carvalho, dentre outros, cuja participação foi de fundamental importância para o aprimoramento de nosso Relatório.

Faço referência, neste momento, ao interesse e a cooperação do Governo Luiz Inácio Lula da Silva que, através de seu Líder, Aldo Rebelo, proporcionou todas as condições necessárias para o aperfeiçoamento do Relatório que ora apresento. Se não fosse a vocação social do Governo Lula, não teríamos chegado a esse momento tão importante que refletirá diretamente na vida de milhões de brasileiros que serão beneficiados por este Estatuto.

Concluindo, ressalto o apoio recebido do Presidente João Paulo, do Líder de minha Bancada, Deputado Eunício de Oliveira e dos demais Líderes desta Casa, que trabalharam em conjunto para a inclusão deste Projeto na Pauta do dia de hoje.

A aprovação deste Relatório representará uma grande vitória para a população da terceira idade, pelos avanços que serão conquistados. Dentre outros, destaco:

1. Atendimento preferencial, imediato e individualizado, junto aos Órgãos Públicos e Privados prestadores de serviços, à população;

2. Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de Geriatria e Gerontologia na prestação de serviços aos idosos;

3. Nenhum idoso será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, punido na forma da Lei, em qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos;

4. Fornecimento gratuito de medicamentos aos idosos, em especial os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento de habilitação ou reabilitação;

5. Na admissão do idoso, em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para Concursos, ressalvados os casos que a natureza do cargo o exigir;

6. Os benefícios de aposentadorias e pensões do regime geral da Previdência Social, observarão,

na sua concessão, critérios de cálculo que manterá o poder aquisitivo, preservando o valor real;

7. Toda instituição dedicada ao atendimento ao Idoso, fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além da obrigatoriedade de atender a toda a legislação pertinente;

8. Fica reservada ao idoso, 3% das unidades residenciais dos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos;

9. O presente Estatuto deixa clara a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário na proteção do idoso, conforme dispõe os Capítulos II e III, onde estabelece procedimentos e apenamento para aqueles que atentarem contra a integridade e os direitos dos idosos;

10. O orçamento da Seguridade Social destinará, ao Fundo Nacional do Idoso ou ao Fundo Nacional de Assistência Social, os recursos necessários, em cada exercício financeiro, para a aplicação em programas e ações relativas aos idosos.

A população brasileira está envelhecendo e por isto se faz necessária a implementação de ações que efetivamente garantam uma atenção especial a população com idade mais avançada, permitindo uma melhor efetivação dos seus direitos e servindo como instrumento de cidadania.

Isto posto, apresento o Relatório em forma de sub emendas, substituindo as emendas de Plenário e peço aos nobres Pares desta Casa, a sua aprovação.

Brasília, 21 de agosto de 2003. – Deputado **Silas Brasileiro**, Relator.

Senador Paulo Paim,

Senador Paulo Paim,
reconheço o fato Com os cumprimentos
de reconhecimento
e agradecimento.
Vale a pena.
Domício

Silas Brasileiro
Deputado Federal

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Paulo Paim, a solicitação feita por V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento Interno.

Gostaria de agradecer aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Leonel Pavan que, observando que havia se esgotado o tempo do orador, ajudaram esta Presidência a cumprir, rigorosamente, o que tem sido uma praxe após o entendimento da Mesa. Agradecemos também a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, por seu comportamento. V. Ex^a tem sido um daqueles que têm zelado pelo Regimento desta Casa.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, conforme já conversamos, gostaria de me inscrever para me pronunciar em nome da Minoria nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno. Em seguida, falará o nobre Senador Paulo Octavio, do Partido da Frente Liberal do Distrito Federal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pude fazer um aparte ao pronunciamento do Senador Paulo Paim, mas, certamente, o Senador Pedro Simon disse tudo o que pensamos sobre o Senador Paulo Paim e sobre os seus projetos. Gostaria apenas de aduzir algo, dizendo que o projeto que atende os idosos, esse importante segmento da sociedade, certamente fará o Brasil maior e mais justo.

Fui prefeito de Balneário Camboriú por três vezes, e nossos projetos foram todos voltados para o social – quando falamos em social, referimo-nos à criança, à mulher e ao idoso. Criamos o Núcleo de Atenção ao Idoso, onde colocamos à disposição odontólogos, advogados, transportes, geriatras, médicos, lazer – há competições esportivas –, tudo em benefício desse segmento.

Faço esse registro como um cumprimento ao Senador Paulo Paim pelo grande trabalho que realiza nesta Casa. O Senador já é conhecido como um dos guerreiros e baluartes na defesa do salário dos trabalhadores. Agora, fica mais essa bandeira no currículo desse brilhante Senador.

Quero dizer às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que os jornais de Santa Catarina do último dia 20 deram uma notícia nada alvissareira relacionada à área de saúde do Governo Federal, mostrando a pa-

ralisia do atual Governo em relação aos programas que foram implantados na gestão passada e que são reconhecidos internacionalmente.

Os jornais **A Notícia**, de Joinville, e **Diário da Cidade**, de Itajaí, dão conta da redução drástica de recursos do Governo Federal, via Ministério da Saúde, para os programas de combate à Aids em Itajaí e em meu Município, Balneário Camboriú, duas importantes cidades turísticas, portuárias e industriais, cidades que representam Santa Catarina com toda a sua força e pujança e pelo trabalho de seu povo. Nós, às vezes, ficamos lamentando a falta de atenção para com os municípios por parte do Governo Federal em diversas áreas, mas esta, realmente, nos deixa muito preocupados.

Segundo as notícias publicadas, o corte de verbas para os programas de combate à Aids por parte do Governo Federal está forçando os municípios a reduzirem os trabalhos de prevenção. O serviço em Itajaí pode parar dentro de 30 dias por falta de dinheiro para o pagamento de pessoal. O Programa DSTs/Aids do Município já está dispensando os profissionais de saúde contratados para os projetos. Em Balneário Camboriú, o repasse de verbas federais destinadas à prevenção e ao combate à Aids sofreu uma redução de 40%, o que deverá ser uma medida geral para todos os Municípios. Isto é, isso ocorreu no Município de Itajaí e em Balneário Camboriú e, certamente, deverá ocorrer com todos os Municípios. Os projetos de prevenção à Aids da Prefeitura de Balneário Camboriú também sofrerão com a redução dos recursos, uma vez que o material educativo, por exemplo, será reduzido, embora a Administração Municipal e a Secretaria Municipal da Saúde, por meio do Prefeito Rubens Spornau e do Secretário de Saúde Roberto D’Ávila, garantam que darão continuidade aos projetos que estão reduzindo sensivelmente os casos da doença no Município.

Em Itajaí, a folha de pagamento dos profissionais de saúde é feita com os recursos do Ministério da Saúde. Hoje, são 18 profissionais trabalhando na área de prevenção, mas esse número já chegou a 30. Três programas direcionados a profissionais do sexo e usuários de drogas foram suspensos. Essas duas populações estavam apresentando uma resposta positiva aos programas de prevenção e, com a interrupção dos trabalhos, pode haver um crescimento no número de casos da doença.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço apenas mais um minuto, pois é um pronunciamento rápido.

A exemplo de Balneário Camboriú, a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí está buscando junto à Prefeitura uma forma de manter o pessoal contratado. E V. Ex^{as} sabem as dificuldades por que passam os Municípios atualmente.

Como se pode constatar, Sr. Presidente, essas notícias também dão conta de um enorme retrocesso do Governo petista. Que me perdoe o Presidente Lula, mas somos obrigados a dizer que o Governo atual está virando as costas para programas sociais, principalmente na área da saúde, apesar da minha grande admiração pelo atual Ministro da Saúde, que considero uma das pessoas mais preparadas para o cargo no atual Governo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Balneário Camboriú e Itajaí, pelas condições portuárias e pelo seu potencial turístico, estão entre os Municípios que detêm os maiores números de casos de Aids no Brasil, mas também são os que têm os melhores programas de combate e prevenção, reconhecidos pelo próprio Ministério da Saúde. Agora, porém, irão sofrer drasticamente com esse corte anunciado pelo Governo Federal.

Recentemente – é bom que se deixe registrado aqui –, o Brasil ganhou um prêmio da ONU, via Organização Mundial de Saúde, pelos programas exemplares de prevenção à Aids implantados pelo Governo do PSDB, pelo ex-Ministro José Serra. Diante disso, quero dirigir um veemente apelo ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Ministro da Saúde, Humberto Costa, por quem tenho grande admiração, para que não permitam os cortes nessa área, especialmente agora que os efeitos do programa de prevenção implantado no Governo passado estão sendo efetivamente sentidos, como demonstram as cidades de Itajaí e Balneário Camboriú, que conseguiram uma redução na incidência de Aids. De acordo com os dados do Ministério da Saúde, em Itajaí houve uma redução considerável: de 88,8 casos para cada grupo de 100 mil habitantes em 1999, passou a ter 27,4 casos em 2002.

Vejam V. Ex^{as} como o programa estava dando certo! Por isso, lamentamos os cortes que estão sendo feitos.

Agradeço ao Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, por me permitir fazer este pronunciamento em prol de Santa Catarina e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Aproveito para conceder a palavra ao nobre representante do Distrito Federal, Senador Paulo Octávio, no momento em que temos a presença dos alunos, professores e coordenadores do Centro de Ensino Fundamental nº 7 da Ceilândia, Guararoba. Para nós, Senadores, é sempre uma alegria e uma honra tê-los aqui em nossa sessão.

Como representante do Distrito Federal, concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Senador Paulo Octávio, integrante do Partido da Frente Liberal.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos. Obrigado também pela menção a todos os alunos do Centro de Ensino Fundamental de Ceilândia, aos professores aqui presentes. Ceilândia é a cidade que mais cresce em Brasília e que tem apresentado um desenvolvimento extraordinário. Parabéns a vocês, jovens estudantes, que estão aqui conhecendo o Congresso Nacional!

Sr. Presidente, também quero aproveitar para dizer que escolhi esta tribuna, bem ao lado da nossa bandeira brasileira, tendo em vista que se aproxima a Semana da Pátria e é o momento de valorizarmos as cores da nossa bandeira.

Antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de registrar, com muita alegria, que, na última sexta-feira, exatamente há uma semana, estive em uma homenagem ao Senador Pedro Simon, prestada pela Associação Brasileira de Odontologia, onde estava representando o meu pai. Lá, vi o Senado Federal sendo homenageado na nobre figura do ilustre Senador Pedro Simon. Quero deixar registrada, nesta Casa, a homenagem a que assisti e que presenciei dos dentistas brasileiros a este ilustre membro desta Casa.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu é que agradeço a gentileza da presença de V. Ex^a, o que me emocionou profundamente. Soube, naquele instante, que seu pai era odontólogo e seu avô também, e fiquei a analisar o que é a vida. A tendência natural seria avô, pai e filho terem a mesma profissão. Mas veja o que quis o destino: V. Ex^a não é um excelente dentista, mas, indiscutivelmente, é um dos maiores constru-

tores de Brasília e merece o respeito e a admiração de todos nós.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. É bom registrar que esta Casa recebeu homenagem em seu nome, que foi o primeiro político a ser homenageado pelos dentistas brasileiros. É um marco. Parabéns! Fiquei feliz por estar ao seu lado na homenagem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 12 de junho último, no mesmo horário em que este Senado comemorava, muito justificadamente, em sessão solene, os 180 anos de criação do Poder Legislativo, a nossa Comissão de Assuntos Econômicos, por meio de sua recém-criada Subcomissão de Turismo, com orgulho por mim presidida, era palco de uma importante audiência pública com os presidentes das empresas aéreas e com autoridades ligadas ao setor.

Como as Sr^{as} e Srs. Senadores podem ver, esta Casa Legislativa tem o dom de debater vários temas importantes ao mesmo tempo, embora não tenhamos, como Santo Antônio, o dom da ubiquidade, o que me impediu, por exemplo, de comparecer à sessão solene, como gostaria, por estar presidindo a reunião da Subcomissão.

Mas, em função dos depoimentos prestados pelo Diretor-Geral do DAC, Major Brigadeiro Washington Machado; pelo Presidente da Varig, Dr. Roberto Macedo; pelo Presidente da TAM, Dr. Wagner Ferreira; pelo Presidente da GOL, Dr. Constantino Oliveira Júnior; pelo Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, George Ermakoff, e pelo Dr. Tasso Gadzanis, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens, nós, Senadores membros da Subcomissão de Turismo, entre os quais quatro ex-governadores de Estado, decidimos, acatando uma valiosa sugestão do eminente Senador Antônio Carlos Magalhães, criar um grupo de trabalho, no sentido de propor, em regime de urgência urgentíssima, com a participação das próprias empresas, uma intervenção mais profunda do Governo Federal no setor de aviação civil, sob pena de termos, em breve, um colapso nos transportes aéreos no País.

Ainda vamos decidir se solicitamos a transformação do grupo de trabalho em uma comissão externa ou em outra forma regimental que dê suporte legal às decisões dali emanadas.

Pois a situação é gravíssima e requer a atenção urgente da Presidência da República, do Ministro da Fazenda e do Ministro do Turismo, de vez que o as-

sunto não pode ficar restrito à esfera do Ministério da Defesa, tal a gravidade da situação da aviação civil brasileira.

Por que a necessidade de interveniência do Ministério do Turismo? Porque, se não for resolvida a situação estrutural dos transportes aéreos, com um marco regulatório, com a abertura do espaço aéreo, o Governo Federal não conseguirá atingir as metas do Plano Nacional de Turismo, recentemente lançado com tanto empenho pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pretende tornar o turismo o nosso maior produto de exportação, dobrando até 2007 o fluxo de turistas estrangeiros que nos visitam, hoje em torno de três milhões e oitocentas mil pessoas, carreando divisas para o País, até mesmo mais do que a soja!

Concedo, com muita alegria, um aparte ao ilustre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Vou cobrar de minha assessoria o fato de não ter sido informado dessa reunião. Não sei onde eu estava, mas, como filho do Rio Grande do Sul, tinha obrigação de estar lá. Gostaria de participar dos trabalhos, mesmo não sendo membro da Subcomissão, como aluno ouvinte ou colaborador anônimo, porque é da maior importância e do maior significado a tarefa de V. Ex^{as}. Na minha opinião, as coisas estão sendo conduzidas de maneira muito infeliz. O Governador e toda a Bancada do Rio Grande do Sul participaram das negociações, mas em defesa da Varig. Portanto, eles não têm a imparcialidade da Subcomissão presidida por V. Ex^a, que representa o Senado e o Brasil, que buscará a melhor solução. Diz muito bem V. Ex^a que não é possível que esse assunto fique adstrito ao Ministério da Defesa. Aliás, esse tema nem se relaciona a esse Ministério, pois não estamos discutindo a nossa defesa, mas o nosso desenvolvimento, a nossa economia, o nosso progresso, o nosso futuro. V. Ex^a está absolutamente correto quando afirma que o Governo não pode ficar assistindo a essa situação. No passado, houve um caso também grave, o da Vasp, de cujas negociações o Governo participou e resolveu. A Vasp devia uma fortuna. Falavam-se coisas horríveis da companhia e, de repente, resolveram o problema. Inclusive, ocorreu um fato inédito: pela primeira vez, uma empresa de ônibus comprou uma empresa de aviação. E comprou porque o Governo ofereceu uma série de vantagens – sabemos disso –, como a renegociação das dívidas a longo prazo, inclusive com a Petrobras. Creio que agora não está havendo o mes-

mo interesse para se encontrar um entendimento. Unir a Tam e a Varig é a melhor saída? Pode ser que sim; pode ser que não. Pode ser que uma empresa boa seja melhor do que duas ruins, mas pode ser que duas empresas boas sejam melhores do que uma unificação que termine dando errado. V. Ex^a disse não saber se essa seria uma Subcomissão externa ou não. Penso que, se a Subcomissão de Turismo decidiu, está decidido, e ela deve tomar as providências necessárias. V. Ex^a deve ir até as consequências finais e falar com o próprio Presidente da República. Deve-se buscar uma decisão absolutamente concreta. É verdade que, do lado da Varig, há um problema. Há cinquenta anos, eu considerava a Varig um modelo para o mundo, pois os seus funcionários eram sócios da empresa. Não era comunismo nem capitalismo; era uma cooperativa. Os funcionários da Varig eram os seus donos na Fundação Ruben Berta. De repente, tal modelo, que era considerado espetacular, transformou-se num transtorno. Estão numa confusão: um dia, contratam uma pessoa; no outro, demitem-na. Não sabem o quer querem, nem para aonde ir. Portanto, sinceramente, acho que o Governo deveria entrar nesse processo, pois há condições de ele ser resolvido. Com toda a franqueza, a Varig foi considerada a empresa de melhor serviço internacional do mundo. E ia muito bem, obrigado. É verdade que, naquela ocasião, como ela era a dona do serviço, havia uma espécie de monopólio, ela se dava ao luxo de ter talheres de prata na primeira classe, cozinheiros internacionais, uma cozinha que nem nos Estados Unidos existia. Isso porque a empresa ia bem, o serviço ia bem, as coisas iam bem. Foi quando – é importante salientar isto – o Governo Federal resolveu terminar com o monopólio da Varig na aviação internacional, dando início à crise. E isso não ocorria somente com a Varig. Se V. Ex^a reparar, a Inglaterra só tem uma empresa de serviço internacional; a França também só tem uma, a Air France; a Itália só tem a Alitalia; o Japão também só tem uma empresa de serviço internacional. É tradicional. E, no Brasil, resolveram abrir o mercado para muitas companhias. Foi quando entraram a Transbrasil e outras empresas. V. Ex^a deve se lembrar de que, como a Varig fazia Nova Iorque – São Paulo e o trecho não pode ser o mesmo, a Transbrasil criou um voo Rio de Janeiro – Brasília – Washington – Nova York, por metade do preço do voo da Varig. Virou uma confusão. E o que é mais grave: dando esse voo para uma empresa nacional, o Governo permitiu que uma empresa estrangeira pudesse fazer um voo

para cá. Por isso, estamos nesta situação. Pelo seu estilo, pela sua capacidade, pelo que representa no turismo nacional e pela imparcialidade, já que não está em nenhum dos lados, V. Ex^a reúne todas as condições para executar esse importante trabalho. V. Ex^a e esse grupo têm condições de salvar a aviação brasileira. Meus cumprimentos, minha solidariedade. Estou inteiramente à disposição da Subcomissão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Pode ter certeza que V. Ex^a será convidado para todas as reuniões da nossa Subcomissão de Turismo.

E quero dizer a V. Ex^a que, mesmo não sendo gaúcho, mas sendo brasileiro, tenho muito orgulho da Varig. A Varig, como foi muito bem dito por V. Ex^a, prestou durante muito tempo um serviço inestimável ao País. Nós, brasileiros, muitas vezes, no exterior, procurávamos as agências da Varig para ler os jornais, saber as notícias, tomar um cafezinho amigo. Realmente, a Varig sempre funciona como uma subembaixada do País, prestando um grande serviço, assim como o fazem outras empresas estatais, como a Air France, uma estatal francesa e a Alitalia, uma estatal italiana. A Varig, administrada pela Fundação Ruben Berta, revela um estilo próprio.

Como V. Ex^a expôs muito bem, com a abertura do mercado, as companhias aéreas brasileiras não estão conseguindo competir com as companhias internacionais nos voos internacionais. Isso porque uma companhia americana consegue dinheiro no mercado a 4% ao ano, enquanto, no Brasil, pagam-se 4% ao mês. As companhias americanas têm 7% de impostos, enquanto as companhias brasileiras pagam quase 30% de impostos. É uma diferença muito grande. Aqui, recebemos em reais e pagamos as peças e os aviões em dólares. Então, existe uma grande diferença de concorrência. As companhias americanas estão tomando o mercado internacional a cada dia que passa porque, realmente, as companhias brasileiras não estão conseguindo competir com elas.

Por isso, Senador Pedro Simon, a sua intervenção é muito sadia. Será, para nós, da Comissão, muito bom tê-lo como companheiro nas próximas reuniões.

É importante ressaltar, ainda, que a crise que afeta o setor da aviação civil não pode ficar circunscrita ao Ministério da Defesa, nem será resolvida com a simples ajuda do BNDES. Não, ela é mais profunda e exige que os transportes aéreos voltem aos debates. Devem deixar de ser atrelados aos comandos militares para se tornarem uma Agência Nacional de Aviação.

ção Civil – Anac, nos moldes do que foi amplamente debatido neste Congresso Nacional. Deve ser debatido o excesso de concentração de vôos internacionais via Aeroporto de Cumbica, em São Paulo, o que torna as viagens com destino ao Brasil alongadas em várias horas de vôo, a ponto de, a título de exemplo, um avião vindo da Europa em direção à Bahia sobrevoar aquele Estado e pousar em São Paulo, para depois o passageiro retornar à Bahia. Isso traz um desgaste de mais de seis, sete horas para o turista, o que é inadmissível no turismo moderno que pretendemos hoje.

Com muito prazer, concedo um aparte ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Quero, rapidamente, para não prejudicar o belo e oportuno pronunciamento de V. Ex^a, em primeiro lugar, dizer que as reflexões feitas pelo experiente Senador Pedro Simon foram perfeitas no que diz respeito ao nosso papel, tendo em vista o consumidor, o próprio mercado. É preciso discutir se essa fusão é realmente um benefício. Mas V. Ex^a, em um pronunciamento bastante importante, toca numa questão que revolta o consumidor brasileiro, que é a questão da logística. Palmas é a mais central das capitais brasileiras, mas Brasília é a Capital da República, portanto, não há o menor sentido, do transporte aéreo de cargas até o transporte de passageiros, em o vôo chegar a São Paulo para depois ser redistribuído. Isso é um atentado contra a economia nacional, contra o consumidor nacional. Senador Paulo Octávio, aproveito a oportunidade de V. Ex^a tocar num ponto tão importante, para afirmar que esta Casa precisa se aprofundar, por meio das suas comissões, seja na Comissão de Assuntos Econômicos, seja na Comissão de Fiscalização e Controle, nessas duas questões que me parecem oportunas neste instante. A primeira delas: a fusão. Temos que avaliar com muito cuidado essa questão levando em conta o mercado, a saúde das empresas, mas, acima de tudo, o consumidor e saber se não está havendo interferência nas regras que o Cade tem obrigação de fiscalizar, ou seja, é preciso regular o mercado para que não haja prejuízo para o consumidor. A outra questão, Senador Paulo Octávio, sem fugir do tema, é a criação da Ambev. Fico pensando e tenho escutado de distribuidores do Brasil inteiro uma profunda preocupação com algo que pode ser predatório no País. Não quero me alongar, mas parabeno V. Ex^a, principalmente por, sendo representante de Brasília, Cidade que tem, atualmente, um dos aeroportos mais modernos do mundo, não aceitar que esta Capital seja apenas um roteiro do tráfego aéreo, passando a aviação diretamente para São Pa-

ulo e obrigando os passageiros a ter mais um custo ao voltar para a Capital. Isso é inviável, sem falar nos juros tão bem lembrados por V. Ex^a, tendo em vista a concorrência internacional. Parabéns, Senador Paulo Octávio, Brasília deve se orgulhar muito do Senador que tem, assim como nós, brasileiros, Senadores de outros Estados, nos orgulhamos da presença de V. Ex^a nesta Casa.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado pelo brilhante aparte, Senador Eduardo Siqueira Campos. V. Ex^a tocou em alguns assuntos importantes, entre os quais, a logística. Isso é inadmissível. É importante comunicar ao Congresso que Brasília, a Capital da República, não tem nenhum vôo internacional. Os vôos que saem da América todos passam por cima de Tocantins e Brasília. É comum se ver Brasília das janelas dos aviões, ir a São Paulo, gastar-se cinco, seis, sete horas para voltar a Brasília porque os vôos não podem ter uma parada, o que deveria ser normal. Pelo menos, uma ou duas vezes por semana, um vôo vindo de Nova Iorque ou de Los Angeles deveria parar em Brasília, em Belo Horizonte, prestigiando os aeroportos que foram construídos com tanto dinheiro público e que estão muito bem-equipados. É triste, por exemplo, ver o aeroporto internacional de Belo Horizonte, o Confins, sem absolutamente uso nenhum. É igualmente triste chegar em aeroportos recém-construídos, modernos e encontrá-los totalmente abandonados, como o Galeão. É por isso que a logística tem que ser reestudada. Se fôssemos dar uma nova autorização para uma companhia aérea voar para o exterior, deveria ser dada não para sair de São Paulo ou para voltar a São Paulo, mas, sim, prestigiando os novos aeroportos de outras capitais brasileiras.

Por isso, a sua questão da logística é fundamental, o consumidor que V. Ex^a coloca como ponto fundamental é importante, e quanto à fusão, à diminuição das companhias, é uma questão que deve ser realmente analisada com muita atenção. Realmente, a concentração em apenas poucas empresas tem que ser discutida com muita intensidade para não chegarmos, como V. Ex^a colocou com muita propriedade, ao caso da Ambev, que prejudica tantos distribuidores em todo o País.

Por isso, deve ser debatido o excesso, sim, de concentração de vôos internacionais via Aeroporto de Cumbica, em São Paulo, o que torna as viagens com destino ao Brasil alongadas em várias horas de vôo, a ponto de, a título de exemplo, um avião vindo da Europa em direção à Bahia sobrevoar aquele Estado e vir pousar em São Paulo, para depois o passageiro retor-

nar à Bahia, ou Tocantins, ou Brasília, ou Minas Gerais. Deve ser debatida a concorrência saudável, em benefício dos usuários, com tarifas mais baixas, como vem provando a GOL, única empresa aérea que vem apresentando lucro operacional; deve ser debatida a razão do Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, no Rio de Janeiro, ter uma redução no número de vôos e tamanho dos aviões. Há 20 anos, aquele aeroporto operava com 27.570 vôos por ano e para este ano a projeção da Infraero é de 23 mil. Passaram-se 20 anos, diminuimos os pousos e decolagens no Aeroporto do Galeão em 5 mil vôos. Por sinal, neste ano, nós vamos ter apenas 23.000; 500 menos do que no ano passado. Nós estamos decrescendo no que diz respeito ao número de vôos para o Rio de Janeiro.

O que está ocorrendo no turismo brasileiro, em função da crise da aviação civil, é de tamanha proporção que o jornal **O Globo** noticia que o Rio de Janeiro está deixando de receber, pelo menos, dois mil turistas estrangeiros por mês, em função, principalmente, da falta de vôos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto é complexo. Mas exige ser encarado de frente. Com a situação intransitável de nossas rodovias, o turismo interno praticamente ficou restrito aos transportes aéreos e, tal e qual a frase cunhada pelos caminhoneiros na famosa manifestação que abalou o País, “sem transportes aéreos, o Brasil pára”.

Para comprovar que só a fusão da Varig e TAM não vai resolver o problema, mesmo com o aporte de R\$1bilhão do BNDES, a imprensa noticia que o acordo de compartilhamento de aeronaves, já feito entre as duas empresas, iniciado em março, não trouxe bons resultados aos índices de eficiência operacional (soma do desempenho em regularidade e pontualidade). Dados do DAC mostram que a eficiência operacional da Varig caiu de 71%, em janeiro, para 65%, em abril, enquanto a TAM caiu de 48% para 35% também no mesmo período.

Mas o mais grave é que as empresas estão voando com apenas 55% dos assentos ocupados, enquanto a taxa de ocupação mínima nos Estados Unidos, na pior crise, não foi inferior a 68%.

No mês de maio último, a queda no volume de passageiros transportados foi de 16% em relação a maio do ano passado.

A crise está instalada. É notório e a imprensa noticia diariamente que a Varig só está voando porque o Ministério da Defesa solicitou à Petrobras que lhe permaneça fornecendo combustível, uma vez

ameaçada de ter todos os seus vôos cancelados porque a BR Distribuidora suspendera o fornecimento de combustível, dado que a Varig não teria pago o que consumiu nas últimas 48 horas.

Discute-se também a necessidade de essas empresas cortarem o que se denomina “gastos mordômicos” e seguir o modelo operacional da Gol. Ao mesmo tempo, discute-se se a Varig não representou o Brasil no exterior, e cumpriu o seu papel de integração nacional, sendo quase que considerada uma empresa oficial – como aqui dissemos o Senador Pedro Simon e eu, recentemente –, a exemplo da maioria das empresas aéreas européias que são estatais e são um símbolo do seu país, como a Air France, a Alitalia, entre outras. E que a Varig agora estaria pagando o preço por ter acreditado nesse modelo, embora não fosse empresa estatal.

Por outro lado, por que não incluir a Vasp, que se recuperou em muitos aspectos, num programa governamental de ajuda ao setor? E aqui eu queria fazer um comentário sobre o que foi dito pelo ilustre Senador Pedro Simon a respeito de uma empresa de transporte rodoviário que comprou uma companhia aérea, que hoje, passados quase 12 anos, continua voando.

A Vasp, quando era uma empresa estatal dirigida pelo Governo do Estado de São Paulo, apresentava um prejuízo de US\$50 milhões por ano. Depois que foi privatizada, continua voando, não cortou empregos, contribui com os cofres públicos e deixou de dar prejuízo ao Estado de São Paulo. Hoje, é uma das poucas companhias aéreas que é proprietária dos próprios aviões. Por isso, cumprimento a Vasp pela recuperação. Passou por várias crises, mas continua em dia com o fornecimento de assentos em todo o território nacional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – O certo é que uma espécie de recessão se abateu sobre o setor de transportes aéreos, com queda de 7% de passageiros no último trimestre e que parece se acentuar mês a mês. E o número de cidades servidas pela nossa aviação civil caiu de 300 para cerca de 100, da década de 70 para cá. Isso é o mais grave.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um ligeiro aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Edison Lobão, com muito prazer recebo o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Usarei meio minuto apenas. Só para dizer a V. Ex^a que estou inteiramente solidário com as suas preocupações no que

diz respeito à situação das companhias aéreas. Agora, culpe-se também e sobretudo o Governo. As companhias aéreas têm a receber do Governo bilhões de reais, que o Governo não paga, faz vistas grossas. E até nem precisava pagar, poderia fazer apenas um encontro de contas. Quando as empresas privadas devem ao Governo, o Governo cobra impiedosamente, com juros, correção monetária, multas, etc. Quando o Governo deve, simplesmente não paga. A Vasp tem a receber do Governo Federal algo em torno de R\$2,5 bilhões. Bastaria receber esses recursos, fazer o encontro de contas devido, e ela estaria inteiramente salva e saneada. Assim também se dá com a Varig e com as demais companhias. Portanto, diga-se, a bem da verdade, que o Governo é um dos maiores responsáveis pela crise das companhias aéreas.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Edison Lobão. É importante dizer que essas ações impetradas pela Varig e pela Vasp já têm uma quase vitória, porque ações semelhantes já foram julgadas. Mas o Governo protela ao máximo, em vez de dar uma solução, entendendo a posição dessas empresas que, muitas vezes, têm débito com o próprio Governo. Poderia fazer um acerto de contas, como sugeriu V. Ex^a com muita propriedade – seria muito fácil – e deixar a empresa saneada, liquidadas as dívidas de impostos, muitas vezes atrasados.

Comentava aqui, antes de V. Ex^a chegar, que as companhias aéreas brasileiras pagam uma carga tributária diferente das companhias estrangeiras. Enquanto uma companhia americana paga 7%, a brasileira paga 30%. É por isso que vamos perder mesmo a concorrência. Dentro em breve, nenhuma companhia brasileira terá voo internacional. A concorrência é impraticável. V. Ex^a apresentou a situação muito bem.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Fica aqui registrada, mais uma vez, a necessidade de o Governo buscar uma solução. Uma saída seria fazer um acerto de contas com esse débito que o próprio Governo tem com a Varig, dando uma solução nesse momento de fraqueza que a empresa vive.

Nós, da Comissão de Turismo, nunca fomos adeptos do derrotismo e da crítica infundada. Pautamos nosso comportamento por ações proativas. Queremos colaborar com o Governo Federal. Acreditamos na capacidade de trabalho do Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, mas é necessária uma ação conjunta dos Ministérios da Defesa, do Turismo, dos Transportes, da Fazenda e do Planejamento,

para que o assunto seja encarado com a profundidade que merece.

O Presidente da **Brazilian Incoming Tourist Operators** (Bito), Sr. Enrico Lavagetto, órgão responsável pelas empresas receptoras de turistas no Brasil, conta que sua firma acabou de perder para Cancun, no México, a visita de um grupo de mil italianos que chegaria em setembro. Segundo ele, os hotéis e passeios já estavam reservados, mas não havia voos para trazer tantos turistas para o Rio. Outra operadora perdeu um grupo de 800 chineses.

Nós estamos perdendo muito turismo, porque não há voos.

O turismo, que pode ser um dos alavancadores da geração de empregos e renda no País, precisa ser encarado como o segmento econômico mais importante para o nosso Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço apenas um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Paulo Octávio, como V. Ex^a faz um importante pronunciamento, a Presidência informa a V. Ex^a que, pelo Regimento Interno, V. Ex^a poderá dar como lido o restante do discurso. O tempo destinado a V. Ex^a já foi ultrapassado em dez minutos e há dois oradores inscritos que se encontram presentes.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, solicito apenas mais um minuto para concluir, se for possível.

O turismo, que pode ser um dos alavancadores da geração de empregos e renda no País, precisa ser encarado como o segmento econômico mais importante para o nosso Brasil, capaz de gerar mais divisas do que a soja, a indústria automobilística e outros itens da nossa pauta de exportação.

O turismo precisa sair dos cadernos de turismo, que geralmente apresentam roteiros internacionais e locais paradisíacos estrangeiros, e ganhar as páginas de economia como importante gerador de divisas. Mas, para isso, é preciso que o Governo Federal, como aqui ressaltou em discurso o eminente Senador César Borges sobre o mesmo assunto, trate o transporte aéreo não como indústria de bens de consumo e sim como parte da infra-estrutura do País e um segmento importante da indústria turística nacional.

Os dados irrefutáveis que acabamos de mostrar exigem do Governo Federal uma intervenção urgente no setor, que se encontra na UTI. Caso contrário, o Plano Nacional de Turismo não sairá do papel e haverá o colapso no setor, o que nem as empresas nem o

Governo Federal nem o Poder Legislativo podem permitir. O Brasil não merece isso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por cessão da Senadora Heloísa Helena e por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a esta tribuna para defender o projeto que apresentei para que o Senado Federal aprove uma moção endereçada aos organizadores do Prêmio Nobel, indicando Sérgio Vieira de Mello como candidato ao Prêmio Nobel da Paz deste ano.

Alguém havia nos informado que o Prêmio Nobel não era concedido **post mortem**, e, por conseguinte, não seria possível. Fui verificar e soube que existem antecedentes. Um presidente da ONU, no exercício do cargo de presidente da ONU, morreu num desastre de aviação e recebeu o Prêmio Nobel da Paz **post mortem**.

Nessas condições, parece-me que dificilmente se encontrará alguém que reúna melhores condições para ocupar a posição de Prêmio Nobel da Paz, neste ano, do que o ilustre cidadão do mundo Sérgio Vieira de Mello.

É interessante como a vida mexe com as pessoas e com os destinos, e como nem sempre aquilo que imaginamos é o que termina acontecendo.

Sérgio Vieira de Mello era filho de um embaixador brasileiro que, a rigor, preparou-o para também ser embaixador. Andou com o pai por vários países do mundo e seria natural o concurso para o Itamaraty. É verdade que seu pai foi cassado pela revolução e ele não seguiu os caminhos do Itamaraty. Vejam V. Exªs, ingressou na diplomacia por via indireta. Ele não foi um representante diplomata brasileiro, mas, desde

muito tempo, trabalhou na ONU, serviu e se dedicou àquilo que o transformou num cidadão do mundo.

Olhando a sua biografia, ficamos impressionados com a maneira como ele coordenava os casos mais variados, dramáticos e difíceis, e ficamos a estranhar o êxito com que ele desenvolvia todas essas missões.

Ele foi escolhido pelo Secretário-Geral da Organização, Kofi Annan, em maio deste ano, para representante especial para o Iraque por um período que, inicialmente, seria de quatro meses, mas que logo seria prorrogado.

É interessante a frase que disse: “Não vi sentido algum em seguir a carreira no Itamaraty, naquele momento.”

Foi nomeado Chefe do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, seu último posto, no dia 12 de setembro de 2002, quando a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou a indicação do Secretário-Geral Kofi Annan. Como funcionário, permaneceu no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados de 1969 a 1996. Sua extensa experiência em operações humanitárias e de manutenção da paz, seja no escritório em Genebra ou atuando em trabalho de campo – que o fascinava – fez com que se destacasse internacionalmente.

Desenvolveu missões difíceis em Bangladesh, Sudão, Chipre, Moçambique e Peru. Esteve no Líbano entre 1981 e 1983, durante a invasão israelense, como assessor das Forças de Paz da ONU. Foi nomeado também Enviado Especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, no Camboja, e Diretor de Repatriação da Autoridade Provisória das Nações Unidas. Ocupou, em seguida, diversos postos de direção, em Genebra, antes de ser nomeado, em 1994, Diretor da Força de Proteção a Civis na ex-Iugoslávia, em plena guerra civil.

Em 1996, atuou como Coordenador Regional de Assuntos Humanitários das Nações Unidas para a região dos Grandes Lagos, na África, após o genocídio de Ruanda. Desenvolveu, nesse período, uma grande atração pelo continente africano, simpatia que se estendeu à Ásia quando passou dois meses de férias no Vietnã.

O êxito obtido em missões complexas e de natureza sensível fez com que Vieira de Mello fosse indicado, em outubro de 1999, para o cargo que o tornou um nome de grande prestígio popular em todo o

mundo: administrador da transição de Timor Leste, ex-colônia de Portugal anexada pela Indonésia, para a independência e a democracia. Ficou amigo de Xanana Gusmão, o carismático líder daquele país, que teve, em sua fundação, a presença decisiva do brasileiro.

Sérgio Vieira de Mello, 55 anos, nasceu no Rio de Janeiro em 15 de março de 1948, onde ainda moram sua mãe, dona Gilda, de 83 anos, e a única irmã, Sônia. Estudou na França, onde recebeu o título de doutor em Filosofia e Ciências Humanas pela Universidade de Sorbone, Paris. Foi casado com uma francesa e era pai de dois filhos, Laurent e Adrian, que moram em Genebra.

Sérgio Vieira de Mello, no auge de sua carreira, morreu como um herói da paz, em plena atividade, em seu posto de trabalho.

A imprensa se manifestou, em manchetes, ao redor do mundo, como essas: “Mundo presta homenagem a Sérgio Vieira de Mello”; “Papa pede o fim da violência após o atentado de terça-feira”; “Vieira de Mello era um especialista em direitos humanos” (**Le Monde**); “Vieira de Mello era um homem habituado aos conflitos” (**El País**); “Vieira de Mello era um exemplo raro de embaixador” (**New York Times**); “Vieira de Mello foi um dos mais talentosos embaixadores da ONU” (**Financial Times**); “Indonésia lamenta morte de Vieira de Mello”; “Vieira de Mello falou pelo celular com assessor e pediu água”.

Os jornais brasileiros deram destaque ao atentado com as seguintes manchetes: “Atentado mata no Iraque o herói brasileiro da paz” (**Jornal do Brasil**); “Ataque com bomba em Bagdá mata brasileiro chefe da ONU” (**Folha de S.Paulo**); “A morte do brasileiro da paz” (**Zero Hora**); “Terror mata diplomata brasileiro, humilha a ONU e afronta os EUA” (**Correio Brasileiro**); “Guerra à paz” (**O Globo**).

Por sua dedicação às causas humanitárias e à democracia, por seu amor aos povos oprimidos pela guerra, nos mais diferentes e distantes pontos do planeta, Sérgio Vieira de Mello se transformou, com seu sacrifício, em Mártir da Paz e Mártir da Justiça, por isso defendemos o seu nome para o Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Sr. Presidente, acho emocionante a vida desse cidadão. Volto a repetir que o destino reserva às pessoas algo a que, talvez, elas não imaginem chegar.

Esse homem se transformou num profissional da paz. As atuações burocráticas na Embaixada e nos negócios comerciais não eram a sua especialidade. A sua especialidade era ir aos lados mais conflitantes, como em Kosovo, na hora mais difícil e dramática, para buscar o entendimento. E o encontrava, bem como a paz. E fazia o entendimento.

Esse homem morreu e isso é algo que tem que ser analisado com a profundidade que merece. Esse homem não morreu a serviço do Brasil, ele não estava servindo o seu País. A rigor, ele não morreu a serviço da ONU, não morreu num serviço pessoal, mas numa causa dedicada à paz da humanidade. Morreu em defesa de uma causa que, desgraçadamente, neste terceiro milênio que começamos tão tristemente, estamos longe de alcançar. Esse homem era um amante da paz.

É interessante que ele foi sempre contra a intervenção dos Estados Unidos no Iraque. É interessante que ele defendia, em uma última entrevista antes de morrer, que as tropas americanas deviam se retirar o mais breve possível do Iraque, e que forças de paz deveriam estar ali. Dizia ele: “Como é que eu me sentiria sabendo que tropas e tanques invasores estavam na praia de Copacabana? É assim que se sentem os iraquianos”. Ele defendia essa tese e se esforçava nesse sentido.

Apesar de lá estarem os americanos, ele estava lá em nome da ONU, com a equipe da ONU, tentando fazer a transição, preparando o caminho para o afastamento das tropas americanas do Iraque e a entrada das forças internacionais de paz. Esse era o seu trabalho. Esse era o seu esforço.

O impressionante é que ele sai como herói de todos os lugares por onde passa. Na independência da antiga colônia portuguesa, quando, depois de uma luta interminável, Portugal conseguiu dar a independência, foi ele quem fez todo o diálogo, todo o entendimento para que isso fosse feito de forma pacífica. O mesmo não aconteceu em outras colônias que se tornaram independentes. Ali, não, pois ele conseguiu, com paz, com alegria, com tranquilidade, com respeito, ser o herói da independência, da transformação e da eleição do novo presidente.

É por isso, Sr. Presidente, que, neste mundo, onde temos tão poucas pessoas com o pensamento voltado para o mundo – vejo tão poucas –, tenho respeito pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Vi nele um esforço enorme no sentido de que a ONU

fosse a responsável pelos acontecimentos no Iraque, para que não ocorresse isso que foi, não uma guerra, mas um massacre estúpido e desnecessário. Ele lutou no Conselho da ONU e teve a competência de conseguir que até aliados que os americanos tinham como certo, como o Chile, por exemplo, como o México e o Canadá, seus vizinhos, na hora de votarem no Conselho das Nações Unidas, votassem contra a intervenção dos americanos no Iraque. Por isso os americanos largaram a intervenção e partiram diretamente, sem ouvirem o pensamento da ONU.

Nesse contexto todo, Sérgio Vieira de Mello era a pessoa do bom senso, era a pessoa do equilíbrio, era a pessoa do diálogo.

Por isso, Sr. Presidente, este ano começou tão mal, este milênio começou, tristemente, com tantas dificuldades! E nós, que imaginávamos que, com a Queda do Muro de Berlim, com o término do comunismo, com o término da Guerra Fria, com o desaparecimento do Leste Europeu, praticamente teríamos um mundo em paz, sem conflitos maiores, que achávamos que o caminho estava encontrado, verificamos que, na verdade, durante 50 anos, metade da humanidade fez o papel de bobo. Porque todos os conflitos – o Muro de Berlim, a luta contra o comunismo –, tudo aquilo fazia parte de um contexto em que, de certa forma, às vezes, União Soviética e Estados Unidos buscavam os mesmos interesses, buscavam aquele estilo de guerra de conquista, em guerras como a da Coreia e a do Vietnã e nas lutas que travaram, que serviram para aumentar tremendamente os armamentos americanos, modernizar fantasticamente a indústria bélica do mundo e fazer com que, hoje, praticamente, como nunca na História do mundo – nem na época do Império Romano –, o mundo esteja tão monoliticamente ligado a uma nação: a americana.

Em meio a esse contexto, estava o Presidente da ONU, defendendo uma tese. O americano foi lá, e errou, não deveria ter ido. Estão publicados dados, na Inglaterra, de que o Primeiro-Ministro da Inglaterra mentiu, assim como o Secretário americano também mentiu ao dar números e idéias falsas para fazerem o conflito.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concederei, em breve, o aparte a V. Ex^a.

Diz-se que terminou a guerra. Mas, se terminou, se eles já ganharam, não provaram. Não encontraram armas, não encontram absolutamente nada. Ficou provado que foi uma estupidez, e que o que a ONU queria fazer – enviar mais pessoas para fiscalizar – teria resolvido pacificamente o problema. A essa altura, o que o nosso Sérgio Vieira de Mello defendia era a retirada das tropas americanas e a entrada das tropas da ONU.

Reparem como, desde a primeira hora até agora, Sérgio Vieira de Mello estava com a grande causa. Era uma pessoa simples, não era vaidoso, nunca veio para o Brasil para receber títulos, para fazer favores. Nós, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o convidamos para vir prestar depoimento e ele disse que, se possível, viria, só que não poderia vir antes de ocupar a sua posição no Iraque e ver o que aconteceria lá. Esse homem, com essa singeleza, esse homem simples, esse cidadão do mundo, morreu. Emocionante a frieza e a firmeza até na hora da morte. A bomba explodiu ali onde ele estava, e ele ficou debaixo dos destroços. As vigas quebraram-lhe as pernas e o impediram de caminhar, de se arrastar. Ele conseguiu pegar o telefone celular e se comunicar: “Eu estou aqui. Não consigo me arrastar porque as pernas estão presas”. E até água ele recebeu. Durante duas horas ele esteve ali. Que pensamento, meu Deus, pode passar no cérebro de uma pessoa numa hora como essa! Ali, aos poucos, o telefone parando, a água não vindo mais, as pessoas tentando chegar lá, e, quando chegaram, já era tarde. Não tenho nenhuma dúvida de que esse homem morreu em paz. Eu não tenho dúvida até pela maneira como ele falou, as palavras que ele falou, os pedidos que fez às pessoas com quem falou. Não eram palavras de ódio nem de revolta, era apenas um apelo no sentido de que, se possível, ele fosse auxiliado, porque ele queria sobreviver.

Pois não, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Pedro Simon, não tenho o hábito de apartear-lo com frequência. Tenho o hábito de ouvi-lo. Aparteando-o, creio que empalideço o discurso de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não apoiado, Senador, de forma alguma!

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Ouvindo-o, aprendo. O que V. Ex^a hoje propõe é uma medida de extrema justiça no meu entendimento. O Embaixador

Vieira de Mello, em verdade, jamais se interessou por aquilo que, no Itamaraty, se chama, jocosamente, de “Circuito Elizabeth Arden”, ou seja, as Embaixadas de Roma, Paris e Londres. Realmente, ele esteve todo tempo a serviço de causas desconfortáveis, sim, mas grandiosas na sua destinação. Vieira de Mello foi, por assim dizer, já pelo relato que faz V. Ex^a, um peregrino da paz. Ele esteve com o seu diploma de “embaixador itinerante” sempre à disposição das grandes causas da humanidade. O título, portanto, que V. Ex^a propõe a ele, que teve sua vida imolada em benefício da humanidade, é de extrema justiça. Que ele seja, portanto, considerado merecedor do Prêmio Nobel da Paz. Cumprimentos a V. Ex^a pela iniciativa. Oxalá ela possa frutificar!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a pela gentileza do aparte.

O Secretário-Geral da ONU, ao empossar o brasileiro no cargo de encarregado dos negócios da ONU junto ao Iraque, disse:

Ninguém possui mais experiência neste domínio. Para que possamos nos organizar, ficar operacionais e sermos eficazes imediatamente precisávamos de alguém que fosse capaz de meter mãos à obra e de lançar a operação, na sua fase inicial. Espero que Sérgio tenha o apoio de todos os Estados-membros, e estou certo de que o seu trabalho, com a autoridade da coligação em Bagdá e com todos os outros grupos no Iraque, será frutuoso.

Ao agradecer a indicação, Vieira de Mello responde:

Como todos tão bem sabemos, o povo iraquiano sofreu muito, sofreu demasiado. Chegou a hora de todos nós – os iraquianos, em primeiro lugar, a Autoridade da coligação das Nações Unidas – nos juntarmos para pôr termo ao seu sofrimento e permitir que, como pede a Resolução do Conselho de Segurança, o povo iraquiano tome o seu destino nas suas próprias mãos, o mais rapidamente possível. Não devemos falhar. O respeito pelos direitos humanos constitui o único alicerce sólido da paz e do desenvolvimento sustentáveis.

Não sei, Sr. Presidente, mas, olhando para trás, vemos que pessoas extraordinárias, fantásticas, em momentos importantes e significativos, receberam o Prêmio Nobel da Paz. Mas vejam a coincidência dos fatos: um milênio que imaginávamos ser o da reconstrução iniciou com guerra, com ódio, com violência. Uma pessoa que não está a serviço da pátria ou de seu trabalho, mas do mundo, um cidadão do mundo, sofre um atentado. Na verdade, Sérgio Vieira de Mello era um apóstolo andando pelo mundo onde era chamado, onde a liberdade estava em dúvida, onde os problemas sociais eram questionados, onde era necessária a presença do equilíbrio e do bom-senso.

Sérgio Vieira de Mello, em nome da ONU, era um apelo à paz. E o interessante é que a ONU, dividida entre americanos e ingleses, de um lado, e franceses e alemães, de outro, se uniu em torno de Sérgio Vieira de Mello. Todos foram unânimes em dizer que a escolha dele foi a mais feliz possível. E coisa estranha, Sérgio Vieira de Mello era a esperança do Iraque para que as tropas americanas se retirassem, para que se revivesse o clima de paz, e foi morto exatamente ele, talvez a pessoa que o povo iraquiano e árabe, na minha opinião, menos desejasse que sofresse o atentado.

Não tenho dúvida de que o exemplo dele servirá muito para todos nós. Por isso, Sr. Presidente, não é com a vaidade de ser brasileiro – seria até ridículo da minha parte –, não é em nome do povo brasileiro, porque acho o cidadão é da Humanidade, é que estamos indicando para Prêmio Nobel da Paz um cidadão do mundo, um cidadão que caiu, que tombou, lutando pela paz, mas não ocasionalmente. Foi um homem que lutou pela paz permanentemente. Foram 40 anos de vida. Onde havia problema, drama, dificuldade, necessidade, lá estava ele. Por isso, penso que justiça farão os responsáveis pela indicação do Prêmio. E, em meio à tristeza, as festas pela indicação e pela recepção do Prêmio pelos filhos serão, talvez, o momento de reconstrução. E, talvez, neste milênio, que ainda não teve um instante de paz e de reconstrução, seja a primeira semente lançada para o milênio que desejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

As quatro horas de

O diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello ficou preso sob uma viga de aço, foi localizado, falou pelo celular, mas morreu nos escombros do escritório da ONU em Bagdá, vítima de um atentado terrorista

Durante quatro horas, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello deu sinais de que ainda poderia ser salvo. Falava pelo celular com assessores da Organização das Nações Unidas (ONU) e recebia copos de água pelas frestas dos escombros, mas não conseguia se mexer. Até que o celular não respondeu mais aos chamados.

O mais respeitado diplomata brasileiro, o negociador internacional que se dedicava a reconstruir países destruídos por guerras estava morto sob uma montanha de concreto, tijolos e aço de um hotel de Bagdá.

Não consigo pensar em outra pessoa que mais devesse ter a vida poupada – lamentou o secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

Se houvesse lógica a ser respeitada, Vieira de Mello seria descartado como alvo preferencial da reação iraquiana. Humanista, pacificador, envolvido na proteção a refugiados políticos e crítico da forma como os Estados Unidos mantinham a ocupação do Iraque, o diplomata de 55 anos não foi poupado e morreu depois de uma lenta agonia no atentado terrorista de ontem ao Hotel Canal, na zona leste da capital. O caminho-bomba

que destruiu o lado direito do prédio, usado há mais de 10 anos como escritório da ONU, explodiu bem na janela do gabinete do brasileiro às 16h30min (9h30min em Brasília).

Mais de 300 funcionários da ONU trabalhavam no local. Além do diplomata, que desde maio coordenava a missão da ONU na reconstrução do país após a guerra, morreram pelo menos 16 pessoas – entre as quais o canadense Christopher Jonathan Klein Beckman, do Fundo da ONU para a Infância (Unicef), e cinco funcionários do Banco Mundial – e 108 ficaram feridas. O cenário de horror foi filmado por um cinegrafista que acompanhava uma entrevista coletiva do diretor da ONU sobre eliminação de minas terrestres, Martin Barber.

Feridos graves, ensanguentados, perambulavam sem rumo pelo local. Eram levados para o pátio e se amontoavam ao lado dos corpos dos mortos.

Vieira de Mello ficou preso sob os destroços e usou o celular para avisar que estava vivo, mas imobilizado.

Localizado pelas equipes de socorro, bebia água e falava ao celular. Mas os homens encarregados do resgate não conseguiram abrir caminho e chegar ao local onde o diplomata estava. Uma funcionária da organização tentava, transformada, chegar aos destroços e foi impedida pelas equipes. Uma viga de aço caíra sobre as pernas do brasileiro, e as paredes continuavam desmoronando. Quase quatro horas depois da explosão, o libanês Ghassan Salamé, um dos conselheiros da ONU em Bagdá, admitia que Vieira de Mello não atendia mais ao telefone. Funcionários da ONU em Nova York, que acompanhavam a tentativa de salvamento, tiveram crises de choro. O brasileiro era respeitado e admirado pela cordialidade. As primeiras informações,

atribuídas a Luciana Massini, assessora do diplomata, anunciavam que ele havia sido retirado dos escombros com vida e levado a um hospital. Mas depois a ONU esclareceu que o brasileiro já estava morto quando o resgate teve acesso ao local. A organização não havia informado, até ontem à noite, sobre quais teriam sido as causas da morte.

Vieira de Mello era carioca, divorciado, tinha dois filhos. Ficaria apenas quatro meses em Bagdá, mas sua permanência foi depois prorrogada. Era alto comissário para Direitos Humanos da organização, para a qual atuou como negociador em conflitos em várias regiões, como Albânia, Bósnia, Kosovo e Timor Leste. O brasileiro, o mais importante funcionário da ONU morto em missão oficial desde a criação da entidade em 1945, vinha sendo lembrado nos últimos anos como provável sucessor de Kofi Annan.

Seu corpo deve chegar hoje ao Brasil e será sepultado no Rio. Vieira de Mello foi mais do que um diplomata brilhante. No comunicado oficial da ONU que lamenta sua morte, Annan o define sem retoques:

– Ele foi um servidor excepcional da humanidade.

Saiba quem era Sérgio Vieira de Mello.

O diplomata do Rio de Janeiro Sérgio Vieira de Mello, que morreu ontem na explosão de um carro-bomba contra o prédio da ONU (Organização das Nações Unidas), em Bagdá, foi escolhido em maio deste ano pelo secretário-geral da organização, Kofi Annan. Ele seria o representante especial para o Iraque por um período inicial de quatro meses.

Nascido no dia 15 de março de 1948, Vieira de Mello estudou Filosofia em Paris e obteve título de doutorado pela Sorbonne. Em 1969, começou a trabalhar no Acnur (Alto Comissariado da ONU para Refugiados), exercendo cargos em Bangladesh, Suíça, Chipre, Moçambique e Peru. Desde então, o diplomata se tornou um dos representantes da ONU. Foi o principal assessor da Força das Nações Unidas no Líbano entre 1981 e 1983, no momento da invasão israelense.

Em 1998, o diplomata brasileiro foi nomeado para dirigir o escritório de Assuntos Humanitários da ONU. Foi também administrador do Timor Leste, buscando a reconstrução do território.

Em junho do mesmo ano, o diplomata brasileiro já havia

sido convocado por Annan para administrar provisoriamente o Kosovo, imediatamente após a entrada das tropas da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da partida dos sérvios nos Balcãs.

EXPERIÊNCIA – Com experiência em assuntos humanitários, Vieira de Mello era desde julho de 2002 Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU em Genebra, Suíça.

Atualmente, Vieira de Mello representava a ONU em Bagdá. O diplomata era contra a ocupação permanente do governo norte-americano no Iraque. Acreditava que, desta forma, a tensão no Oriente Médio só iria aumentar. Ainda neste mês, em entrevista, ele considerou este momento do povo iraquiano um dos mais “humilhantes de sua história”, com a ocupação das forças da coalizão, lideradas pelos EUA. “Quem gostaria de ver seu país ocupado? Eu não gostaria de ver tanques estrangeiros em Copacabana.”

O Conselho de Governo do Iraque, que atua em Bagdá, estava estudando a possibilidade de eleições legislativas no país já em 2004. (AP com agências)

Câmara de Vereadores

♦ A advogada Andréa da Costa Campos compareceu ontem na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, da Câmara de Porto Alegre. Ela denunciou agressões físicas e abusos sofridos por parte de soldados da BM (Brigada Militar). Segundo ela, ao defender um cliente, que a aguardava na frente de seu escritório, e que teria sofrido abordagem da BM por atitude suspeita, foi agredida fisicamente e moralmente. A advogada revelou ainda que sofreu abuso e teve seu corpo tocado pelos brigadianos.

♦ A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara aprovou ontem parecer favorável ao projeto do vereador Haroldo de Souza (PMDB). A proposta prevê isenção do pagamento de ingresso em eventos esportivos pelos idosos – com mais de 60 anos de idade. No entanto, o projeto vale somente para idosos cuja aposentadoria não ultrapasse o teto de benefícios pago pelo INSS.

REQUERIMENTO Nº , DE 2003
(Do Senador Pedro Simon)

**Requer a proposição da candidatura
do Embaixador Sérgio Vieira de Mello ao
Prêmio Nobel da Paz.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requero que esta Casa proponha à Organização das Nações Unidas a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto, ontem, em atentado terrorista contra a sede da representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Justificação

Funcionário da ONU desde 1969, quando ingressou nos quadros da organização, através de concurso, Vieira de Mello era filho de um Embaixador cassado pelo regime militar. Seria natural que seguisse os passos do pai, mas preferiu não fazer carreira diplomática. “Não vi sentido algum em seguir a carreira no Itamaraty, naquele momento”, explicou.

Foi nomeado Chefe do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, seu último posto, em 12 de setembro de 2002, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a indicação do Secretário-Geral, Kofi Annan.

Como funcionário, permaneceu no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) de 1969 a 1996. Sua extensa experiência em operações humanitárias e de manutenção da paz, seja no escritório em Genebra ou atuando em trabalho de campo – que o fascinava – fez com que se destacasse internacionalmente.

Desenvolveu missões difíceis em Bangladesh, Sudão, Chipre, Moçambique e Peru. Esteve no Líbano, entre 1981 e 1983, durante a invasão israelense, como assessor das Forças de Paz da ONU. Foi nomeado também como Enviado Especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, no Camboja, e Diretor de Repatriação da Autoridade Provisória das Nações Unidas. Ocupou, em seguida, diversos postos de direção, em Genebra, antes de ser nomeado, em 1994, Diretor da Força de Proteção a Civis na ex-Iugoslávia, em plena guerra civil. Em 1996, atuou como Coordenador Regional de Assuntos Humanitários das Nações Unidas para a região dos Grandes Lagos, na África, após o genocídio de Ruanda. Desenvolveu, nesse período, uma grande atração pelo continente africano, simpatia que se es-

tendeu à Ásia, quando passou dois meses de férias no Vietname.

O êxito obtido em missões complexas e de natureza sensível fez com que Vieira de Mello fosse indicado, em outubro de 1999, para o cargo que o tornou um nome de grande prestígio popular em todo o mundo: Administrador da transição de Timor Leste, ex-colônia de Portugal anexada pela Indonésia, para a independência e a democracia. Ficou amigo de Xanana Gusmão, o carismático líder daquele país que teve, em sua fundação, a presença decisiva do brasileiro.

Sérgio Vieira de Mello, 55 anos, nasceu no Rio de Janeiro em 15 de março de 1948. Ali moram sua mãe, dona Gilda, de 83 anos, e a única irmã, Sônia. Estudou na França, onde recebeu o título de doutor em Filosofia e Ciências Humanas pela Universidade de Sorbonne, Paris. Foi casado com uma francesa e era pai de dois filhos, Laurent e Adrian, que moram em Genebra.

Sérgio Vieira de Mello estava no auge de sua carreira e morreu como um herói da paz, em plena atividade, em seu posto de trabalho.

A imprensa se manifestou, em manchetes, ao redor do mundo, em manchetes como essas: “Mundo presta homenagem a Sérgio Vieira de Mello”, “Papa pede o fim da violência, após o atentado de terça-feira”, “Vieira de Mello era um especialista em direitos humanos” (**Le Monde**), “Vieira de Mello era um homem habituado aos conflitos” (**El País**), “Vieira de Mello era um exemplo raro de embaixador” (**New York Times**), “Vieira de Mello foi um dos mais talentosos embaixadores da ONU” (**Financial Times**), “Indonésia lamenta morte de Vieira de Mello”, “Vieira de Mello falou pelo celular com assessor e pediu água”.

Os jornais brasileiros deram destaque à questão do atentado, com as seguintes manchetes: “Atentado mata no Iraque o herói brasileiro da paz” (**Jornal do Brasil**), “Ataque com bomba em Bagdá mata brasileiro chefe da ONU” (**Folha de S.Paulo**), “A morte do brasileiro da Paz” (**Zero Hora**), “Terror mata diplomata brasileiro, humilha a ONU e afronta os EUA” (**Correio Braziliense**), “Guerra à paz” (**O Globo**).

Por sua dedicação às causas humanitárias e à democracia, por seu amor aos povos oprimidos pela guerra, nos mais diferentes e distantes pontos do planeta, Sérgio Vieira de Mello se transformou, com seu sacrifício, em Mártir da Paz, e de justiça, portanto, que seu nome seja indicado, pelo Brasil, para o Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Com esta proposição, Senhor Presidente, queremos, além de homenagear este grande brasileiro,

dar o devido destaque à atuação da ONU na resolução dos mais diversos conflitos ao redor do mundo, reforçando a importância do seu papel, em contraposição ao desprestígio a que tentam condená-la os pretensos senhores do mundo.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2003. – Senador **Pedro Simon**.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Parabéns, Senador Pedro Simon. Informo a V. Ex^a que o Partido da Frente Liberal apóia integralmente a indicação para Prêmio Nobel da Paz do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, este grande brasileiro.

O belo pronunciamento de V. Ex^a em homenagem a este ilustre brasileiro acaba de ser transmitido pela **Rádio Senado AM e FM**. Aproveito a oportunidade para cumprimentar todos os ouvintes.

Convido para fazer uso da palavra o eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, do PPS de Roraima.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Paulo Octávio, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um tema sobre o qual tenho procurado pesquisar e aprofundar, desde que assumi pela primeira vez o mandato de Deputado Federal, em 1983. Refiro-me à atuação das chamadas ONGs – Organizações Não Governamentais. Sempre me chamaram a atenção a proliferação e a concentração dessas instituições em algumas áreas, especialmente a ambiental e a indigenista.

Apenas para citar um exemplo, levantamento recente feito pela revista **Veja** mostra que, no Brasil, existem cerca de 250 mil ONGs, que, como o nome diz, são organizações não governamentais. Portanto, pressupõe-se que sejam uma iniciativa da sociedade, formadas, conseqüentemente, por voluntários, que devem prestar serviços de atendimento a áreas sociais importantes, científicas ou de outros setores, de forma a complementar e até mesmo fiscalizar a ação do Poder Público.

Até aí, realmente, essas instituições que constituem o chamado terceiro setor são, sob todos os aspectos, muito benéficas. Conheço inúmeras delas que têm atuações dignas de louvor. Recentemente, fizemos referência às Apaes; o Instituto Ayrton Senna

faz um trabalho fabuloso; há a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Bradesco e inúmeras outras que seria cansativo listar aqui já que, conforme o levantamento, são cerca de 250 mil.

Mas o que chama a atenção é a concentração delas, repito, na questão indigenista, por exemplo. Há cerca de 320 mil índios no Brasil e existe uma correlação de quase uma ONG para menos de mil índios. É uma concentração tão grande que eu, como médico, sempre curioso ao ver certos sintomas, procuro fazer um diagnóstico. Então, há de se pensar por que não há essa correlação no que tange a problemas muito mais agudos como, por exemplo, o do menor abandonado, do idoso, da educação, da saúde? Não há essa concentração. Realmente, essa observação nos leva a fazer indagações, sem nenhum tipo de precipitação ou de prejulgamento.

Eu li, Sr. Presidente, no **site** da poderosa ONG ambientalista norte-americana *Conservation International*, que cerca de 20 ONGs ambientais estrangeiras mantêm no Brasil escritórios, com o objetivo de influenciar o tratamento do meio ambiente de nosso País.

Creio que esse tipo de intervenção em nossos assuntos nacionais deve ser motivo, no mínimo, de preocupação. Precisamos ficar atentos e acompanhar a atuação dessas entidades. Na minha opinião, não tem legitimidade o tipo de ação intensa que aqui desenvolvem, nela incluídos os esforços para moldar a nossa legislação.

A relação entre o vetor desenvolvimentista e a preocupação em não destruir o meio ambiente é questão complexa, que cabe, no meu entender, somente aos brasileiros decidir, até por envolver a soberania nacional. Sabemos que essas ONGs chegam às nossas plagas munidas de uma ideologia que se opõe ao desenvolvimento. Com seu poder econômico, sustentam, por sua vez, ONGs brasileiras, que amplificam essa pregação e essa ação anticrescimento. Além disso, nunca se sabe que outros interesses podem estar por trás dessa movimentação. São muitos os que, mundo afora, não querem que o Brasil cresça e se afirme como nação.

A questão das ONGs, em geral, seja qual for a sua nacionalidade, é eivada de ambigüidades e contradições. Merece muito mais atenção do que lhe tem sido dada. Por um lado, elas se apresentam como pregadoras e praticantes do bem; um olhar atento, no entanto, revela um quadro complexo, no qual as vantagens de sua atuação devem ser analisadas junto com as desvantagens. Aliás, gostaria de lembrar uma afirmação do então Senador Bernardo Cabral. S. Ex^a

disse que muitas dessas ONGs que se apresentam com fachada de catedral têm um fundo de bordel.

Um aspecto importante, que é pouco discutido entre nós, consiste na complementação ou substituição da ação do Estado pelas ONGs. Até certo ponto, isso é desejável e pode ser feito com recursos privados ou por delegação de órgãos públicos, com recursos estatais. Mas há casos – e não são poucos – em que, pela fraqueza de certos órgãos do Governo, as organizações não-governamentais passam a ditar políticas públicas e a executá-las. Passa a haver, então, a predominância de uma visão particularista e ideológica sobre o que deveria ser o consenso político-democrático a fluir das instituições do Estado.

É o caso, por exemplo, da Funai e do Ibama, órgãos onde reinam as organizações não-governamentais, e não a vontade do povo brasileiro, por meio de seus legítimos representantes – cujas ações são frequentemente por elas contestadas. Aliás, seus dirigentes não são escolhidos de maneira transparente e, na maioria das vezes, são uma meia dúzia de participantes que se arvoram donos da verdade sobre determinados temas. Quando essas ONGs são estrangeiras, e muitas vezes o são, o problema se agrava: nossa política indigenista e ambientalista passa a ser ditada de fora do País.

Outro ponto ao qual não é dada a atenção devida é o pouco controle sobre o uso que as ONGs fazem do dinheiro público. Hoje, por meio de teses jurídicas equivocadas ou duvidosas, é muito fácil para órgãos públicos contratarem ONGs e passarem para elas vultosos recursos, sem a realização de editais objetivos e licitação apropriada. É uma verdadeira ação entre amigos.

A carta ideológica antidesenvolvimentista do ambientalismo radical, presente nas ações de muitas organizações não-governamentais, vem solapando nosso crescimento econômico. A penetração dessa ideologia é intensa e se dá sem a necessária oposição. Muitas vezes, o Judiciário concede, com excessiva facilidade, liminares que paralisam toda sorte de empreendimentos econômicos. Órgãos ambientais demoram anos para dar as devidas licenças. Aos olhos dessa militância fanática, são sempre insuficientes nossas vastas áreas de reservas indígenas e de preservação da natureza.

Tudo isso se traduz na pobreza, que se perpetua, e no atraso social e econômico, que não se consegue superar. O bloqueio e retardamento de obras de interesse da população e do desenvolvimento, causado pelo radicalismo ambientalista, impede, dia após dia, que o País cresça e prospere. Trata-se de

uma ideologia que significa descompasso e que se originou nos países ricos, que atingiram a plena industrialização e o pleno domínio sobre a natureza. É uma pregação que não nos serve, é bom frisar. Essas ONGs surgiram nos países industrializados; foram por eles planejadas, para servirem, modernamente, como veículos de colonização e de dominação sobre os países menos desenvolvidos.

O Brasil ainda precisa, e muito, crescer, fazer justiça social, criar riquezas. Devemos fazê-lo, cuidando do meio ambiente sim, mas sem que nos tornemos escravos de uma ideologia descompassada, nascida de outra situação que não a nossa.

Tudo isso fica ainda mais intolerável, quando a pregação contra o nosso crescimento parte de organizações estrangeiras, entidades poderosas que ganham doações milionárias, como em tempos passados recebia a Igreja. As doações ocorrem, agora, por força de uma ideologia nascida da riqueza e da segurança social. Sabemos que o Brasil luta por isso, ainda não está no estágio dos países desenvolvidos, que, na maioria das vezes, financiam essas grandes organizações não-governamentais transnacionais.

Temos de batalhar, simultaneamente, pelo nosso crescimento, de um lado, e, em uma segunda frente, contra a influência de ferozes do radicalismo antidesenvolvimentista. Esse é um cenário que se vem desenhando há alguns anos, e o atual Governo também terá de enfrentá-lo.

É desejo do povo brasileiro que o Governo Lula tenha sucesso em desencadear um processo de crescimento econômico e social. Para isso, precisamos de fábricas, rodovias, portos, hidrovias, usinas elétricas, ferrovias, algo que os países desenvolvidos, que financiam essas ONGs, já possuem. Para que obtenhamos isso, há necessidade de soluções sensatas, razoáveis e ágeis, que estabeleçam o compromisso entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Sem isso, não serão gerados os milhões de empregos de que o Brasil precisa. Não conseguiremos criá-los, se prevalecerem a ideologia e a ação do radicalismo ecológico, cuja face mais intolerável é a presença e a pressão das organizações não-governamentais estrangeiras estabelecidas no Brasil.

Sr. Presidente, tive oportunidade de presidir a CPI do Senado que investigou a atuação de organizações não-governamentais no Brasil. Lamentavelmente, muitos fatos que aconteceram durante aquele período atrapalharam um pouco o trabalho desta CPI. Mas, mesmo assim, foi possível investigar mais de uma dezenas delas e detectar através de muitas de-

núncias e documentos que efetivamente existe uma ação antiBrasil praticada por muitas dessas ONGs.

Tenho aqui o relatório final da CPI das ONGs, que listou dez dessas organizações que comprovadamente cometeram irregularidades. Citarei uma delas que, por coincidência, atua no meu Estado: Associação Amazônia. Com sede na Itália, essa organização “comprou” no sul do meu Estado 174 mil hectares de terras. “Comprou” – entre aspas – porque ela procurou os moradores daquela região, na sua grande maioria caboclos ribeirinhos da Amazônia, pessoas que sobrevivem do extrativismo, da pesca e da caça, e fez uma espécie de falcatura, comprando as suas benfeitorias, fazendo essas pessoas “sócias” da associação e registrando as terras em nome da associação em um cartório de Manaus. Vejam que as terras foram compradas em Roraima e foram registradas no Estado do Amazonas com o objetivo de esconder das autoridades de Roraima, que obviamente estranhariam a compra de tamanha área. Quantas pessoas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisando de terras no Brasil, e uma instituição internacional compra de forma fraudenta, irregular, 174 mil hectares e registra em seu nome em um cartório do Amazonas! Isso foi comprovado. O pior é que a direção dessa ONG é de um italiano e um argentino, e não conseguimos ouvir o tal italiano, que me parece até que tem o título de conde, um homem rico da Itália. Mas será que eles fizeram isso por benevolência, para preservar o meio ambiente? Não. Fizeram isso para explorar o turismo ecológico, à revelia do Governo brasileiro, internando e levando dólares do Brasil sem que a Receita Federal tivesse tomado conhecimento.

Um dos dirigentes, um escocês, disse na CPI que muitas vezes eles traziam dólares no bolso, na valise, para gastar nessa área do Estado de Roraima. Promovem pacotes turísticos a partir da Itália, da Europa como um todo, que saem de lá diretamente para Manaus, e eles se deslocam através de barcos. Portanto, o dinheiro fica com essa ONG internacional e uma área imensa do Estado de Roraima fica esterilizada e nas mãos de estrangeiros.

Sr. Presidente, o mais absurdo, o que mais me causa estranheza é que talvez a mais importante ação ou conclusão da CPI foi exatamente propor um projeto de lei para regulamentar a atuação dessas instituições no Brasil. E regulamentar como regula a atuação das fundações ou de qualquer cidadão no Brasil. Esse projeto, portanto, visa a que elas

sejam registradas, declarem de onde recebem dinheiro, como gastam dinheiro e prestem conta do dinheiro público recebido. Como previsto no Regimento, essa matéria veio direto para ser votada em Plenário, por sua preferência. No entanto, por requerimento do Senador Sibá Machado, foi ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É até interessante que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania discutam, avaliem, mas que aprovem rapidamente essa lei, porque é do interesse da soberania do País, para zelarmos pelos recursos públicos que são destinados a instituições não-governamentais, como disse, muitas vezes sem licitação, por contratos de gaveta, de maneira as mais escusas possíveis.

No meu Estado, repito, duas ONGs recebem da Fundação Nacional de Saúde mais recursos do que todos os Municípios do Estado para prestar assistência à saúde dos índios – e lá os índios representam 7% da população do Estado. Portanto, 7% da população recebem mais recursos para a saúde do que os outros 93% que são atendidos pelos Municípios.

Estou solicitando audiência com o novo Presidente da Funasa, com o Ministro da Saúde, porque precisamos tornar transparentes essas ações. Queremos, sim, que os nossos índios, que são os primeiros brasileiros, recebam assistência à saúde, e eu como médico defendo que seja mais efetiva. Que não aconteça o que está acontecendo com os índios ianomâmi, que receberam nove milhões de hectares – isso para quatro mil índios – e estão lá morrendo de subnutrição e vítimas de uma endemia, a oncocercose, doença de difícil tratamento. Na verdade, para isso não se liga. Para a pessoa do índio não há nenhuma preocupação adequada. Há um excessivo interesse em dar enormes áreas para reservas indígenas, reservas que parecem até que são estratégicas, onde se localizam imensas riquezas minerais e da biodiversidade, que no futuro podem perfeitamente ser exploradas pelas grandes corporações internacionais, a mando de quem e a soldo de quem se encontram essas ONGs.

Sr. Presidente, encerro fazendo esse alerta ao Senado, ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, aos brasileiros de todos os recantos, para que alertemos para essas ONGs. Tive o cuidado de mandar para cada Senador e cada Deputado o relatório da CPI das ONGs – é um pouco extenso, mas merece ser lido – e mais os documentos que não estão

aqui anexados, porque são muitos; estão à disposição dos Srs. Senadores e de quem quiser pesquisá-los na subsecretaria específica do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Quero cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti, ilustre representante de Roraima, pelo brilhante pronunciamento e pela denúncia tão grave que acaba de fazer nesta Casa. Como Parlamentar de Brasília, lerei atentamente o relatório, até para saber se não temos ONGs na Capital Federal transgredindo a lei ou desrespeitando os princípios que devem norteá-las no nosso País.

Convido para fazer uso da palavra o eminente Senador Marcelo Crivella, representante do PL do Rio de Janeiro.

Quero cumprimentar todos os ouvintes da **Rádio Senado** no Rio de Janeiro que vão ouvir agora o Senador Marcelo Crivella e dar um abraço nos jovens do Centro de Ensino nº 7 de Ceilândia aqui presentes, que prestigiam esta sessão – Ceilândia que é uma cidade tão importante aqui na Capital da República.

Muito obrigado.

Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito agradecido. Quero saudar também esses jovens que abrilhantam o nosso Plenário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos convictos de que a construção da cidadania plena no Brasil passa, necessariamente, pelo combate às brutais assimetrias sociais e regionais presentes em nossa sociedade. A idéia mesmo de uma União composta por diversos Estados federados implica, ademais, em uma aliança construtiva entre seus diversos componentes, em que aqueles capazes de contribuir com mais recursos têm o dever de fazê-lo para o bem de toda a coletividade nacional. Essa verdadeira ética da solidariedade encontra-se consagrada, aliás, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, e dela jamais abriremos mão.

E é precisamente em nome dessa solidariedade e em nome de um juízo de equidade que devem permear nossas ações não só no Parlamento, mas também na vida, que mais uma vez sinto-me no dever de assomar esta tribuna para sensibilizar meus Pares acerca das gravíssimas distorções que afetam o Estado do Rio de Janeiro em matéria tributária.

Em termos de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, o Rio de Janeiro é o se-

gundo maior arrecadador do País, com um montante que chega aos R\$40.406.000,00 no ano de 2002. Isso significa nada menos do que 18,18% de tudo o que foi arrecadado em impostos e contribuições federais no ano passado. E o que recebeu, de volta, o nosso Estado, em transferências obrigatórias por parte da União? Apenas 2,67% desse valor, ou seja, R\$1.079.000,00. Essa quantia representa – pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores – um trinta e sete avos do que foi arrecadado.

As consequências de tal injustiça distributiva se fazem sentir, diariamente, nas ruas, avenidas, becos e esquinas das cidades que compõem o meu Estado do Rio de Janeiro. Infelizmente, Sr. Presidente, notícias sobre nosso imenso potencial turístico, sobre a cordialidade de nosso povo e sobre as maravilhas de nossas praias, cantadas em prosa e verso por artistas de todo o mundo, têm caminhado, **pari passu**, com denúncias diárias de violência, de assassinatos, de balas perdidas, de narcotráfico, que servem, também, como trágica metáfora de nossos descaminhos na busca de uma sociedade mais justa.

E essa busca de maior justiça social tem como corolário a necessidade de haver equidade na distribuição de recursos tributários. Até quando teremos de ligar a televisão e assistirmos a repetidas manifestações de violência na segunda maior metrópole nacional, um de nossos mais destacados cartões de visita, para, aí sim, nos darmos conta de que nossa posição, como segundo maior arrecadador e apenas décimo recebedor de recursos, é profundamente injusta, o que prejudica de modo direto a vida de milhões de cariocas e fluminenses?

Falta, ou melhor, tem faltado, nos últimos anos, Sr. Presidente, aquilo que costumo chamar de “senso de prioridade” na condução da política nacional e na alocação de recursos públicos por parte de sucessivos governos. Parece-nos que nossos formuladores de políticas públicas se têm esquecido de que o Rio de Janeiro, síntese de nossas belezas naturais e humanas, concentra também, em seu diminuto território, as piores consequências que são fruto de nossa profunda desigualdade social.

Já tivemos a oportunidade, por exemplo, de denunciar deste Plenário as dificuldades por que passa a população do Distrito Industrial de Queimados, um triste exemplo de descaso para com nosso Estado. Esse Distrito, que conta hoje com 25 empresas em funcionamento, ainda não dispõe de um viaduto de acesso, que serviria, estamos certo, como elemento dinamizador para toda a área de sua influência econômica.

Manifestamos nossa indignação, também, quanto aos pífios repasses de recursos do SUS para o Estado do Rio de Janeiro, que destinou, no ano de 2002, risíveis um mil e quinhentos reais para o combate ao câncer de próstata como verba mensal. Naquela oportunidade, abordamos a constrangedora situação da Governadora do Estado, ameaçada, mais de uma vez, por medidas judiciais por enfrentar imensas dificuldades até para o pagamento de precatórios e da folha salarial do nosso Estado.

Todos esses fenômenos são sintoma, não tenho dúvida, do inaceitável descompasso entre a arrecadação tributária do Rio de Janeiro e o desproporcionalmente pequeno repasse desses mesmos recursos. É óbvio que nossos problemas não se reduzem a isso; não poderíamos, de maneira alguma, acalentar tal ingenuidade. Agora, em um contexto de arrocho econômico e de preocupante índice de desemprego, o quinhão tributário que ao Rio é devido por direito e por equidade econômica pode ser a esperança que nos resta tanto para sairmos do estado de emergência social, quanto para minorarmos os efeitos perniciosos do baixo crescimento da economia do País.

Neste ponto do meu pronunciamento, gostaria de deixar algo bem claro: estamos plenamente conscientes de que a divisão de parte das receitas entre os entes da Federação e os Fundos de Desenvolvimento Regional são instrumentos legítimos e necessários na promoção do equilíbrio sócio-econômico do nosso País e na redução de desigualdades nacionais. Estamos certos de que, às mais ricas unidades da Federação – como é o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Distrito Federal.

Imagine, Sr. Presidente, que o nosso País tem vivido uma crise econômica tão intensa, que a maior receita de impostos da União é o Imposto de Renda. O Imposto de Renda, em Brasília, é muito superior ao do Pará, da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais. Portanto, em termos de arrecadação nominal, primeiro São Paulo; segundo, Rio de Janeiro; terceiro, Brasília. É preciso, que nosso País tenha produção industrial, tenha turismo. É preciso que os minérios do Pará possam ser revertidos para fazer crescer a economia daquele Estado. Imaginem Brasília: onde estão as indústrias de Brasília? Onde estão os minérios de Brasília? Onde está o petróleo de Brasília? Na verdade, não existem; são apenas recursos de Imposto de Renda, terceira principal arrecadação do Governo

Federal no bolo tributário. Parece até que não temos outras tantas riquezas em nosso País!

Às mais ricas unidades da Federação cabe a nobilíssima função de distribuir parte de seus recursos às regiões mais carentes do País. Permito-me dizer que esse **ethos**, na medida em que nos lembra de nosso dever de repartir o pão, não é apenas constitucional; é, também, cristão e universal, sem nenhuma analogia à Igreja a que pertencemos.

Entretanto, é necessário exercê-lo com moderação e com parcimônia, para que o Estado que repartir não fique em condições piores do que aquele que recebe – para não repetirmos aquela estória da vaca que mama no bezerro. É lícito indagarmos, por exemplo, se os índices estabelecidos pela Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que regula a liberação de recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, mantêm, de maneira imaculada, sua validade. Os fins visados por essa Lei são os melhores, e a eles damos o nosso apoio incondicional.

Porém, preocupa-nos verificar que o Estado do Rio de Janeiro, que arrecadou, no ano de 2002, quase R\$20 bilhões de Imposto de Renda e R\$1,7 bilhão de IPI, recebeu do Fundo de Participação dos Estados, a minguada soma de R\$271 milhões.

Talvez algum incauto dissesse: “Mas, Senador, o equilíbrio federativo impõe sacrifício dos Estados mais ricos”. Por que isso não acontece com o Estado de São Paulo, que em 2002 arrecadou R\$99 bilhões e recebeu R\$5,5 bilhões de volta? Por que será que o meu Estado do Rio de Janeiro que, nesse mesmo período, arrecadou R\$40 bilhões e só recebeu R\$1 bilhão?

São regras injustas desta Constituição tão bonita, cidadã, mas que infelizmente cometeu esse desatino contra o meu Estado, que já não aguenta mais tanto sacrifício.

Há que se levar em conta, também, o contexto de brutal concentração de recursos nas mãos da União. Por outras palavras, o Rio de Janeiro sofre duplamente: na excessiva centralização tributária na esfera federal, o que procuraremos mitigar na reforma tributária, e na injusta repartição dos créditos tributários devidos ao Estado, cujos números há pouco mencionados nos fornecem a exata noção da desigualdade que tem vitimado a população e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Para reverter esse quadro, certamente apresentarei emenda à reforma tributária, propondo que um percentual mínimo de arrecadação dos Estados para a União seja transferido de volta para as unidades federadas. Penso ser muito justo que, do imposto de renda pago pelos fluminenses, pelo menos 30% sejam obrigatoriamente aplicados no Estado de origem. Que os recursos arrecadados venham para o governo federal, mas que retornem sob a forma de algum tipo de investimento. O fato de o Rio de Janeiro conviver com o paradoxo entre um setor de serviços avançadíssimo, de um lado, e o saneamento precário, o analfabetismo e a violência, de outro lado, motiva-nos a lutar, de maneira incansável, pelo aprimoramento dos critérios de divisão do bolo tributário.

Tencionamos, pois, a um só tempo, consolidar o papel do Rio como Estado transferidor de recursos e assegurar a prevalência de modelo tributário mais condizente com a realidade de nossas unidades federadas.

Tenho uma fé inabalável de que tais propósitos encontrarão respaldo inequívoco na sensibilidade política do Presidente Lula, que, aliás, recebeu, no Estado do Rio de Janeiro, sua mais expressiva votação, e não poderá jamais passar à história como perpetuador da discriminação contra o Estado do Rio, sob pena de cometer a maior ingratidão que um político já fez com o povo da minha terra. Tenho uma fé inabalável de que este Senado, como guardião do pacto federativo e dos mais altos interesses da Nação brasileira, há de rediscutir essa reforma tributária e encontrar solução para essa ganância insaciável da elite paulista que concentra tantos recursos, autora do maior casuísmo da Constituição, que é a forma de arrecadação do ICMS do petróleo, único produto que não arrecada ICMS na origem mas, sim, no refino, para beneficiar, mais uma vez, o Estado mais rico da Federação.

Sr. Presidente, quero agradecer por esse tempo.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Com a maior vaidade, concedo a V. Ex^a este aparte.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Crivella, eu estava acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a, pronunciamento justo na defesa dos interesses do Estado do Rio de Janeiro, que V. Ex^a representa extremamente bem. O Rio de Janeiro

merece consideração da Nação brasileira, sempre foi um Estado referência, a cidade do Rio de Janeiro sempre foi referência, não só para o Brasil mas para o mundo, inclusive ganhando o título de Cidade Maravilhosa. O Estado do Rio de Janeiro é um dos mais importantes do Brasil e precisa ser tratado com o devido respeito. Talvez a violência que enfrenta o Estado, o desemprego e uma série de problemas que afligem o povo carioca sejam decorrência desse tratamento desigual que tem recebido o Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas. Cumprimento-o como brasileiro que tem muita simpatia pelo Estado do Rio de Janeiro, pela cidade do Rio de Janeiro e pelos cariocas de uma forma geral, que escreveram e escrevem as mais belas páginas da história do Brasil. Portanto, esse Estado merece a consideração do Congresso Nacional, do Senado da República, do Governo Federal, principalmente neste momento em que estamos estudando uma distribuição de renda mais equânime para os estados e os municípios brasileiros por meio da reforma tributária. Quero cumprimentá-lo, pois V. Ex^a tem sido um defensor árduo do Rio de Janeiro, que precisava realmente de um Senador como V. Ex^a, alguém que chama a atenção do Congresso e do Brasil para as dificuldades pelas quais passa aquele estado, o que talvez seja consequência das injustiças sofridas ao longo das últimas décadas. Parabéns. Conte comigo na defesa desse importante Estado da Federação brasileira. Parabéns por seu pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Senador, em nome de todos nós, fluminenses, pela solidariedade de V. Ex^a.

Sr. Presidente, gostaria, terminando minhas palavras, de lembrar que o nosso Estado do Rio de Janeiro sofre hoje uma crise também na área do turismo. A fusão da Varig com a TAM vai arrastar para São Paulo a nova companhia, desempregando dez mil fluminenses. E eu não sei qual a vantagem que vamos ter com a fusão dessas duas companhias, já que elas estão, na prática, fundidas, estão operando juntas e não melhoraram o seu resultado operacional. Precisamos realmente repensar essa união antes de levar para São Paulo mais uma empresa. O Rio de Janeiro, que já está exaurido, sangrando, sofrido, vai perder mais a Varig, que hoje emprega doze mil pessoas lá na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro? Sinceramente, tenho medo de que, quando aquele

parque industrial, que é o maior da América Latina, for abandonado, apareça mais uma favela. Vamos ter mais ataque do narcotráfico numa cidade já tão combatida.

Com muita honra, concedo um aparte ao nobre Líder do PMDB nesta Casa, Senador Renan Calheiros.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, eu queria, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que faz. V. Ex^a defende, como pouquíssimos defenderam, o Rio de Janeiro, seu interesse, dando consistência à representação que, com tanta competência, aqui no Senado Federal V. Ex^a faz. Realmente precisamos defender os interesses do Rio de Janeiro. Esta Casa é a casa da Federação, tem compromissos com isso, óbvios compromissos com isso, e V. Ex^a, mais uma vez, se destaca na defesa intransigente dos interesses do seu Estado, da região que muito bem V. Ex^a representa aqui. Conte com o nosso apoio, conte com o apoio do nosso partido. O que for preciso fazer, nós vamos fazer em coro com V. Ex^a, para que o nosso Rio de Janeiro seja cada vez melhor. Parabéns.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, nobre Senador Renan Calheiros.

Somos todos brasileiros, gaúchos e nordestinos, mas, na alma, não deixamos de ser cariocas. Pela nossa generosidade, pela maneira alegre com que encaramos a vida, nós, brasileiros, todos, na alma, podemos dizer que nascemos naquela cidade maravilhosa. Dói em todos nós ver o nosso Estado tão abandonado, com tanto tráfico, com tantas crianças nos semáforos das cidades, com tanta gente desempregada e passando fome.

Realmente, conto com V. Ex^a, com o PMDB. V. Ex^a também é de um Estado produtor de petróleo, ali naquela região de Sergipe e de Alagoas. Portanto, precisamos lutar para tirar esse casuismo da nossa Constituição e devolver aos nossos Estados o que eles têm de direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Paulo Octávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, do Estado de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna para fazer uma denúncia que merece, sem dúvida, a atenção do Parlamento, do Presidente da República e dos órgãos de controle da Administração Federal. Venho, Sr. Presidente, trazer ao conhecimento do País as gravíssimas irregularidades que ocorreram e que ocorrem na malha ferroviária do Nordeste, hoje sob concessão da Companhia Ferroviária do Nordeste.

A CFN obteve a concessão da Malha Nordeste, pertencente à Rede Ferroviária Federal, num leilão realizado em 18 de julho de 1997. A empresa iniciou a operação dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas em 1º de janeiro de 1998. A área abrangida pela ferrovia engloba os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia, que se liga com Minas Gerais. Como pontos de interconexão com portos, temos Itaqui, no Maranhão; Mucuriipe, no Ceará; Recife e Suape, em Pernambuco; Natal, no Rio Grande do Norte; Cabedelo, na Paraíba; Aracaju, em Sergipe; Salvador, na Bahia; e Jaraguá, em Alagoas. São mais de 4.500 quilômetros de via férrea, o que dá uma boa dimensão da importância socioeconômica dessa malha ferroviária.

Atualmente, a Companhia Ferroviária do Nordeste opera com os seguintes acionistas: Taquari Participações, 30%; Companhia Vale do Rio Doce, 30%; Companhia Siderúrgica Nacional, 30%; empregados e outros acionistas, 9%. É importante registrar, Sr. Presidente, que está em andamento alteração nesse modelo societário, de maneira que a Companhia Vale do Rio Doce poderá transferir sua cota para a CSN e para a Taquari, até, evidentemente, onde sabemos. Essa operação envolverá recursos da ordem de R\$20 milhões.

Em que pese alguns passivos financeiros da Rede Ferroviária, que dificultavam a atuação do Governo Federal na prestação de serviços e na geração de novos investimentos, não é correto afirmar que a empresa concessionária da Malha Ferroviária do Nordeste, a CFN, tenha herdado um “abacaxi” do Estado.

Peço a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para trecho de artigo publicado pela **Revista do BNDES**, de dezembro de 1997, acerca do processo de privatização da malha ferroviária do Nordeste:

Para tornar a Malha Nordeste atrativa à iniciativa privada e com valor econômico positivo, a solução obtida pela RFFSA foi a renegociação com o Banco Mundial, de créditos ainda não utilizados daquele financiamento. Esse fato criou a oportunidade para o desenvolvimento, pela equipe técnica da empresa, do chamado 'Projeto Nordeste', que visou à recuperação do material de tração, modernização do sistema de telecomunicações e licenciamento e melhoria da via permanente. O Projeto Nordeste foi operacionalizado com recursos provenientes do referido financiamento, não importando, em consequência, em ônus para a futura concessionária.

Causa-nos estranheza, entretanto, Sr. Presidente, o fato de, na atualidade, estarmos nos confrontando com um verdadeiro abandono do patrimônio da Malha Ferroviária do Nordeste e com uma prestação de serviços muito aquém do esperado pelos usuários da região.

Já em 2001, o **Jornal do Commercio**, do Recife, chamava a atenção para esses desmandos, cujas consequências negativas na economia resultavam em números grandiosos. Passo a ler trecho de matéria daquele matutino, de setembro de 2001:

A falta de conexão da ferrovia do Nordeste com outras regiões e Estados está deixando a região menos competitiva. Somente a fábrica da Rhodia do Cabo de Santo Agostinho (PE) está arcando com um custo extra de US\$2 milhões, por ano, devido à transferência do transporte de 60 mil toneladas de matéria-prima que vinham pela linha férrea do Sudeste para a fábrica pernambucana.

Em extenso trabalho, em abril de 2003, elaborado por técnicos da antiga Rede Ferroviária Federal S/A, denominada "De Volta aos Trilhos", foram apontadas várias irregularidades que passo a narrar. Diz o citado documento:

A Companhia Ferroviária do Nordeste vem realizando investimentos insignificantes, quer seja na manutenção dos bens arrendados, quer seja na aquisição e melhoria de sua frota ou via férrea, muito menos na qualificação de pessoal;

A CFN não vem honrando seus compromissos de pagamentos trimestrais. Há

pelo menos dois trimestres, relata o trabalho, os pagamentos não são feitos ao Ministério dos Transportes e à Rede Ferroviária Federal S/A;

Foi verificado o desaparecimento de 58 quilômetros de trilhos e 41 quilômetros de dormentes na linha férrea, entre Recife e Salgueiro, com prejuízos acima de R\$1 milhão aos cofres públicos;

Além disso, houve o desaparecimento da totalidade dos bens do ramal ferroviário da Usina Santa Helena (PE) e 47% dos bens do Ramal Barreiros (PE);

As invasões, depredações e a venda de boa parte dos imóveis são fatos corriqueiros em várias estações e vilas ferroviárias;

Desde agosto de 2000, portanto, há três anos, o tráfego entre o Nordeste e todo o Sul do País está interrompido na altura do Município de Palmares (PE), devido às fortes chuvas ocorridas naquele período.

Cauteloso no tratamento do tema e desejando manter o debate no nível da imparcialidade, cuidei de verificar a procedência dessas informações. A propósito, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouçam o que pude atestar em peças processuais obtidas no Tribunal de Contas da União. A fala que se segue é leitura integral dos documentos do TCU:

Há trechos em mau estado de conservação, conforme relatório do Poder Concedente e da RFFSA, sendo tal situação confirmada em entrevistas realizadas durante a execução da auditoria. De toda a malha concedida à CFN, os trechos Itabaiana/Macau e Recife/Salgueiro estão com tráfego suspenso, por falta de viabilidade econômica, sob o ponto de vista dos técnicos da CFN. O trecho Recife/Propiá encontra-se com o tráfego interrompido devido às fortes chuvas que castigaram os Estados de Alagoas e Pernambuco, em meados do ano de 2000, destruindo parte da infra e superestrutura da via permanente existente na região.

No tocante à segurança do transporte ferroviário do Nordeste, a Corte de Contas assim se posicionou, revelando a falta de manutenção pela empresa concessionária como principal responsável pelos acidentes. Diz o relatório:

(...) a principal causa de acidentes tem sido o mau estado da via permanente, re-

presentando 60% do total registrado; o material rodante responde por 25%, e outras causas (vandalismo, operação, queda de barreira, chuva), por 15%.

Ouçam agora o que diz o Tribunal de Contas da União quanto ao cumprimento das metas contratuais pela empresa concessionária, a CFN. Verão as Sr^{as} e os Srs. Senadores que a concessionária tem apresentado desempenho inferior ao da sua antecessora, a RFFSA.

Ouçam com absoluta atenção as informações do Tribunal de Contas da União:

Durante os cinco primeiros anos de concessão, a CFN não logrou cumprir as metas de produção e de segurança operacional estabelecidas no contrato de concessão. Comparando a produção realizada pela RFFSA nos cinco anos antes da desestatização com a produção da CFN nos quatro primeiros anos de concessão, verifica-se que a empresa privada não conseguiu alcançar o nível médio produzido pela estatal, mesmo com os problemas enfrentados por esta (...)

Do ponto de vista das cláusulas contratuais, penso que, a bem do interesse público, há a necessidade de aditamento ao contrato de concessão de forma a se incluir dispositivo que preveja punições e penas nas hipóteses de descumprimento do pacto feito entre Poder Concedente e a Companhia Ferroviária do Nordeste. Tal previsão não há, conforme aponta o Tribunal de Contas da União, em relatório cujo texto novamente passo a citar:

No que se refere ao descumprimento das metas contratuais por parte das concessionárias do serviço de transporte ferroviário de carga, a questão foi analisada no TC 003.835/2001-1, em que se abordou a inexistência de penalidades específicas para o não-cumprimento de metas de produção e de segurança operacional (...)

Como se observa, as opiniões e pareceres caminham num mesmo sentido. A grave situação em que se encontra a malha ferroviária do Nordeste, aliada às irregularidades acima identificadas, são evidências comuns na visão dos antigos técnicos da Rede Ferroviária Federal S/A, das auditorias do Tribunal de Contas da União e das matérias trazidas pela própria imprensa.

Não creio que o Senado Federal e o Poder Executivo venham dar tratamento menor aos fatos que aqui elenco. Pelo contrário! As irregularidades aqui denunciadas, por si só, denotam a necessidade de uma investigação mais profunda, talvez mesmo requeiram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Tais fatos desafiam a moralidade administrativa, princípio consagrado pela nossa Carta Política. O caso é sério porque acaba por implicar na elevação dos custos de transporte dos produtos do Nordeste, fenômeno oposto ao desejado pelas atuais políticas estruturantes do Governo Federal.

Não esqueçam as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que, a se perpetuar a situação atual, corre-se o risco de a União, em breve, ter de reestatizar aquela malha ferroviária, o que representaria novos custos para o Governo Federal. E esse risco, Sr. Presidente, é mais preocupante quando se discute a necessidade de injeção de recursos públicos para a construção da ferrovia Transnordestina, que é muito importante, que precisa começar logo, mas não antes que se restaure preliminarmente a ferrovia existente na Região.

Em Alagoas, o trecho de ferrovia compreende um total de 388 quilômetros, sendo 356 quilômetros administrados pela Companhia Ferroviária do Nordeste, com o transporte de cargas privatizado. Esses 356 quilômetros de ferrovia operados pela Companhia Ferroviária do Nordeste estão paralisados desde agosto de 2000 – pasmem V. Ex^{as}! Do total, cerca de 110 quilômetros estão invadidos por mato e o restante, destruído, sem lastros, pontes e trilhos. Os outros 32 quilômetros urbanos são administrados pela CBTU/Maceió, com o transporte de passageiros – esse trecho em operação normal, já que conseguimos, junto ao Governo Federal passado, recursos para a recuperação de vagões, aquisição de equipamentos fundamentais à atualização e modernização do trecho administrado – e muito bem – pela CBTU.

Desde agosto de 2002, a Companhia Ferroviária do Nordeste retirou de nosso Estado todas as suas locomotivas, vagões, pessoal e – pior – vendeu quase a totalidade das estações. Para se ter uma idéia, numa situação normal de operação, só com a manutenção da via férrea, seriam necessários 400 homens. Hoje, apenas dez pessoas estão trabalhando. Pelo porto de Jaraguá, Alagoas, esco-

ava 30% do açúcar produzido em Pernambuco e grande parte do açúcar produzido em Minas Gerais. Tudo isso, sem falar na produção alagoana de álcool, açúcar, uréia, potássio, produtos cerâmicos, cimento, soda cáustica e muitos outros. Atualmente, Alagoas está ilhada, fora desse mercado – um crime praticado contra um dos Estados mais pobres da Federação.

Conclusão, Sr. Presidente: o que a Rede Ferroviária Federal levou 50 anos para construir, a Companhia Ferroviária do Nordeste precisou de apenas dois anos e meio para desmontar. A privatização destruiu um patrimônio considerável de leitos de ferrovia e de máquinas em Alagoas e em todo o Nordeste. Hoje, a Companhia Ferroviária do Nordeste está inadimplente com as prestações e nunca cumpriu as metas estabelecidas na privatização de investimentos, conservação, diminuição de acidentes e revisão de locomotivas.

Indago aos presentes: onde estão, portanto, os instrumentos jurídicos à disposição da União Federal para prevenir e corrigir essas distorções legais e operacionais? Eles existem, Sr^{as} e Srs. Senadores. Ouçamos as palavras do mestre Celso Antonio Bandeira de Mello, ilustre administrativista:

Sendo a concessão um instituto oriundo da necessidade de satisfazer pelo melhor modo possível o interesse público, dispõe o concedente de todos os meios necessários para adequá-la ao alcance desse propósito.

Fala o renomado professor, portanto, de ações como a intervenção, a fiscalização, a aplicação de punições e até mesmo a extinção da concessão, se ficar demonstrada a incapacidade operacional e financeira da concessionária. Essas afirmativas estão todas contempladas na Lei nº 8.897/95.

De minha parte, comunico a V. Ex^{as} que estarei solicitando o comparecimento de autoridades do Executivo e de dirigentes da Companhia Ferroviária do Nordeste para, em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e na própria Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, prestarem os esclarecimentos necessários sobre a situação aqui delineada. O que foi dito aqui necessita, sem dúvida, ser esclarecido detalhadamente. Precisamos efetivamente apurar o que ocorre com a malha ferroviária do Nordeste, sob pena de estarmos contribuindo para a destruição do patrimônio estatal e para a

elevação dos custos de transportes no País, com prejuízos irrecuperáveis para a Região.

Ouçó, com muita honra e muita satisfação, o Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Renan Calheiros, acompanho o pronunciamento de V. Ex^a com muita preocupação. V. Ex^a faz uma denúncia grave e séria, mas, acima de tudo, uma denúncia responsável com relação à malha ferroviária do Nordeste, especificamente com relação a seu Estado de Alagoas. V. Ex^a tem sido um grande defensor do seu Estado, da sua Região e também dos interesses maiores do nosso querido Brasil. V. Ex^a tem a solidariedade da Bancada do PMDB, extremamente bem liderada por V. Ex^a, e sei que V. Ex^a terá a solidariedade do Senado da República e do Congresso Nacional nesse seu pleito de esclarecimento a respeito de fatos que tanto prejudicam Alagoas, o Nordeste e, naturalmente, o Brasil. Sabemos da importância de uma malha ferroviária federal conduzida com seriedade, honestidade e competência, acima de tudo. O Brasil sente por não ter mais ferrovias no seu território. Antigamente, a opção foi por rodovias – uma opção errada, mas, infelizmente, a opção feita – e o Brasil hoje resente de ferrovias em todos os Estados, principalmente em função de suas dimensões continentais. Cumprimento-o pela defesa intransigente do seu Estado e da sua Região. Cumprimento-o pelos esclarecimentos que deverão ser feitos, não só a V. Ex^a, mas ao Senado de uma forma geral. V. Ex^a tenha a certeza da nossa inteira solidariedade, não só como Líder, mas também como um Senador extremamente atuante e que sempre defendeu com unhas e dentes, com alma e coração o seu querido Estado de Alagoas. Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço, honrado e feliz, o aparte, o apoio e a solidariedade de V. Ex^a, que é um dos maiores homens públicos deste País, foi um grande governador do Estado de Goiás e é um Senador muito respeitado nesta Casa. V. Ex^a tem absoluta razão.

Não queremos apenas definir responsabilidades. Queremos que tudo, absolutamente tudo, seja esclarecido. De nada adianta apontarmos os responsáveis, de quem é a culpa. Isso não importa. O que importa é que tenhamos de volta a ferrovia de nossa região, senão o Nordeste continuará perdendo competitividade e isso continuará acontecendo na contra-mão do que pensa o próprio Governo Federal.

É importante, já disse, começarmos a Transnordestina, que é fundamental e insubstituível para o desenvolvimento da região. Mas, antes de começarmos a sua construção, é fundamental, importantíssimo, que tenhamos condições para devolver a ferrovia ao Nordeste, àquela região tão sofrida que precisa ser cada vez mais olhada e defendida por este Congresso Nacional.

O Nordeste não pode – já disse e repito – arcar com esses prejuízos, porque eles são irrecuperáveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, do PMDB de Goiás.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à tribuna para tratar de três temas relevantes. O primeiro diz respeito ao anúncio feito há poucos dias pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre importantes medidas de seu Governo para a retomada do desenvolvimento e dos investimentos em infra-estrutura.

As reformas da previdência e tributária são fundamentais para o equilíbrio atual e futuro do Brasil. Mas está na retomada dos investimentos o remédio mais eficiente para a diminuição do drama do desemprego e para o reaquecimento da nossa economia. Cerca de R\$190 bilhões em investimentos estão previstos pelo Plano Plurianual. Recursos que serão aplicados, a partir do próximo ano, em áreas prioritárias para o desenvolvimento, como os transportes rodoviário, ferroviário e hidroviário, transporte urbano, energia elétrica, infra-estrutura hídrica, habitação e saneamento. Estão incluídas nesse projeto obras como a continuação da Ferrovia Norte-Sul, que ligará as regiões produtoras aos portos de exportação, o aumento da oferta de energia elétrica e a recuperação das principais rodovias federais que cortam o nosso País. São recursos para obras estratégicas, que vão resultar na atração de novos investimentos.

A retomada dos investimentos somada à política do Banco Central de redução de juros fará com que a economia brasileira passe por um processo de reaquecimento. Isso significará mais empregos e melhores condições para o setor produtivo. O nosso grande desafio hoje é a geração de empregos. Sem a geração de empregos, o Brasil não tem futuro. A violência continuará crescendo assustadoramente. Os

acampamentos às margens das rodovias, em frente às propriedades rurais, continuarão aumentando se não cuidarmos de gerar empregos. Além da violência, dos acampamentos, aumenta a desesperança por parte do povo brasileiro; são milhões e milhões de desempregados. Nada melhor do que a geração de empregos, nada mais confortável para um pai saber que, do resultado de seu trabalho, terá recursos para dar dignidade à sua família. Portanto, a retomada dos investimentos, do desenvolvimento, e a geração de novos empregos são as únicas saídas viáveis para o nosso País.

Com as medidas anunciadas na semana passada e nesta, o ilustre Presidente Lula mostra claramente que, ao contrário do governo anterior, não vai ficar preso apenas aos meandros econômicos da administração. As reformas não estão sendo feitas para atender a interesses reduzidos, mas para criar condições efetivas para que o Brasil retome o crescimento com índices mais expressivos.

Depois de um período inicial, em que a prioridade tinha que ser o controle da herança que recebeu do passado, o Governo Lula começa agora a colocar em prática as propostas de campanha. As principais, sem dúvida, são a retomada do crescimento e a geração de empregos.

Portanto, temos motivos de sobra para confiar no Brasil.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com o maior prazer, dentro de poucos segundos.

O País está extremamente bem-governado, com seriedade, com responsabilidade e, acima de tudo, com honestidade. Este é um ponto crucial: governar com honestidade. Quando se governa com honestidade, os recursos aparecem, as obras e os empregos surgem e as coisas caminham bem.

Com muita honra, concedo o aparte ao ilustre Senador Valadares, digno representante do Estado do Sergipe.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador, Maguito, conforme é do costume de V. Ex^a, seus discursos são sempre recheados de ensinamentos, de brilhantismo e, acima de tudo, de otimismo, de confiança no futuro do nosso País. Esse sempre foi o seu procedimento nesta Casa. E agora, quando o Presidente Lula apresenta uma situação diferente da que encontrou ao assumir o Governo, te-

mos certeza absoluta de que, com a aprovação das reformas e a queda dos juros, haveremos de retomar, como V. Ex^a diz, o rumo do crescimento econômico, que é essencial para a geração de emprego e renda. O número de desempregados atingiu o índice de 13% – índice nunca alcançado em outras épocas –, uma herança que o Presidente recebeu. Ora, isso configura um quadro muito grave da situação nacional, que vem sendo administrada com muita competência, com muita lisura, com muito espírito público e, acima de tudo, com muita transparência pelo Governo democrático do Presidente Lula. Com esta medida da nova taxa de juros Selic, estabelecida pelo Banco Central, da ordem de 22%, o nosso País vai acelerar o seu processo de desenvolvimento e, no próximo ano, as metas que foram consignadas no programa do Governo serão, sem dúvida alguma, executadas. Recordo-me de que V. Ex^a fez muitos pronunciamentos pedindo o conserto das nossas estradas, que estão esburacadas. É preciso, então, um investimento altíssimo não só para a recuperação das nossas estradas como também para construção de outras tantas, que vão no caminho do desenvolvimento, do transporte das nossas riquezas que são produzidas no campo. Parabéns V. Ex^a pelo discurso, que vem, mais uma vez, demonstrar a sua competência e o seu comprometimento com o futuro do nosso País.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte, que enriquece o meu pronunciamento, bem como pelas palavras generosas, principalmente porque partem de V. Ex^a, um estadista, um ex-Governador, um Senador muito coerente, muito brilhante, e que sempre defendeu com muito ardor os interesses do nosso País e do nosso povo.

Mas dizia eu que acredito neste País. Temos motivos de sobra para confiar no futuro do Brasil, um País de potencialidades imensas, rico em todos os sentidos, um País de terras férteis e de um povo trabalhador. Este País estava realmente carecendo de um Governo sério, honesto, trabalhador, que olhasse realmente para o seu interior. E o Governo Lula inicia nesse diapasão. Por isso eu acredito nele.

Às vezes fico indignado ao ver certos líderes assomarem à tribuna irritadíssimos para dizer que o Governo Lula e a base de apoio têm que parar de falar na herança maldita. Ora, teria sido muito bom para todos nós se o Presidente Lula tivesse encontrado um País com as estradas em excelentes condições de tráfega-

bilidade; um País sem tantos desempregados, sem tantos famintos, sem tantos miseráveis, sem tantos sem-teto, sem tantos sem-terra. Teria sido ótimo e o Presidente Lula estaria aplaudindo e elogiando os oito anos do Governo passado, do PSDB.

Infelizmente, a herança é esta: as estradas estão quase todas danificadas, há um número fantástico de desempregados, o País está estagnado, as taxas de juros estão nas alturas; enfim, é uma situação realmente caótica e que precisa, urgentemente, ser mudada. O Brasil tem que fazer tudo ao contrário do que foi feito nos últimos oito anos: tem que reduzir as taxas de juros; tem que recuperar as estradas brasileiras, por onde escoam as nossas riquezas; tem que reduzir o número de desempregados ao mínimo; tem que retomar o desenvolvimento, os investimentos; enfim, tem que injetar otimismo e esperança no povo brasileiro. E, acredito, esse não é papel apenas do Presidente, do Governo Federal, mas é papel do Senado, do Congresso, de todos os brasileiros bem-intencionados desta Pátria.

Sr. Presidente, é importante para o Centro-Oeste brasileiro, principalmente para o Estado de Goiás, a recriação da Sudeco. Ontem, assistimos à recriação da Sudam e da Sudene, e eu, como goiano, como Senador, como ex-Governador de Goiás, sei da importância da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, que tantos e tão bons serviços prestou à nossa região. A Sudeco precisa ser recriada, para implementar, para fomentar o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro.

O Centro-Oeste é uma das regiões que é solução para este País. Ela produz muitos grãos, carne, leite, alimentos de uma forma geral. E quero implorar mesmo pela recriação da Sudeco rapidamente para fomentar o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Finalmente, Sr. Presidente, preciso, por uma questão de consciência, cumprimentar uma pequena e jovem cidade do meu Estado que, ontem, completou 21 anos de emancipação política, chamada Chapadão do Céu. Trata-se de um dos Municípios que mais produz neste País, extremamente bem-administrado pelo Prefeito Eduardo Peixoto, seu Vice e a Câmara de Vereadores. E com o apoio da população de Chapadão do Céu, Eduardo Peixoto tem feito uma administração exemplar. A cidade tem, hoje, o melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Estado de Goiás e um dos melhores do Brasil. Com apenas 21 anos, é uma cidade toda pavimentada, com galerias

pluviais, com redes de esgoto, com energia, hospitais, com tudo, enfim, que uma pequena cidade poderia almejar.

E afirmo aqui, com muita responsabilidade, que Chapadão do Céu é uma das melhores cidades para se viver hoje no Brasil. Tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano de Goiás e um dos maiores do Brasil. Por isso, os meus cumprimentos ao Prefeito, à Câmara de Vereadores e ao povo de Chapadão do Céu, pelos 21 anos de glórias, de lutas, de sucessos e de vitórias.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lerei duas manchetes de jornal, para depois fazer o comentário que pretendo fazer a respeito do meu Estado, Roraima.

A primeira manchete é do jornal **O Globo**: “Soja engorda receita para manter dólar estável e balança superavitária. Safra de soja deve crescer 24% no ano.”

Portanto, o Brasil, pela sua competitividade e competência, torna-se um grande exportador de soja a nível internacional.

A segunda matéria, publicada no **Jornal do Brasil**, diz: “Alta do arroz estimula importações. Produto subiu mais de 14% só em maio.”

Os supermercados começam a importar arroz para fazer face à alta.

Falo nesses dois assuntos para conectá-los ao meu Estado de Roraima, que tem um potencial incalculável para produzir alimentos na própria região amazônica, sem necessidade de haver nenhum tipo de devastação ou de desmatamento. O Estado de Roraima tem uma condição diferenciada do restante dos Estados da Amazônia. Tem campos naturais, que são os nossos lavrados, similares aos cerrados do Centro-Oeste, e muitas áreas de várzea irrigáveis facilmente, onde hoje se produz um dos melhores tipos de arroz, em padrão de qualidade e produtividade do País.

Essas duas matérias, de certa forma, falam de duas possibilidades de riqueza para o País e para o

Estado de Roraima: o plantio de soja, que está sendo iniciado no nosso Estado e que tive o prazer de implantar, quando Governador, e hoje é uma realidade e apresenta produtividade excelente; e o arroz, que pode, inclusive, suprir as entressafras brasileiras. É importante lembrar que o Estado de Roraima está acima do Equador e, na verdade, sob um outro regime de chuvas, o que faz com que, devido à quantidade de água e de sol, o Estado tenha uma safra a mais do que o restante do País.

Portanto, ao fazer este registro, chamo a atenção dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Desenvolvimento Agrário, além do próprio Governo de Roraima, a fim de que seja feito um esforço para viabilizar a implantação real dessa frente de produção agrícola, que, como eu disse, pode produzir alimentos para a Amazônia e para o Brasil sem devastar nenhum tipo de vegetação ou criar qualquer conflito. Para isso, basta haver projetos de desenvolvimento de financiamento, e que o Governo brasileiro encampe a solução que está sendo proposta por mim e pelos Governos de Roraima e da Guiana, ou seja, a abertura da estrada de Boa Vista a Georgetown, que já está em andamento e sobre a qual falarei posteriormente, e que os mecanismos de desenvolvimento, como a nova Sudam e a Suframa, tenham capacidade e condição política de desburocratizar a liberação de recursos.

Deixo este registro e a confiança de que Roraima possa ser, em curto prazo, um dos grandes produtores de grãos do País, ampliando, inclusive, a condição da soja, como já fazem, hoje, os Estados de Goiás, do Senador Maguito Vilela, que preside a sessão, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e do Pará, do Senador Luiz Otávio.

Todos temos feito esforços no sentido de que a agricultura possa, internacionalmente, ocupar o lugar de destaque para o qual se prepara.

Sr. Presidente, peço a transcrição das matérias do **Jornal do Brasil**, “Alta do arroz estimula importações”, e de **O Globo**, “Soja engorda receita para manter dólar estável em balança superavitária”.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM
SEU PRONUNCIAMENTO:**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Soja engorda receita para manter dólar estável e balança superavitária

Safra deve crescer 24% no ano e produção representa 10% das exportações

Fábio Nascimento

• A safra brasileira de soja deve alcançar cerca de 52 milhões de toneladas este ano, um crescimento de 24% sobre a produção de 2002, segundo estimativa da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove). O peso do produto na pauta de exportação — média de 10% do total vendido — acaba beneficiando toda a economia brasileira, ultrapassando as fronteiras das grandes fazendas e empresas do setor.

Isso se deve às divisas geradas pela negociação da soja no mercado externo, cifra que ficará próxima a US\$ 8,5 bilhões este ano e ajudará a manter o superávit da balança comercial, além de auxiliar o governo na sua tentativa de manter a estabilidade do dólar.

O total captado por empresas brasileiras no exterior foi de US\$ 11,7 bilhões no primeiro semestre. A diferença é que esse dinheiro terá de ser pago aos investidores que compraram os títulos dessas companhias. Já o montante conseguido com a soja se reverte em novos inves-

timentos e empregos no país.

— Do total de soja produzido no país, 80% são vendidos ao exterior. Até a terceira semana de julho, o grão e seus derivados geraram US\$ 4,4 bilhões, o que mostra ter ainda cerca de 50% do volume de dólares estimados para entrar no Brasil este ano — diz Marco Antônio Franklin, diretor da ARX Capital Management.

Legislação e tarifas: barreiras para crescimento do setor

Para ele, o ideal seria aumentar a produção de óleo de soja, para agregar valor ao produto exportado, elevando o ganho do país. Franklin crê que há espaço para expandir o cultivo de soja, sem reduzir seu preço no mercado, perda que seria ruim para os produtores.

— A soja ajuda a equilibrar o câmbio. E temos como aumentar a produção, já que o Brasil conta com 43 milhões de hectares cultivados e outros 90 milhões podem ser usados — analisa o diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

Para passar à frente dos EUA

— líder em produção, com uma estimativa de 70 milhões de toneladas para o ano — o Brasil terá de resolver ainda alguns entraves. Segundo Fábio Silveira, da consultoria MB Associados, a legislação sobre transgênicos (produtos modificados geneticamente) é uma das barreiras a serem ultrapassadas.

É que os chineses compram soja pura e transgênica, só que vão exigir, a partir do próximo ano, selo identificando os dois tipos, e o Brasil ainda não oferece essa chancela.

Outro problema é o sistema tarifário brasileiro, que pesa principalmente sobre a expansão das exportações de óleo de soja. Há isenção de impostos para vendas externas do grão e do óleo, só que a indústria que compra o grão no mercado interno para transformá-lo sofre a cobrança dos impostos.

— As empresas que beneficiam soja recebem do estado créditos proporcionais ao que pagaram de impostos. O problema é que esse dinheiro não aparece, já que os estados não têm recursos para pagar — conta Castro, da AEB. ■

Alta do arroz estimula importações

Produto subiu mais de 14% só em maio. Com renda em baixa, supermercados amargam queda de vendas

SÃO PAULO e RIO – Os supermercados estão importando arroz para driblar a alta dos preços no mercado interno, que chegou a 14,46% só no mês passado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A medida, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abrás), tem o objetivo de evitar repasses aos preços finais. Pelas contas da asso-

ciação, divulgadas ontem, o produto subiu 17,16% em maio, na comparação com abril.

– A possibilidade de importar nivela o preço de produtos equivalentes no mercado interno – avisa o presidente da Abrás, João Carlos de Oliveira.

Especialistas descartam problemas com a safra, mas não sabem explicar a forte al-

ta do arroz, que, no ano, está em 13,72%. Oliveira lembra que muitos produtos nacionais têm seus preços atrelados ao dólar, como o sabonete, que teve 26,7% de aumento ao longo do ano. Para ele, é importante que a moeda americana não volte a subir.

– Senão, quem paga a diferença é o consumidor – completa.

De acordo com o Índice de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, o preço do arroz vinha caindo nos últimos três meses. Outro item que faz a mesa do brasileiro também está ameaçando pesar no bolso do consumidor. O feijão carioca teve alta de 3,44% em maio e é um dos alimentos que tiveram os maiores reajustes ao longo dos últimos 12 meses: 23,59%.

Os aumentos refletiram-se no consumo. Segundo a Abrás, os supermercados tiveram queda de 3,36% nas vendas em maio em comparação com o mês anterior.

– O consumidor não deixou de ir ao supermercado. Sua frequência é a mesma. O problema é que ele está sem renda para consumir e diminuiu o valor de compra – analisa Oliveira.

A dona-de-casa Alcina Ferreira, de 66 anos, está insatisfeita com os aumentos.

– Vou fazer o quê? Deixar de comer arroz não dá – reclama.

Apesar da queixa, pesquisa divulgada ontem pela

Abrás indica que, na média, houve redução nos preços de 0,62% em relação a abril. O tomate e a cebola, que figuravam entre as maiores altas no ano, registraram queda de 33,57% e 12,88% em maio na comparação com o mês anterior. Mesmo assim, os aumentos acumulados nos últimos 12 meses chegam a 71,20% e 53,58%, respectivamente, segundo a Abrás.

Oliveira aposta em nova redução dos preços este mês.

– Os preços baixaram na segunda quinzena de maio e devem seguir esta tendência em junho.

Por outro lado, os aumentos de preços dos produtos que compõem a cesta de higiene e limpeza não dão sinais de desaceleração. Entre os itens dessa categoria, em que há forte concentração de mercado nas mãos de poucas grandes empresas, os que mais subiram foram o sabão em pó (18%), o detergente líquido (12,5%), o sabonete (26,7%) e o xampu (19,9%).

Com Agência Folha

Produtos de higiene e limpeza têm alta de até 26,7% no mês

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, do Estado de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um breve pronunciamento, uma vez que vou me inscrever para falar na próxima terça-feira. Mas, desde logo, anuncio que, com a aceleração da aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, o Senado Federal vai se preparar para uma missão ingente e importante, uma vez que desonerar a produção e estabelecer impostos semelhantes aos fixados no panorama internacional vai contribuir, sem dúvida alguma, para melhorar a concorrência internacional dos nossos produtos, pela igualdade das condições de tributos a eles aplicados.

O Senado Federal, que tem uma relação íntima com os Estados, já que os representamos, terá a incumbência, da mais alta relevância, de estudar em profundidade quais as saídas e qual o alcance dessa reforma, visando encontrar um equilíbrio entre as receitas da União, dos Estados e dos Municípios. Dessa forma, promoverá a justiça tributária e permitirá que as pessoas físicas e jurídicas sejam menos apenadas e os investimentos privados possam carrear novas oportunidades de emprego para o nosso sofrido povo brasileiro.

O meu pronunciamento da próxima terça-feira é mais ou menos sobre esse assunto e, ainda, sobre as desigualdades regionais que, de certo modo, existem porque, no passado, os investimentos foram muito concentrados nas regiões mais desenvolvidas, como a Sudeste. A prova disso está na aplicação de recursos amplos do BNDES, dos quais a Região Sudeste recebeu quase 70% enquanto as regiões mais pobres, como Norte e Nordeste, sofreram uma discriminação e um desconhecimento quase total dos governos passados.

Eu gostaria apenas de ler, para conhecimento da Casa, um pequeno pronunciamento que traz alguns dados importantes sobre a desigualdade social do Brasil, que é uma das marcas da nossa sociedade.

Essa brutal característica, na qual o Brasil se destaca mundialmente, não caiu do céu nem foi construída em um, dois ou dez governos. Foi erguida num

processo histórico, contra o qual muitos de nós temos levantado nossa voz, e tornou-se uma herança perversa que precisa ser urgentemente detida ou controlada.

A esse respeito, quero chamar a atenção para um dado social grave, recentemente divulgado pelo IBGE, e que precisa merecer nossa reflexão. O IBGE informou, dias atrás, que a marcha da informalidade entre os trabalhadores brasileiros já se aproxima perigosamente dos 60% da PEA (população economicamente ativa), ou seja, há mais trabalhadores na informalidade do que com carteira assinada.

O dado específico é o seguinte: nos doze meses que findaram em junho último, o número de pessoas ocupadas e sem carteira de trabalho assinada aumentou em 8% sobre igual período terminado em junho de 2002. No curto prazo de apenas um ano, no último ano, a nossa mão-de-obra sem carteira de trabalho assinada aumentou em 8%. O resultado desse indicador oficial não poderia ser menos preocupante: mais da metade dos brasileiros que trabalham – não vamos falar, aqui, dos altíssimos índices de desemprego, que são do conhecimento de todos – não têm carteira assinada. Isso corresponde a quase 60%, sem considerarmos uma outra realidade que ampliaria ainda mais esse índice se computássemos, por exemplo, aquela massa de empregados que têm a carteira assinada, mas que, segundo Celso Ming, recebem parte do salário “por fora” – a grande massa de empregados com *carteira de trabalho laranja*.

Ora, sabemos que, mesmo que haja um crescimento econômico significativo, ele não significará, necessariamente, um **boom** na mesma proporção, em termos de emprego. A terceirização, a aplicação da informática no trabalho, a tecnificação da indústria e serviços, a acumulada exclusão social, tudo isso impede que uma coisa conduza, de forma linear, à outra. Em outras palavras, se considerarmos essa marcha batida do nosso País para mais um recorde mundial no **ranking** das nações cuja economia mergulha fundo na informalidade e na precarização das relações de trabalho, e, mais, se considerarmos que estamos entre os países do mundo de maior concentração de renda, parece-me lógico – e creio que V. Ex^{as} concordarão comigo – que temos que entrar em *alerta vermelho* em relação ao social, onde são cabíveis as medidas de emergência ora em discussão pelo Governo e onde não podemos permitir que ocorram retrocessos naquela esfera do social.

Em outras palavras, para além das medidas em favor do desenvolvimento nacional, da produção de empregos e contra a fome, medidas urgentes e ne-

cessárias, e pelas quais temos nos batido nesta Casa, temos que trabalhar em caráter de urgência, em prol de medidas imediatas que signifiquem distribuição de renda, que signifiquem proteção para os mais pobres, para os que são empurrados para a informalidade e a indigência. Temos que assegurar, Sr. Presidente, acima de qualquer consideração casuística ou eleitoral, aquele núcleo de direitos sociais que está na nossa Constituição: saúde, educação, segurança, moradia, alimentação, que, futuramente, vão constar do rol dos direitos sociais do cidadão, segundo proposta de emenda constitucional de nossa autoria, aprovada pelo Senado, que se encontra na Câmara dos Deputados.

Temos que preservar a todo custo o amparo social na educação e na saúde, itens que terminam se constituindo, além de outros, na fronteira entre a vida e a morte, entre a dignidade e a não-cidadania para a crescente massa de pessoas à margem do trabalho ou que trabalham em condições deploráveis, informais, precárias, e que constituem a face cruel de uma herança maldita – isso mesmo, Senador Maguito Vilela – de dez anos de desmanche do Estado brasileiro e de recessão econômica. Temos que voltar nosso olhar para a distribuição de renda, defendendo todas as medidas possíveis contra essa desigualdade social, que nos atormenta e envergonha.

Nesse sentido e nesse contexto, a saúde pública e a escola pública são formas de redistribuição de renda que jamais deveremos perder de vista, e para as quais temos que assegurar as verbas necessárias. Lutei – como é do conhecimento de todos – para assegurar que os orçamentos da educação e saúde fossem definidos por um percentual obrigatório da receita. Logicamente que educação já tinha um percentual, mas que não houvesse nenhuma possibilidade de descontingenciar a verba da educação. E que isso fosse definido por emenda constitucional, que desembocou na Emenda nº 29, porque entendi saúde e educação como direitos básicos e intocáveis da cidadania. Entendi e entendo que saúde e educação deveriam ter sua verba garantida independentemente da conjuntura política e independentemente dos interesses eleitoreiros e locais de cada Governador e cada Prefeito. Fomos até o fim para garantir que as verbas de educação e saúde estivessem vinculadas a um percentual fixo, que cada Governador ou cada Prefeito fossem obrigados a aplicar. Hoje vejo, com preocupação, alguns sinais e determinadas pressões junto ao Governo Federal para que essa desvinculação não exista, pelo menos na proporção em que aprovamos no Senado Federal.

Tenho me levantado contra isso com a mesma disposição com que lutei por aquela emenda constitucional que salvaguarda direitos sociais para a saúde a que me referi. Com isso estava e estou pretendendo assegurar tais direitos para aqueles que são forçados para a vala comum da informalidade, do desemprego, da exclusão social, para todos os brasileiros. Insisto na tese: aquela Emenda, a Emenda Constitucional nº 29, que vem sendo descumprida em alguns Estados, e que certas forças políticas com seu pensamento economicista pretendem invalidar, não deve ser vista como uma emenda constitucional a mais, como uma regra a mais de contingenciamento orçamentário. Ela é essencial para assegurar direitos sociais **na prática**. E ela deve ser mantida.

Afinal, o que esta Casa pretendeu, quando a aprovou por quase unanimidade, foi assegurar o direito dos mais pobres, daqueles 80% de brasileiros que não podem pagar por saúde. A intenção desta Casa, e a minha luta como Relator daquela proposta de emenda em defesa da saúde, foi no sentido de garantir verbas que não podem ser de maneira nenhuma retiradas verbas da saúde, direitos que, da mesma forma que o da alimentação, se não existirem, podem tornar a cidadania a mais vazia das palavras. Por isso irei continuar insistindo nesta Casa e em todos os fóruns da nossa Nação: as estatísticas de miséria nacional são gravíssimas, portanto, que não se mexa nas conquistas sociais que ainda estão de pé e pelas quais muitos de nós temos empenhado nossos mandatos e nossos sonhos.

E a prova disso é a luta do médico, Dr. Mozarildo Cavalcanti, que, neste momento, preside esta Casa e que lutou conosco para a aprovação da emenda que fixa alíquotas relativas à saúde, percentuais determinados e permanentes em favor da saúde, e que não podem de maneira nenhuma, seja qual for a decisão que tomemos na reforma da previdência, ser reduzidas ou diminuídas em nome de qualquer coisa, inclusive em nome do equilíbrio da economia. O equilíbrio da nossa economia é importante, mas que não se bula na saúde, que não se bula na educação e que se trabalhe para que tenhamos uma segurança maior em nosso País e um desenvolvimento com emprego e felicidade para nossa gente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Maguito Vilela, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Luiz Otávio, do Estado do Pará.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje o nosso tema será sobre Belo Monte, a nossa famosa hidrelétrica, situada no rio Xingu, próxima à cidade de Altamira, no meu Estado, o Pará.

O assunto sobre o qual venho discorrer naturalmente inscreve-se na questão mais geral que comentei ao longo de um último pronunciamento acerca do sistema elétrico brasileiro, questão grave e urgente, decisiva para o desenvolvimento do País.

Quero, na verdade, enfocar um empreendimento específico de geração de energia elétrica no Brasil, um empreendimento de grande porte que está sendo projetado para o meu Estado do Pará. O planejamento está a cargo de uma empresa estatal de competência comprovada, a Eletronorte.

Refiro-me à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a ser construída no rio Xingu, próxima à cidade de Altamira. O projeto do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte sofreu muitas modificações ao longo dos anos. Isso, desde 1975, quando se iniciaram os primeiros estudos sobre o potencial hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu. Desde então até hoje, o projeto vem sendo transformado pelas pressões da sociedade brasileira e internacional, as quais foram motivadas principalmente por preocupações de ordem ambiental e etnográfica, bem como – é necessário que se diga – pela crise financeira que assola o Estado brasileiro desde a década de 80, questão que mencionei no início do meu pronunciamento.

Em razão dessa longa história de idas e vindas e de diálogo de seus formuladores com a sociedade, pode-se dizer, sem medo de errar, que o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, hoje, encontra-se maduro, pronto para entrar na tão esperada fase de execução. As soluções técnicas que acabaram por ser adotadas foram as melhores. Mudou-se, inclusive, o local onde seria construída a barragem da usina, de modo a aproveitar ao máximo o potencial hídrico do rio com um mínimo de impacto ambiental e com os menores prejuízos possíveis às culturas indígenas que se acham secularmente instaladas na região.

Em consequência da mudança do local original onde seria construída a barragem, a área alagada foi reduzida em um terço. A capacidade da usina, entretanto, permanece a mesma. Isto é, nada menos do que 11.182 mil megawatts de potência, distribuídos

em duas casas de força, uma com 11 mil e outra com a pequena capacidade de 182 megawatts.

É muito comum falar-se que Deus desenhou o local exato para que se construísse uma usina hidrelétrica. Não há local melhor: com menos impactos ambientais e melhor aproveitamento hidrelétrico do que o trecho da chamada volta grande do rio Xingu.

O aperfeiçoamento técnico por que passou o projeto em todos esses anos faz com que Belo Monte seja considerada uma das melhores usinas em todo o mundo. Serão produzidos mais de 28 megawatts por quilômetro quadrado de área alegada. À guisa de comparação, Tucuruí produz apenas 3 megawatts por quilômetro quadrado; Itaipu, 8.6 megawatts – menos de um terço dos 28 megawatts de Belo Monte.

Sr. Presidente, penso não ser necessário enaltecer a importância de um projeto de usina hidrelétrica como esse, pois tal importância ressalta aos olhos. Não há nada de que o Brasil mais necessite, neste momento, do que investimentos em infra-estrutura, em especial em geração de energia elétrica. Há pouco, comentava sobre as incertezas que ainda pairam sobre o setor. Faz dois anos que o País deixou de retomar o caminho do crescimento econômico, após ter superado o trauma da maxidesvalorização cambial de 1999, por causa da escassez de energia elétrica, por causa de racionamento, que foi consequência dessa escassez. Agora, vários investimentos produtivos são adiados ou, simplesmente, cancelados porque se duvida de que a economia brasileira possa retomar o crescimento e de que, uma vez retomado o crescimento, tenhamos energia para sustentá-lo.

Estou aqui, fazendo arrazoado largo, de âmbito nacional. Mas poderia perfeitamente discorrer, por longos minutos, sobre a importância do projeto para a região Norte e, em especial, para o meu Estado, o Pará. É incalculável o efeito positivo para uma região economicamente deprimida, para uma região que precisa realmente de dinamismo, de um investimento que corresponde a cerca de US\$4 bilhões, que é quanto custará à usina. Isso, em termos de emprego, de geração de renda, de surgimento de serviços de todo o tipo, da instalação de fornecedores, etc., com a construção de um projeto tão importante para o País como esse.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia concluir este discurso sem dizer uma palavra de reconhecimento à competência que a Eletronorte tem demonstrado na condução do projeto: competência de seus técnicos, de seus funcionários e de seu corpo diretivo. Ressalto também o apoio, que não tem falta-

do ao projeto, por parte do último e do atual Governo do Pará, nas pessoas dos Exm^{os} Governadores Almir Gabriel e Simão Jatene.

O Presidente Lula esteve, ontem, em Belém, no Pará, para trazer de volta a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, que renasceu das cinzas, para, novamente, gerar emprego e renda e investir cada vez mais no desenvolvimento da nossa região.

Da mesma forma, conclamo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, a se empenharem na execução da hidrelétrica de Belo Monte, obra de capital importância para o Brasil, para a região Norte, em especial para o meu Estado do Pará.

A hidrelétrica de Belo Monte, reforçada por sua excelência técnica, será uma ótima oportunidade de testar o novo modelo hidrelétrico que se quer instalar no País, um modelo eminentemente estatal, com parceria e investidores privados.

Desejo que este modelo alcance amplo sucesso, até porque já tivemos oportunidade de participar do momento das privatizações, do momento em que o Governo Federal decidiu privatizar alguns setores da economia. E, no que se refere à hidrelétrica, com relação inclusive à Eletronorte, à hidrelétrica de Tucuruí, apresentamos um projeto de plebiscito popular, de ouvir a população inteira da região atingida pela energia que ali é desenvolvida, em cujas casas essa energia é recebida. Esse projeto, com certeza, freou, diminuiu o ímpeto da privatização. O próprio Governador à época, Almir Gabriel, foi contra a privatização da Eletronorte, em especial da usina hidrelétrica de Tucuruí.

Eu diria que, hoje, a hidrelétrica de Belo Monte passa a ser uma realidade para todos nós, porque sabemos que o País tem uma capacidade instalada de cerca de um pouco mais de 50 mil megawatts. Temos instalado, hoje, só no Estado do Pará, mais de 10 mil megawatts e podemos ter o dobro dessa capacidade só com Belo Monte.

Se tivermos capital e condições políticas, e muitas vezes políticas, pois houve, em alguns momentos, questões judiciais contra o Ministério do Meio Ambiente, contra o Ibama, que, em determinadas ocasiões, exageram nas questões ambientais, na proibição da chegada do desenvolvimento, principalmente em rios de potencial hidrelétrico grande, como é o caso do rio Xingu. Sabemos que essa discussão vai

continuar, mas precisamos ter em mente que precisamos dar oportunidade para que o País tenha capacidade de energia elétrica por geração de hidrelétricas, que, com certeza, são mais baratas e atacam em escala bem menor o nosso meio ambiente.

Portanto, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer neste início de tarde. Quero também dizer que, realmente, temos capacidade de gerar, no Pará, praticamente o que geramos no Brasil inteiro em termos de energia elétrica. Temos um potencial hídrico muito grande e poderemos, inclusive, no futuro, construir mais hidrelétricas e por um mínimo de armazenamento com um mínimo de impacto ambiental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Edison Lobão e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

MAIS UM RECORDE

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta Tribuna na tarde de hoje para comentar a matéria intitulada “Cheques sem fundos têm recorde de janeiro a julho”, publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, edição de 14 de agosto do corrente, que trata da explosão no número de cheques sem fundos.

Solicito que a matéria seja inserida nos anais do Senado, pois mostra o retrato fiel da recessão que o governo Lula instalou no País.

Nos sete primeiros meses do ano, o volume de cheques sem fundos atingiu um recorde histórico. O número cresceu em 10,4% em comparação com o mesmo período do passado. Mais um espetáculo do crescimento que o governo vem nos proporcionando.

A matéria, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Cheques sem fundos têm recorde de janeiro a julho

Segundo a Serasa, desde 1991 não se registrava um volume tão grande

PATRÍCIA CAMPOS MELLO

Nos sete primeiros meses do ano, o volume de cheques sem fundos atingiu um recorde histórico: foram em média 15,9 de cada mil compensados. Trata-se da maior marca desde 1991, ano em que a Serasa, empresa de informações econômicas e financeiras, começou a monitorar esses dados. O volume de cheques devolvidos teve um crescimento de 10,4% em comparação com o mesmo período do passado. Em 1998, um ano em que a economia teve um desempenho melhor, a média foi de 10 cheques devolvidos em cada 1 mil compensados.

Segundo Carlos Henrique de Almeida, assessor econômico da Serasa, a explosão no número de cheques sem fundos teve início em março. "Aumentou a pressão sobre o orçamento familiar, por causa do desemprego, a queda de renda e os juros elevados", diz Almeida.

O mês de julho registrou uma alta de 9,8% nos cheques sem fundos, em comparação com junho. Já na comparação entre julho de 2003 e julho de 2002, houve acréscimo ainda maior, de 21,7%. O volume de cheques sem fundos do mês passado, de 16,8

devolvidos a cada mil compensados, representa a segunda maior marca mensal desde que o índice foi criado. O recorde mensal no índice foi em maio deste ano, com 17,6 cheques devolvidos a cada mil compensados.

Mesmo assim, Almeida ressalta que a inadimplência nos cheques continua muito abaixo da registrada em outros tipos de financiamento, como crediários, financeiras ou cartões de crédito.

Crédito estagnado – De janeiro a junho o volume de crédito para pessoa física cresceu apenas 0,9% em termos reais – mas esse crédito adicional, segundo Almeida, não foi direcionado para consumo. "Muitas pessoas pagaram ou substituíram dívidas".

Almeida prevê que o número de cheques sem fundos deva ter uma pequena redução em agosto e continuar caindo até o final do ano. Isso não se deve à diminuição na inadimplência, mas sim à queda da demanda por crédito, por causa da retração econômica.

CONFLITOS AGRÁRIOS

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para comentar as matérias publicadas no jornal *Folha de S.Paulo*, página A9, em sua edição de 14 de agosto do corrente. As matérias, que tratam de conflito agrário no Rio de Janeiro e das ações do MST pelo Brasil, evidenciam que o clima político no país piora a cada dia.

As matérias são de extrema atualidade, pelo que entendo que a inserção nos anais do Senado é oportuna e servem, inclusive, de aviso para o Governo sobre a desordem atualmente existente no campo.

Os textos, que passo a ler, para que fiquem integrando este pronunciamento, são os seguintes:

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE
EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

CONFLITO AGRÁRIO Instituto abre processo administrativo contra fazendas, em Campos (RJ), de empresário ligado a Lula

Incrá quer expropriar por trabalho degradante

SUPRA-LOBATO

DE SUPREMACIA

O superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio de Janeiro, Carlos Correia, abriu processo administrativo para a desapropriação das fazendas Cacomanga e Boa Vista, no município de Campos, na região norte fluminense, baseado em denúncia de "trabalho degradante" nas propriedades.

As fazendas fazem parte da Usina Santa Cruz do empresário José Pessoa Queiroz, que liderou o comitê empresarial de apoio à candidatura de Lula no ano passado.

Já houve no Brasil desapropriação de terra por trabalho escravo

(a Fazenda Flor da Mata, em São Félix do Xingu, no sul do Pará, em 1997), mas, segundo Carlos Correia, esta seria a primeira por trabalho degradante.

A diferença entre as duas situações, segundo o procurador do Trabalho Cássio Casagrande, é que no trabalho escravo a pessoa é impedida fisicamente de deixar o emprego ou mantida em servidão por dívida. Já o segundo caso seria caracterizado pela falta de condições dignas de trabalho, como higiene e segurança precárias, jornada excessiva etc.

José Pessoa nega as denúncias. Diz que comprou a usina em 2002 e passou a assinar a carteira de todos os empregados usados no corte da cana-de-açúcar. Segundo

ele, isso teria contrariado agenciadores locais de mão-de-obra temporária, que estavam por trás das acusações contra a empresa.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, Paulo Honorato, contesta o empresário e diz que as denúncias partiram de trabalhadores que a usina recrutou no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Na avaliação do superintendente regional do Incra, há espaço legal para desapropriações por condições de trabalho degradantes: "O artigo 184 permite a desapropriação de imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social. O artigo 186 lista os quesitos que definem a função social da terra e entre eles está a observân-

cia das disposições que regulam as relações de trabalho".

MST

A desapropriação das duas fazendas foi pedida pelo MST e por outras 20 organizações em carta enviada ao Incra, em meados de maio. Segundo Correia, o processo está em fase de "instrução", na qual a procuradoria regional reúne os elementos para fundamentar a proposta de desapropriação, a ser encaminhada à procuradoria geral do órgão, em Brasília.

No final de abril, o Ministério do Trabalho determinou à DRT (Delegacia Regional do Trabalho) do Rio de Janeiro que apurasse a denúncia de que 500 trabalhadores, recrutados em oito municípios do

Vale do Jequitinhonha, estariam vivendo em condições desumanas nas fazendas Cacomanga e Boa Vista.

Os trabalhadores ocupados no corte da cana são contratados pela EMAC - Empresa Agrícola Central Ltda., do mesmo grupo da Usina Santa Cruz. As duas empresas foram autuadas pelos fiscais.

A inspeção foi acompanhada pela Polícia Federal. O relatório da DRT diz que foram feitas 37 autuações, mas que não foi constatado trabalho escravo.

Entre as irregularidades listadas estão jornada de 12 horas "em condições insalubres" na usina, empregados sem uniforme e sem equipamentos de proteção, carteiras de trabalho retidas pelo em-

pregador e alojamento com mau cheiro e sem ventilação suficiente.

Em meados de maio, a fiscalização da DRT voltou a Campos para rescindir os contratos de trabalho de 155 empregados recrutados no Vale do Jequitinhonha, que acusavam a usina de não pagar o salário que lhes havia sido prometido. Os contratos foram rescindidos e cada trabalhador recebeu R\$ 736,00, em média.

Na rescisão, os representantes do ministério e os trabalhadores assinaram um documento afirmando que não havia mão-de-obra infantil na empresa nem indício de "falta de liberdade, servidão ou submissão que pudessem caracterizar condições similares a cativeiro ou escravidão".

OUTRO LADO

Empresário diz que usina tem padrão exemplar

DA SUCURSAL DO RIO

O empresário José Pessoa de Queiroz Bisneto, que comanda as nove usinas de açúcar e destilarias de álcool do grupo J. Pessoa, diz que a Usina Santa Cruz mudou o padrão da relação trabalhista na zona açucareira do norte fluminense e, por isso, estaria sendo alvo de denúncias.

Ele define a relação trabalhista na empresa como "exemplar" e diz que não acredita que o Incra vá desapropriar as fazendas, que são arrendadas de terceiros e estão ocupadas com canaviais irrigados. Também contesta as irregularidades apontadas pela DRT do Rio de Janeiro e diz que vai recorrer de todas as 37 autuações aplicadas pelos fiscais em abril.

O usineiro diz que é eleitor de

Lula desde 1994. Ele participou ativamente da campanha do ano passado e foi um dos organizadores do comitê empresarial de apoio a Lula, em São Paulo, que chegou a reunir cem empresários.

Segundo ele, a Usina Santa Cruz foi adquirida pelo grupo em 2002 e, a partir daí, passou a admitir apenas empregados com carteira assinada, quando o hábito na região é a contratação sem vínculo trabalhista, por meio de agenciadores conhecidos como "gatos".

Ele diz que as denúncias começaram em abril, quando a usina buscou trabalhadores rurais em Minas para o corte da cana. Ele afirma que não encontrou pessoal suficiente na região de Campos que quisesse ter a carteira assinada.

O empresário diz acreditar que foram os agenciadores de mão-de-obra temporária que induziram o MST e outras organizações pró-reforma agrária a pedirem a desapropriação das fazendas.

(ELVIRA LOBATO)

STF julga hoje caso dos sem-terra em São Gabriel

DA AGÊNCIA FOLHA, EMPORIO ALEGRE

Em razão da urgência do tema, o STF (Supremo Tribunal Federal) se antecipou em uma semana e julgará a partir de hoje o decreto do governo federal, depois suspenso judicialmente, que desapropriou a fazenda de 13,2 mil hectares, de propriedade de Alfredo Southall, em São Gabriel (RS).

Tanto o advogado do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Jurandir da Silva, quanto o advogado de Southall, César Carvalho, concordaram com a decisão e se dizem otimistas quanto ao desfecho do caso.

Não há uma garantia de que hoje ocorra uma definição.

Os 800 sem-terra que realizam marcha até o município em apoio à desapropriação permaneceram parados ontem. A Justiça gaúcha

decidiu pelo "congelamento" da marcha, medida que foi acatada.

O movimento nem sequer entrou com recurso no TRF (Tribunal Regional Federal). O frei Sérgio Görgen, deputado estadual pelo PT e vinculado ao MST, é o coordenador do movimento Mário Lill reuniram-se com o governador Germano Rigotto (PMDB) para pedir que interceda no caso.

O objetivo do MST é celebrar um acordo judicial, permitindo que seguissem para uma fazenda particular (o proprietário Antônio Carlos Pinto ofereceu ontem uma área para o acampamento, por prazo indeterminado), saindo da margem da BR-290.

Com essa permissão, haveria uma espera pela decisão da Justiça e pela autorização judicial de que a área de Southall seja ocupada legalmente. (LÉO GERCHMANN)

MST expande invasões nas terras de Agripino

DA AGÊNCIA FOLHA

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vem expandido as invasões a fazendas da família do senador José Agripino (PFL), que é líder do PFL no Senado, nos últimos dias.

São três propriedades invadidas atualmente, todas elas contíguas, na zona rural de Mossoró (271 km de Natal). A última invasão, na fazenda Alagoinha, ocorreu na noite de segunda para terça. Cerca de 150 pessoas entraram na área. No sábado, outros 120 integrantes do MST já haviam invadido parte da fazenda São Pedro.

As invasões a terras da família de Agripino começaram na fazenda São João, no fim de junho. Cerca de 200 pessoas participaram da ação caracterizada como "política" pelo MST (um protesto contra

o senador e o PFL). O número de pessoas dobrou de lá para cá.

O superintendente do Incra no RN, César de Oliveira, disse ontem que já foram concluídos os trabalhos de campo sobre a vistoria na São João, iniciados após a invasão. "Há indicativos de que a fazenda é improdutiva."

Caso entre na classificação, a São João poderá ser comprada pela União para a reforma agrária, apesar de a medida provisória antiinvasão editada no governo FHC proibir vistorias e excluir terras invadidas do programa (pode ser mudado quando há acordo entre o governo e dono). Alagoinha e São Pedro também passarão por vistoria.

Agripino disse que a família não pedirá reintegração de posse nem criará obstáculos para desapropriação. (EDUARDO DE OLIVEIRA)

Sem-terra bloqueiam rodovia no Maranhão

DA AGÊNCIA FOLHA

Cerca de 140 famílias de sem-terra bloquearam ontem por três horas um trecho da BR-222, em Bom Jesus das Selvas, no interior do Maranhão. O protesto causou um congestionamento de cinco quilômetros na rodovia.

O grupo havia sido retirado pela Polícia Militar, que cumpria ordem de reintegração de posse da fazenda Rodomina, a 2 km da cidade. Segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) do Maranhão, as famílias viviam e trabalhavam na fazenda havia dois anos.

Após negociação com a PM, os sem-terra liberaram a passagem e acamparam às margens da via.

Alagoas e Pernambuco

Presos desde o dia 5, seis sem-

terra ligados à CPT (Comissão Pastoral da Terra) foram libertados ontem em Maceió (AL), após concessão de habeas corpus pelo Tribunal de Justiça de Alagoas.

Eles haviam sido detidos pela acusação de cobrar pedágio de motoristas em um bloqueio da rodovia AL-101. A CPT diz que não houve pedágio, apenas protesto exigindo a entrega de cestas básicas para três acampamentos.

Em Pernambuco, sem-terra acampados no engenho Prado, em Tracunhaém (64 km de Recife, PE), recusaram a proposta do governo do Estado de deixar a área, de cerca de 2.600 ha, em troca de uma de 250 ha. A Justiça já determinou o despejo do local. O governo tenta encontrar uma solução pacífica. (MAURO ALBANO)

Colaborou a Agência Folha, em Recife

CADÊ O EMPREGO?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho neste momento a esta Tribuna para comentar um aspecto relevante da nossa crise de desemprego, baseado na matéria "Indústria paulista demitiu menos em julho", publicada no jornal **O GLOBO**, edição de 13 de agosto do corrente ano.

A matéria, que solicito seja inserida nos anais do Senado, destaca a comemoração do Governo Lula com a queda do desemprego. O quadro é tão triste que o Governo já comemora queda no índice de desemprego, ou seja, aumentar a oferta de trabalho nem passa pela cabeça do Governo que prometeu milhões de novos empregos.

O texto que passo a ler para que fique integrado a este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Indústria paulista demitiu menos em julho

Fiespr registra quarta queda consecutiva no emprego, mas tendência seria de recuperação

Aguinaldo Novo

SÃO PAULO – Os empresários paulistas desaceleraram em julho o ritmo de demissões. Segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o nível de emprego caiu 0,08% no mês passado, com o corte de 1.213 empregados. Apesar de ter sido a quarta queda seguida no ano, o índice ficou abaixo dos de junho passado (-0,30%) e de julho de 2002 (-0,52%). No acumulado dos sete primeiros meses, a retração é de 0,17%: foram fechadas 2.636 vagas.

Explicam o resultado de julho as exportações e, principalmente, a perspectiva de maior produção neste segundo semestre devido ao início das encomendas para as festas de fim de ano.

Para a Fiesp, a tendência é de recuperação mais forte a partir de setembro, levando o ano a fechar "no zero a zero" em termos de novos empregos.

– Os empresários percebem que haverá recuperação. Por isso, seguram o emprego agora – disse a diretora da entidade Clarice Messer.

Ela ressalta que a indústria está hoje em período de desova de estoque. A pesquisa indica que esse movimento já estaria próximo do fim no setor de varejo.

INVASÃO

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar matéria publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, de 11 de agosto do corrente, intitulada "Sem-terra invadem fazenda no interior de Pernambuco", que trata de uma invasão do MST a uma fazenda em Cabrobó, interior de Pernambuco, alegando que a fazenda é improdutiva e tem plantio e prensagem de maconha.

A matéria, a qual solicito seja inserida nos anais do Senado, é um retrato do descontrole do Governo Lula, pois mostra que o Movimento dos Sem-Terra

está crescendo a cada dia que passa, sem qualquer controle.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

Sem-terra invadem fazenda no interior de Pernambuco

*Grupo de dissidentes
do MST alega que área
era usada para plantio e
prensagem de maconha*

MÔNICA BERNARDES
Especial para o Estado

Recife — Um grupo formado por 45 famílias de agricultores ligadas ao Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MLTRST) — uma das entidades dissidentes do Movimento dos Sem-Terra (MST) — ocupou ontem uma fazenda no município de Cabrobó, no sertão de Pernambuco. A propriedade, conhecida como Fazenda Brejão, tem cerca de 80 hectares e está localizada em uma das áreas do Estado nas quais existe grande número de plantações de maconha.

Os sem-terra afirmam que existem homens armados na região, supostamente contratados por traficantes. De acordo com os coordenadores do MLTRST, a fazenda é improdutiva e estaria sendo utilizada para o plantio e a prensagem de maconha. "Nosso pessoal já estava de olho na área há vários meses, pois fizemos várias denúncias sobre o plantio de maconha em alguns locais da fazenda, mas ninguém fez nada", justificou Sávio da Silva, que é um dos coordenadores do movimento.

Os dirigentes do MLTRST também argumentam que os proprietários morreram há três anos e desde então os herdeiros teriam abandonado a propriedade. E afirmam que foi essa situação que os levou a resolver ocupar a fazenda.

Os coordenadores do movimento disseram, entretanto, que, apesar do abandono, há infraestrutura que pode ser recuperada. "Existem vários locais onde o sistema de cul-

gação só precisa de alguns ajustes para voltar a funcionar", afirmou Silva.

O Batalhão da Polícia Militar de Cabrobó informou que 15 policiais foram enviados ao local para investigar se as denúncias sobre a existência de uma milícia armada eram procedentes, mas não houve nenhum flagrante. "Fizemos algumas diligências para tentar encontrar os supostos capangas, mas não localizamos nada, nem armas nem maconha", contou o tenente da PM Luiz Farias.

Embora ainda não haja nenhuma ação de reintegração de posse, os sem-terra já se anteciparam e garantem que vão resistir se alguém tentar retirá-los da fazenda. "Não sairemos daqui nem de baixo de bala", assegurou Silva.

Ele argumentou que a terra, que é boa para o cultivo, não está sendo utilizada e os sem-terra "precisam e querem trabalhar". "O que é melhor, nosso pessoal plantando milho, feijão e mandioca ou os traficantes plantando maconha e assustando as famílias da região?", perguntou.

Liderança — Um levantamento divulgado ontem pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Presidente Prudente, confirma que Pernambuco é o estado que lidera o ranking das invasões de terras ocorridas este ano. De janeiro a julho, foram registradas 34 ocupações lideradas por movimentos sociais no Estado. Desse total, 20 ocorreram somente no mês de julho.

O Estado de São Paulo está em segundo lugar nessa lista, com 24 invasões desde janeiro. Os responsáveis pelo estudo da Unesp consideram tanto a ocupação de áreas públicas como de particulares. No Paraná, ocorreram 13 ações. Em todo o Brasil, os movimentos sociais promoveram 101 invasões nos sete primeiros meses do ano. (Colaboração José Maria Torquato)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) . – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela atualidade do assunto, leio a entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada hoje pela imprensa, inclusive no **Correio Braziliense**, cujo texto vai a seguir:

POLÍTICA ECONÔMICA

Jogo duro com o FMI

Fernando Henrique avalia que o país precisa de um acordo com o Fundo Monetário Internacional que favoreça investimentos do governo. Ele diz, sem convencer, que não será candidato na próxima eleição.

Vicente Nunes
Enviado especial

Campos do Jordão (SP) – O governo brasileiro terá que exigir vantagens adicionais para o país se vier a renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que vence no fim deste ano. Foi o que afirmou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a abertura, na noite de quarta-feira, do primeiro Congresso Internacional de Derivativos e Mercado Financeiro, promovido pela Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F).

Segundo Fernando Henrique, o Brasil está em uma situação bastante confortável para negociar com o Fundo a retirada dos investimentos de empresas estatais que não dependem do Tesouro Nacional do cálculo do superávit fiscal (receitas superiores aos gastos). Hoje, todos os investimentos realizados pelas estatais entram como despesas na consolidação das contas, exigindo que o arrocho nas receitas do Orçamento, que poderiam estar indo para a saúde e a educação, seja maior para compensar esses gastos. “Trata-se de uma amarra desnecessária, que só prejudica o país.”

Ele disse que, durante seu governo, o Brasil estava muito fragilizado pelas crises externas e teve de aceitar certas condições do FMI nos acordos que fechou. “Mas avançamos em relação à Petrobras, cujos gastos foram excluídos dos cálculos”, ressaltou o ex-presidente. Fernando Henrique disse, entretanto, que no caso das empresas de saneamento básico – setor que praticamente não recebeu investimentos nos últimos qua-

tro anos, devido às regras do Fundo -, terá de haver um composição.

Os desembolsos feitos pelos caixas das empresas, sem recursos orçamentários, ficariam de fora das regras do FMI. Já o dinheiro do Tesouro inevitavelmente teria que entrar no cálculo do ajuste fiscal. Fernando Henrique não quis comentar, porém, se há realmente necessidade de o governo renovar o acordo com o Fundo. “Não estou sentado lá”, limitou-se a comentar.

Questionado sobre a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir em 2,5 pontos percentuais a taxa básica de juros (Selic), na última quarta-feira, o ex-presidente disse que o governo pecou pelo excesso. “Agora, está corrigindo os erros. E tem de ser assim, corrigindo sempre”, afirmou. Para ele, o atual governo elevou demasiadamente a taxa de juros no início do ano.

Cardoso destacou, contudo, que juros mais baixos não são a única garantia para a retomada do crescimento. “É preciso incentivar os investimentos e isso passa pelo fortalecimento das agências reguladoras”, assinalou. “Estou acreditando que o presidente Lula fará isso, com base nas declarações que deu à imprensa”, enfatizou. Na opinião de Fernando Henrique, houve uma retração dos investimentos devido a declarações de ministros pregando a ida dos consumidores à Justiça contra contratos, como se viu no setor de telefonia. “Isso não foi bom.” O ministro das Comunicações, Miro Teixeira, foi quem incentivou a ida à Justiça, contra o reajuste das tarifas telefônicas pela variação do IGP-DI.

Elogios

Para espanto da maioria dos 300 executivos financeiros presentes em sua palestra “Importância do Mercado Financeiro no Crescimento Econômico”, o economista Stanley Fischer, vice-diretor do Citigroup e ex-segundo homem forte do Fundo Monetário Internacional (FMI), fez rasgados elogios ao programa de microcrédito como forma de inclusão social.

Ele disse que a maior parte das experiências no mundo foram extremamente bem-sucedidas, apesar do baixo retorno

que trazem para o sistema financeiro tradicional. "A política econômica tem obrigação especial em ajudar aos mais pobres. O desenvolvimento do microcrédito ajuda a melhorar a vida das pessoas", enfatizou. O presidente do banco no país, Gustavo Marín, ressaltou que as operações de microcrédito estão em estudo, até como forma de o banco se adequar às exigências do Conselho Monetário Nacional (CMN), que determinou aos bancos aplicarem 2% dos depósitos à vista em microcrédito, a juros de 2% ao mês.

Indagado pelos jornalistas, Fischer se mostrou taxativamente contra a proposta de uma ala do PT para adoção de medidas de controle de capitais. "O Brasil já tem seus controles, que são positivos e devem ser removidos gradativamente, como forma de alavancar o crescimento da economia", afirmou. Entre esses controles, ele citou o registro dos fluxos de capitais no Banco Central e o uso de limites de posições dos bancos em dólar em tempos de crise. "Os controles têm que ser removido gradativamente quando o câmbio não estiver sobre pressão." Árduo defensor do sistema de câmbio flutuante, o economista disse que, apesar das críticas à globalização, nenhum dos países em crise se desligou do mercado internacional de crédito.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de 25 a 27 deste mês, realiza-se na cidade de Açailândia a primeira Jornada Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, em parceria com o Governo Federal e com o apoio da Organização Internacional do Trabalho. Essa iniciativa pioneira do governador José Reinaldo Tavares é de relevante importância, pois vem respaldar, no âmbito do meu Estado, a determinação do Presidente Luís Inácio Lula da Silva de extirpar do cenário social de nosso país, até o fim do seu mandato, qualquer resquício dessa indigna exploração do ser humano.

A 11 de março deste ano, o governo federal divulgou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, propondo 75 medidas que visam tal objetivo. E, a 31 de julho passado, baixou o decreto que cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE).

Há, pois, uma disposição firme e rigorosa para se dar fim, no Brasil, ao chamado 'trabalho escravo'.

O que é o 'trabalho escravo', cuja existência, a rigor, espalha-se pelo mundo?...

No Brasil, o livro **Vidas Roubadas – Escravidão e Morte na Amazônia**, de Binka Le Breton, inspirou-se em depoimentos de trabalhadores e fazendeiros. Narra o drama de camponeses recrutados sob falsas promessas pelos chamados "gatos", que os levam para latifúndios não raro distantes mais de 1.000 quilômetros dos seus pobres casebres. Em lá chegando, já são devedores do preço que lhes é cobrado pela viagem. Onerados por um sem número de custos, ingressam num círculo vicioso de dívidas que jamais poderão ser saldadas, e não podem deixar o trabalho enquanto não as resgatarem. O livro, editado sob o patrocínio da Comissão Pastoral da Terra, está sendo divulgado em vários países europeus.

O Procurador do Ministério do Trabalho, Loris Rocha, enumerou, numa entrevista à imprensa, as irregularidades mais frequentes em fazendas onde é identificada a prática do trabalho escravo: limitação da liberdade do empregado de dispor de seus salários devido aos descontos a título de alimentação; trabalhadores sem carteira assinada; instalações sanitárias que não atendem ao mínimo exigido; alojamentos que não passam de precárias construções com cobertura de palha; não-fornecimento de água potável aos empregados e não-fornecimento gratuito de equipamentos de proteção individual, como botinas, chapéus, arreios.

Disse ele: "As irregularidades em si, se lidas friamente no papel, nada transmitem. O problema é constatar lá, in loco, nas fazendas, a situação dos trabalhadores". E acrescentou: "O TST passou a ser imprescindível nessa luta que o Grupo Móvel de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho vem enfrentando, sozinho, desde 1995", referindo-se ao engajamento do presidente do TST, ministro Francisco Fausto, na erradicação do trabalho escravo.

Em **O Estado do Maranhão**, edição de 20 deste mês, artigo de Lúcio de Gusmão Lobo Júnior – Gerente adjunto de Trabalho e Habitação – reforça tais conceitos, com opiniões construtivas em torno do assunto.

A Comissão Pastoral da Terra, da Igreja Católica, estima em 25 mil o número de pessoas em situação de trabalho escravo: sem remuneração ou possibilidade de sair do emprego. Só no ano passado, a Pastoral contou – apenas entre os libertados – 5 mil e 600 trabalhadores escravizados no país. Quase o do-

bro dos 2 mil e 400 anotados em 2001. Em janeiro e fevereiro deste ano, 841 ficaram livres.

E destaque-se, Sr. Presidente, que centenas de maranhenses, talvez pela localização do meu Estado, são encontrados entre os escravizados do trabalho. Pessoas simples e humildes, são atraídos pelo “canto da sereia” dos chamados “gatos”, e condenam-se assim a uma terrível condição de vida que só pode ser interrompida pela interferência do poder público.

Daí a oportunidade da iniciativa do governador do Maranhão, que, através das suas Gerências, promete rigor, nas ações que empreenderá com a participação do governo federal, não só para a erradicação do trabalho escravo no Estado, como igualmente

no esforço para conscientizar os camponeses maranhenses contra as ações delituosas dos que procuram atraí-los para fora do Estado.

É com prazer, portanto, que registro em nossos anais essa iniciativa da qual o Maranhão se faz pioneiro, fazendo votos para que prossiga sem desfalecimentos e atinja grande sucesso.

Era o que eu tinha a dizer.
Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

Trabalho escravo

LÚCIO DE GUSMÃO LOBO JÚNIOR

Gerente adjunto de Trabalho e Habitação da GDS

O trabalho escravo é uma ignomínia praticada ainda hoje em diversos estados da Federação, que merece o opróbio de toda a sociedade e, conseqüentemente, os rigores da lei.

Lamentavelmente, essa prática é uma realidade incontestada. É inconcebível que, após a promulgação da Lei Áurea, nenhum governo, quer federal ou estadual, tenha coibido seriamente essa exploração praticada pelos senhores feudais deste país.

Só agora, por incrível que pareça, após mais de um século da abolição da escravatura, é que as autoridades constituídas começam a coibir, de fato, essa abominável prática.

É de real importância ressaltar que o estado do Maranhão, através do governador José Reinaldo Tavares e dos órgãos competentes, estão não apenas preocupados com o tema, mas, também, tomando efetivas medidas para extirpar, de vez, essa prática criminosa.

Não se pode omitir tratar-se de um assunto de alta complexidade cujos resultados dependem, fundamentalmente, dos esforços das autoridades federais, estaduais e das ONGs engajadas na defesa desses nossos compatriotas subjugados pela tirania de fazendeiros inescrupulosos.

Para tratar desse assunto, o governo do Maranhão está organizando a Primeira Jornada de Combate ao Trabalho Escravo, a qual será realizada exatamente nos municípios onde já foi detectado esse tipo de exploração criminosa.

Pela primeira vez, o Governo do Estado, através da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social, está, de fato, enfrentando esse problema secular, reunindo todos os interessados na busca de soluções preventivas e, após a identificação feita pela Delegação Regional do Trabalho juntamente com a Polícia Federal, aplicar ações coercitivas previstas na legislação em vigor.

O atual cenário político e social do estado é propício a uma ação comunitária contra os infratores que se utilizam de todos os recursos para aliciar a população pobre maranhense para trabalhar em regime de escravidão.

Contamos para essa árdua tarefa, com o apoio do Governo Federal e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que também estão preocupados com essa condição incompatível com os avanços sociais do mundo moderno. É igualmente importante procurar sensibilizar os atores (donos de terra) que insistem em utilizar práticas tão ignóbeis e cruéis contra o seu semelhante.

Não tenham dúvida. A lei será cumprida com o rigor proporcional ao crime praticado contra indefesos cidadãos que já sofrem como vítimas da exclusão social a que estão submetidos em consequências da escandalosa concentração de renda existente no Brasil desde a sua descoberta em 1500.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **Correio Braziliense** desta sexta-feira publica artigo do diretor da Fundação Getúlio Vargas, Joaquim Falcão, intitulado “Bolsa-Escola e Fome Zero”. Faço questão de registrar sua publicação pela importância do artigo, que resgata a marca de um programa que mobilizou as prefeituras de todo o País, em 2001, independente de partidos políticos, beneficiando milhões de famílias e devolvendo para as salas de aula milhões de crianças que faziam das ruas o seu meio de vida.

Destaco ainda as palavras do próprio articulista, Joaquim Falcão, ao afirmar que “o proprietário da marca Bolsa-Escola não é o Ministério da Ação Social nem mesmo o governo federal; é o Brasil. Foi adotado em estados e prefeituras comandados por vários partidos”.

Ao extinguir a marca do Bolsa-Escola o governo federal estará extinguindo uma marca reconhecida internacionalmente.

A reflexão do diretor da Fundação Getúlio Vargas é, portanto, pertinente e merece ser incluída nos anais desta Casa.

Era o que tinha a dizer. Obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

BOLSA-ESCOLA E FOME ZERO

Joaquim Falcão

Diretor da FGV e professor de Direito da UFRJ

Noticia-se que o governo federal pretende unificar seus programas sociais no Ministério de Assistência Social. Nessa unificação, o programa Bolsa-Escola permanecerá, mas com outro nome. Desapareceria a marca. Se essa unificação é conveniente ou não do ponto de vista gerencial, não cabe muito a dizer. Mas, antes de acabar com a marca Bolsa-Escola, seria bom avaliar a importância das marcas no mundo de hoje.

Uma marca vale pelo que comunica aos cidadãos. E o que Bolsa-Escola hoje comunica? Comunica mais do que uma intenção. Não é um slogan, que se perde no ar. Comunica um bem-sucedido programa educativo. Basta os técnicos do Ministério de Ação Social analisarem o clipping do Bolsa-Escola dos últimos cinco anos, ou cinco meses, tanto faz. Provavelmente, nenhum outro programa governa-

mental conseguiu tanta simpatia e apoio da mídia e da população. Dos partidos. É uma marca do bem.

Mais ainda: é uma marca que comunica a capacidade dos brasileiros enfrentarem os problemas da desigualdade. Quando o BID, o Banco Mundial ou o George Soros defendem e adotam o Bolsa-Escola, estão fazendo mais do que apenas apoiar um programa educacional. Estão falando bem do Brasil. Estão acreditando em nossa capacidade de enfrentar o futuro, diferentemente do passado. Em seu novo livro *Marca e meus personagens*, Francesc Petit lembra exatamente isto: as marcas fazem as grandes nações. É um patrimônio que se transmite, no caso, não de pai para filho, mas de geração para geração.

Para se diferenciar dos demais governos, explicitar identidade própria e evidenciar prioridade com políticas sociais, o governo Lula, logo em seus primeiros dias, usou de novo programa. Sinalizando novos tempos, lançou o Fome Zero. A marca Fome Zero teve imediato sucesso. Diferenciou Lula e granjeou esperanças e simpatia nacional e internacionalmente. Trata-se, porém de marca ainda solta no ar. Um crédito, mais do que uma experiência de comprovado sucesso. Já o Bolsa-Escola, não. É como irmão mais velho do Fome Zero. Já é experiência de sucesso. Experiência do bem. Na forma e no conteúdo. Esperança e realidade. Juntas, apontam na mesma direção. Significam a prioridade do social, um governo voltado para o povo e a capacidade de inovar.

Temos certeza de que o governo Lula, o Ministério da Ação Social, não vai desperdiçar a marca Bolsa-Escola. Inclusive porque, hoje, o proprietário da marca Bolsa-Escola não é o Ministério de Ação Social. Nem mesmo o governo federal. É o Brasil. Foi adotado em estados e prefeituras comandados por vários partidos. Se acreditamos que, no mundo da comunicação, as marcas valem, e valem muito, e as leis reconhecem esse valor, o país não pode desperdiçar esse capital. Um diretor de empresa que, sem razões plausíveis, pretendesse acabar com uma marca de sucesso de sua empresa, com certeza seria processado por dano causado ao patrimônio dos acionistas.

Quanto vale a marca Coca Cola? Ou a marca Mercedes Benz? Ou a marca Itaú? Alguns milhões de dólares. Vale tanto ou mais do que recursos em caixa, imóveis ou máquinas. Nesse sentido, extinguir o Bolsa-Escola por motivo gerencial, mais bem-intencionado que seja, é quase dilapidar um patrimônio público. Mas não é só dinheiro que uma marca vale. Hoje, por exemplo, vemos o quanto valeu a marca Lula, paz e

amor. Contribuiu fortemente para a vitória eleitoral. Cumpre, pois, uma avaliação mais cautelosa sobre acabar com essa marca. Mesmo porque não seria surpresa se algum procurador ou advogado mais inventivo entrasse com uma ação no Poder Judiciário para preservar esse patrimônio. Teria a simpatia da opinião pública com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 56 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 099 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

Considerando que a política de modernização implementada pela Alta Administração do Senado Federal, tem o objetivo precípua de tornar célere os trabalhos legislativos e informações à disposição dos Senhores Senadores, notadamente através dos meios de comunicação que são disponibilizados pela Casa;

Considerando a possibilidade de disponibilizar para os senhores parlamentares recursos que facilitem a sua apresentação pessoal e que forneçam, conjuntamente, informações relevantes sobre o funcionamento da Casa, além daquelas de caráter político-administrativas; e,

Considerando a possibilidade de apresentação do Palácio do Congresso Nacional, através de mídias compactadas, produzidas com recursos técnicos e humanos do próprio Senado Federal,

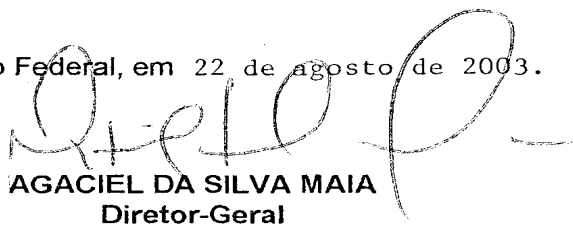
RESOLVE:

Art. 1º – Constituir Comissão Especial destinada a promover projeto e produção de “CD CARD” (Cartão de visitas eletrônico), com o objetivo de instrumentalizar os Senhores Senadores com métodos modernos de apresentação, conjugados com fotografias, textos, imagens, áudios, conforme roteiro padronizado em alta tecnologia, com informações que cada parlamentar desejar.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão Especial os servidores Alan Silva, mat. 3159, como Presidente, Paulo Malheiro da Rocha Pinto, mat. 2659 - SEEP, José Carlos Maia, mat. 0501 - SEI, Washington Manuel Brito, mat. 3331 - SEEP, Regina Lúcia de Sousa Rodrigues, mat. 3759 – SEEP e Josias Wanzeller da Silva, mat. 3393 – SEEP.

Art. 3º – Fixar o prazo de 180 (Cento e oitenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 100 , DE 2003

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 80, de 2003, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de apurar os fatos constantes no processo nº 009764/03-8, na forma disposta no art. 152, da Lei nº 8.112, de 1990.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de agosto de 2003.

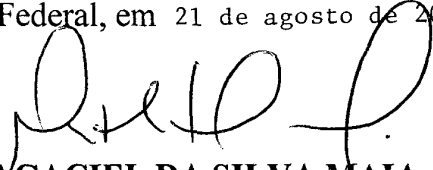

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4608 , DE 2003

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.963/03-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALINE DINIZ AMARAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 21 de agosto de 2003.

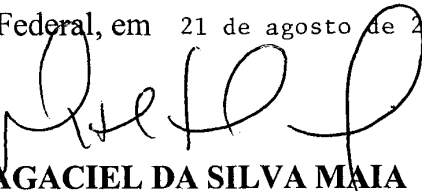

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4609 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.956/03-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EUNICE PINHEIRO ALVES**, matrícula n.º 32.906, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 21 de agosto de 2003.



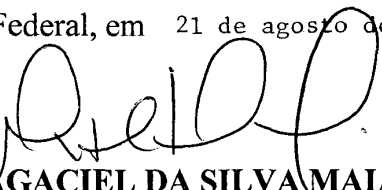
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4610 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015.048/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ZILEIA CONCEIÇÃO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-06, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em 21 de agosto de 2003.



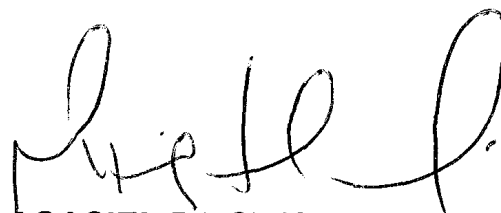
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 4611 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **SÉRGIO MARCOS DE SOUZA**, matrícula nº 53, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - SEI, para a Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Multimídia e Programação Visual – SMV, da Subsecretaria de Administração de Dados e Recursos de Apoio – SSADR, da Secretaria Especial de Informática – SEI.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2003



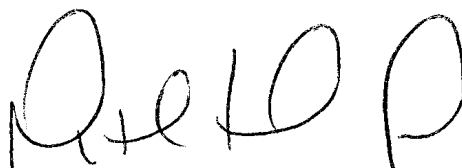
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 4612 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **VALDIR FERNANDES PEIXOTO**, matrícula nº 95, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - SEI, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Multimídia e Programação Visual – SMV, da Subsecretaria de Administração de Dados e Recursos de Apoio – SSADR, da Secretaria Especial de Informática – SEI.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2003



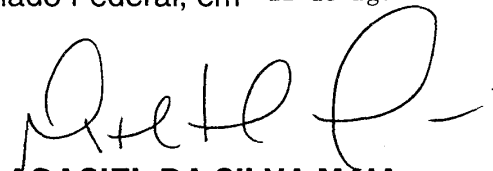
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 4613 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 13125/03-6,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4346, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2797, de 21/07/2003, que nomeou **EDIMAR ALCIDES BOCCHI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

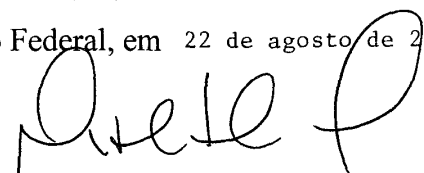
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4614 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015104/03-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WASHINGTON DAS DORES FEITOSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-06, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

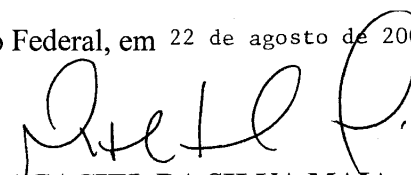
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4615, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015077/03-9,

R E S O L V E exonerar **MARIA ALICE DECHICHI**, matrícula n.º 32379, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PT e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2003.



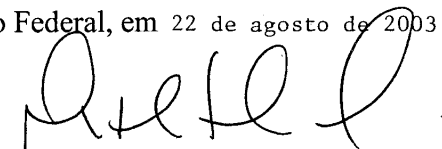
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4616, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014792/03-6,

R E S O L V E exonerar **GUSTAVO ALMEIDA DE SOUZA CRUZ**, matrícula n.º 33473, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Augusto Botelho e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do mesmo Senador.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2003.



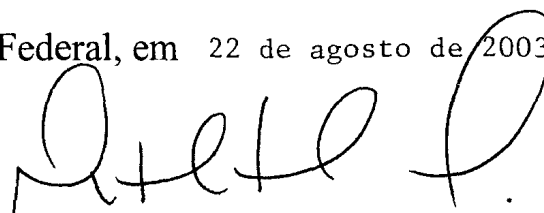
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4617 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015119/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO CARVALHO DUARTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-03, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2003.



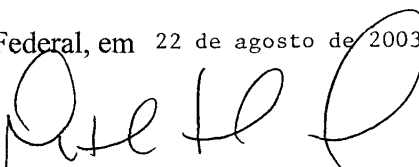
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4618, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015118/03-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTONIO FLÁVIO SANTOS DUARTE**, matrícula n.º 34542, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Edison Lobão, a partir de 19 de agosto de 2003.

Senado Federal, em 22 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4619, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12606/03.0,

RESOLVE designar a servidora **BELCHIOLINA DOS REIS MENDES**, matrícula 4672, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, a partir de 08 de julho de 2003.

Senado Federal, 22 de agosto de 2003.



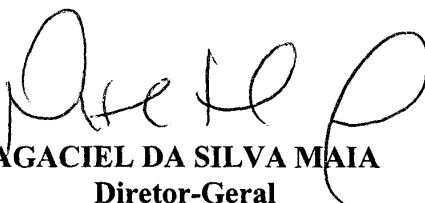
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 4620 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 14415/03.8,

RESOLVE designar o servidor JOÃO LUIZ MACHADO, matrícula 2646, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Gerson Camata, a partir de 08 de agosto de 2003.

Senado Federal, 22 de agosto de 2003.



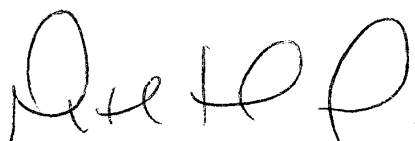
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 4621 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 14734/03.6,

RESOLVE designar a servidora NILDA MARIA DOS SANTOS, matrícula 4207, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, a partir de 14 de agosto de 2003.

Senado Federal, 22 de agosto de 2003.



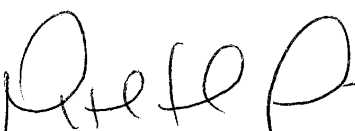
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4622 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 14831/03.1,

RESOLVE dispensar o servidor HUMBERTO CAETANO DE ALMEIDA, matrícula 4441, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Indexação, da Subsecretaria de Anais, a partir de 18 de agosto de 2003.

Senado Federal, 22 de agosto de 2003.



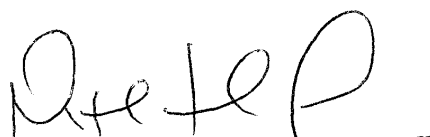
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4623 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 14741/03.2,

RESOLVE designar a servidora ANA LÚCIA MACHADO DE MATTOS, matrícula 2348, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Locução da Subsecretaria Rádio Senado, a partir de 14 de agosto de 2003.

Senado Federal, 22 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4624 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 14721/03.1,

RESOLVE designar a servidora ONOFRA MARIA DA SILVA, matrícula 2036, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Romero Jucá, a partir de 14 de agosto de 2003.

Senado Federal, 22 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4625 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 14530/03.1,

RESOLVE dispensar o servidor ANTÔNIO ALVES NETO, matrícula 2813, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Romero Jucá, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 12 de agosto de 2003.

Senado Federal, 22 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52^a LEGISLATURA)

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS

TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cludes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) – SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Subcomissão Permanente de Proteção dos
Cidadãos Brasileiros no Exterior

PRESIDENTE: Senador
VICE-PRESIDENTE: Senador

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)			
Marcelo Crivella (PL)	RJ-5077/5078	1 - Duciomar Costa (PTB)	PA-2341/2342
João Capiberibe (PSB)	AP-2441-2446	2 - Aelton Freitas (PL)	MG-4621/4018
Fátima Cleide (PT)	RO-2391-2397	3 - Flávio Arns (PT)	PR-2401/2405
PMDB			
Hélio Costa	MG-2244/2245	1 - Ramez Tebet	MS-2221/2224
Luiz Otávio	PA-3050/4393	2 - Juvêncio Da Fonseca	MS-1128/1228
PFL			
Marco Maciel	PE-5710-5724	1 - Roseana Sarney	MA-3069/3070
Rodolpho Tourinho	BA-3173/3174	2 - Renildo Santana	SE-1306/4055
PSDB			
Eduardo Azeredo	MG-2321-2323	1 - Antero Paes de Barros	MT-4061/1146

Reuniões:
Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777
Sala nº 5/B – CEP 70100-000

Sala nº 07 – Ala Sen. Alexandre Costa
Tel. da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546
E-mail: sscomcre@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 13.08.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.08.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMA
(Vago) ⁸		
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁷	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 15.8.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Vaga ocupada até 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se, nessa data, tendo em vista o retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (aguardando definição)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (<i>aguardando definição</i>)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 108 PÁGINAS